

ATLÉTICA

ARMANDO CORRÊA DA SILVA

DE QUEM É O PEDAÇO?
ESPAÇO E CULTURA



Tratando de Geografia como objeto e ciência interdisciplinar, o autor discute, como tema básico, mas de modo não sistemático, a noção atual de território, confrontando-a sucessivamente com idéias sociológicas, psicológicas, intelectuais, políticas, econômicas, históricas etc. E a totalidade de hoje: um mosaico? A fragmentação do mundo atual, tema já tratado em seu trabalho anterior, O ESPAÇO FORA DO LEGAR, aparece aqui como objeto de reprodução e da montagem, um quebra-cabeças que indica a possibilidade de uma concepção do mundo que contribua para que cada um encontre sua própria unidade mental e física, no processo da crise contemporânea que atinge também a Geografia. Neste volume de Geografia Teórica, a velha ciência de síntese apresenta-se como subordinação: análise para analisar, na pluralidade cognoscitiva do presente.

EDITORA HUCITEC

HUCITEC

916
SS
d
e L

GEORAFIA: TEORIA E REALIDADE

titulos publicados

- Por Uma Geografia Nova*, Milton Santos
Problemas e Natureza da Geografia, Richard Hartshorn
O Espaço e Form do Lugar, Armandu Correa da Silva
O Problema da Geografia no Exercicio Urbano, Milton Santos
Aspetos da Interacao em Geografia, Antonio Christofolini
Manejo Social e o Lugar, Milton Santos
Geografia: Assessoria Historica Critica, Antonio Carlos Robert Messon
Nova Forma da Geografia Urbana, Milton Santos (org.)
Geografia Urbana: a Urbanizacao do Espaco, Antonio Carlos Robert Messon e Municipios Municipais da Costa
Processos e Estruturas de Sao Paulo, Peter Moebius
Atlas de Cidades Metropolitanas e Espaco de Sao Paulo, Maria Adelaide Lombardi



DE QUEM É O PEDAÇO?
ESPAÇO E CULTURA

© Direitos autorais, 1985, de Amilton Corrêa da Silva. Direitos de publicação reservados para Companhia Editora Nacional, Rua Augusta, 254 - Pinacoteca - São Paulo - SP - Brasil. Telefone: (011) 6143119. Composto pelo Conselho Administrativo de Editoração Ltda., Rua Japuíba, 204 - 01119-900 Paulo, Brasil. Telefone: (011) 35-3945.

Capes: Edital de Indicação, aprovando gratificação de 2%, para a Editora Nacional e Milena.

N.º CLASS	910
55724	
2.32	
TOMBO	641106

SUMÁRIO

Ao Lector	9
Parte 1: O TERRITÓRIO DA CONSCIÊNCIA	11
A permanência: sugestões para pesquisa	15
A prática intelectual do trabalho teórico hoje	31
O espaço como ser: uma auto-avaliação crítica	37
A ênfase, pedagogia e didática, a Geografia e nós	57
Anotações para uma teoria espacial urbana do capitalismo	64
Nacional-democracia: um espaço sem lugar?	68
Dialética do espaço democrático	73
O espaço externo como projeto	78
Parte 2: A CONSCIÊNCIA DO TERRITÓRIO	87
O conceito de espaço de David Harvey — implicações ontomercológicas	91
Espaço e tempo em Geografia	98
Geografia e Positivismo	102
Transformações recentes do pensamento geográfico	110
Além da modernidade	118
O espaço esquizóide: suposições heurísticas	126
Parte 3: O ESPAÇO NO LUGAR?	131
Percepção da fronteira	135
Diagnóstico do limite	141
O espaço do momento mágico	144
Imatência e transcendência. Notas	155
De quem é o pedaço?	157

AO LEITOR

O tema substantivo deste livro pretende ser uma contribuição mais sistemática sobre a noção contemporânea de território.

O autor expõe O TERRITÓRIO DA CONSCIÊNCIA, A CONSCIÊNCIA DO TERRITÓRIO e pergunta-se: O ESPAÇO NO LUGAR?

Em livro anterior (*O Espaço Fora do Lugar*, Hucitec, 1978) punha-se o problema da consciência da fragmentação da cultura e do conhecimento; a questão da unidade do objeto geográfico. A estrutura, como método, apresenta-se à mente sem ser repetida. Era entendida como um momento da análise, necessário, mas não suficiente.

A unidade aparece, então, através da possibilidade da montagem. Montagem de partes que deixam articular-se. No fazer e no pensar aparece a questão de se a unidade é a reunião dos espúculas ou a reunião das espúculas: de em cada coisa.

Não se consegue, então, ir além disso.

A seleção apresentada neste livro avança o entendimento do da questão.

Por que?

Porque o autor procura enfrentar todos os seus temas. Isto é, a mente dividida é resultado do mundo dividido. Pensar e fazer é, por isso, reproduzir e montar.

Ao enfrentar o trabalho de produzir este livro, começa a encontrar a fragmentação da cultura e do conhecimento como o dado real em sua própria existência e na dos outros. A unidade é, então, sempre, uma reconstrução. O encontro dizem os historiadores, uma reconstrução. O encontro do "fio condutor" é modificado, no sentido de que o seu encontro depende também do sujeito. Por isso, a legitimidade

dade da reprodução e da montagem, que não devem, contudo, ser arbitrários.

A subjetividade ontológica, por isso, a referência ao relacionamento com as demais especialidades e experiências. Elas são articuladas.

Como se diz no último ensaio: "O espaço democrático das pessoas e dos grupos e o por-se em seqüência esses fragmentos, articulando-os no processo de os fazer como reprodução e de os pensar como montagem".

Dai decorrem uma teoria do lugar e uma concepção do mundo, que não se dão espontaneamente, mas devem ser efetivadas continuamente.

O TERRITÓRIO DA CONSCIÊNCIA

Parte I

A sobre-reflexão do território da consciência apresenta dificuldades singulares. Pois e preciso ir além da máxima consciência possível. O saber, então, põe-se como subjetividade plena na construção das imagens que remetem à busca das predeterminações e pre-ideologias. O modo possível de sua realização é, portanto, o projeto.

Mas o que é o projeto?

O projeto é, então, em primeiro lugar, o movimento genético. Trata-se de captá-lo em sua origem mais remota. Esse flagrar a pre-iniúção é a objetivação racional do ser em suas formas de totalidade inicial. Por isso, o território da consciência é, em primeiro lugar, a ideia. Pois a ideia é o ser que povoa o território da mente humana. A mente mesma é uma impossibilidade humana. Ela só se põe como modo de produção natural. Mas, aí, expressa-se como esfinhamento, que dá origem ao realismo (agenciou) e este, ao realismo crítico. Contradição que se supera na afirmação da consciência da necessidade, como necessidade consciente.

O projeto é, então, em segundo lugar, o ser do movimento genético em sua forma dante: o arremesso, a vertigem, a "viagem". Estes, põem-se como "definição", porque espaço e tempo desenvolvem-se segundo a lógica especial das contradições, que não se apresenta como forma, senão *in posteriori*. A história do processo de elaboração do projeto é conseqüentemente diversa da história de sua exposição. Não se trata de subordinar uma à outra, mas de compreender-las como necessárias em suas autonomias e em seu movimento, movimento esse que é uma outra modalidade de ser do projeto e se relaciona ao plano.

O projeto é, então, em terceiro lugar, a própria contra-

disse: o movimento genérico se pôde como ser e é afirmado como contradição. Inevitável, se se pensa que a negação da negação é uma "consciência lógica". Porque a triplicidade implica perder para ganhar. Por isso, recuperar as pre-determinações e pré-ideias para além de suas formas e conteúdos, embora elas apareçam, inicialmente, como as mesmas. Momento em que elas já se põem como outras.

O projeto é, então, em quarto lugar, a contradição resolvida. A contradição resolvida é a consistência dissolvida que já era dado antes; mas que não podia se pôr, então, se não como imagem. Imagem tão mais real na consciência, quanto mais se desenvolve o próprio trabalho que a gera. O projeto é, então, em quinto lugar, a contradição resolvida, que se pôde como imagem real derivada do processo de trabalho, trabalho que se inicia, desde logo, com o projeto. Mas, agora, o projeto não é mais algo vago e intuído: as imagens são reais como a positividade da existência do filme que reproduz o movimento do real.

A subjetividade deve expor-se a consciência dos outros. Por isso, espelho o trabalho realizado, em sua existência positivada, como escuta do caminho, que renete à consciência do território.

"A Paraterritorialidade: Sugestões para Pesquisa" é um texto de 1967. Foi redigido, inicialmente, numa perspectiva sociológica que, aqui, muda de significado. Trata-se de uma investigação sociológica do espaço mental, referida a uma experiência pessoal (evidentemente, não desejada), que se defronta com o "espaço da loucura".

O segundo texto é de 11 de maio de 1979. "A Prática Intelectual do Trabalho Teórico Hoje" é resultado da reflexão sobre como efetivar o trabalho hoje socialmente necessário.

Então, o espaço do plano é ocupado, a seguir, por "O Espaço como Ser — Uma Auto-Avaliação Crítica", escrito em 19 de abril de 1979. Portanto, antes do anterior. Pre-se, pois, aqui, o problema da montagem, que se justifica porque era preciso dar resposta, na sequência, à questão da necessidade da liberdade do trabalho intelectual não alienado.

"A Crise, Pedagogia e Didática, a Geografia e Nós", de 3 de junho de 1979, foi a resposta. Nesse texto, em razão do confronto prático da produção intelectual com o modo como se realiza a atual produção da sociedade, põe-se o problema de que a perspectiva da crise afirma-se como crise da perspectiva.

Daí, o texto seguinte: "Anotações para uma Teoria Espacial Urbana do Capitalismo", escrito em 21 de junho de 1979. É retomado o caminho teórico, numa perspectiva mais avançada, em que se põe o problema da ocorrência de uma ruptura.

A ruptura expressa-se, primeiro, como "Nacional-Democrática: Um Espaço sem Lugar?", manuscrito em 28 de outubro de 1979, com término às 2:49 h, em Pinheiros. Trata-se, contudo, de um antigo tema, presente na consciência desde 1964. A linguagem é já uma proposição inicial de discussões, que se efetivará mais tarde.

Em segundo lugar, a ruptura manifesta-se como "Dilemas do Espaço Democrático", um original manuscrito de 31 de outubro de 1979, com término às 1:32 h, em Pinheiros. É retomado o tema do projeto.

Este tema é, então, desenvolvido como "O Espaço Exterior como Projeto", de 16 de janeiro de 1980, com o manuscrito pronto às 11:21 h, em Pinheiros. O texto aponta para o futuro, que, no projeto, realiza-se como continuidade desde Hiro.

A PARANORMALIDADE: SUGESTÕES PARA PESQUISA

A definição que se encontra para a paranormalidade é a que ela é um fenômeno que está fora dos limites da experiência normal, ou que não pode ser explicado cientificamente.

Nem uma coisa nem outra, são verdadeiras.

O limite da normalidade é traçado por instituições existentes, relativas a um modo de produção historicamente determinado, ao qual correspondem formações sociais específicas de manifestação. Então, cada modo de produção possui sua própria normalidade e patologia institucionalizadas. A recente discussão a respeito da Psiquiatria tornou inadequada a fixação de limites rígidos para a definição do normal e do não-normal. Isso tem ocorrido em razão, principalmente, do avanço dos estudos interdisciplinares, que, por sua vez, são decorrentes da necessidade contínuo-porânea de lutar contra a fragmentação do conhecimento. Por isso, esse fenômeno, que "está fora dos limites da experiência normal"¹, passou a ser considerado por muitos especialistas como uma ocorrência normal nos países capitalistas avançados ou não. Esse passo era necessário para que a paranormalidade viesse a ser estudada cientificamente, embora ela tenha sido objeto de estudo desde há muito.

Este trabalho trata dessa colaboração interdisciplinar², e foi redigido com base em uma experiência pessoal, clinicamente não orientada a princípio, e a partir da leitura de

¹ Não há muito tempo foi tentada uma generalização da situação em que se encontram essas colações. Cf. Barade, Roger. *Sociologie des mal-être anormal*. Paris, Plume, 1965. Há tradução para o português de Manoel Rêver, Barade, R. *Sociologia das doenças anormais*. Cia. Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1967.

uma tese de doutoramento², que é exposta aqui, seguida de sugestões para pesquisas.³

Psicunidade da mudança cultural

A urbanização, compreendida como a ocorrência de um fluxo migratório com ênfase em zonas rurais e com destino a zonas urbanas, ou, ainda, como a mobilidade das populações das pequenas para as grandes cidades, constitui o conceito utilizado pelo autor da tese.⁴

Trata-se, então, da influência desse complexo processo social sobre a saúde mental do homem e da mulher, isto é, da ação exercida pelas migrações mencionadas sobre o aparecimento e agravamento dos distúrbios psíquicos.

Estudos realizados sobre a incidência de perturbações mentais em imigrantes, elaborados nas primeiras décadas deste século, apresentaram forte tendência a atribuir essa incidência a fatores raciais, repetidamente sustentados nos meios governamentais (Comitê de Imigração e Naturalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos).

Trabalhos posteriores — citados pelo autor — vieram afirmar, contudo, a conclusão, fundada cientificamente com maior rigor, de que seria mais lícito atribuir as diferenças observadas, na análise comparativa de imigrantes e natividades, a fatores sociais e culturais.

Nessa direção, a investigação preocupou-se com o que se passava com os filhos de estrangeiros e os resultados foram que fatores como: "diferenças de situação de vida" e "poder assimilativo do novo ambiente" (p. 3) eram muito mais significativos do que a origem racial ou nacional desse ou daquele grupo.

² Lima, O. B. de, *Impulsões da urbanização na saúde mental do homem e da mulher*, Edição do Autor, 1964, São Paulo, 1964. São este publicações acadêmicas uma concessão. Trata-se, pois, de trabalhos que tiveram desenvolvimento bastante recente no âmbito universitário especializado, justificando-se, por isso, a referência que é feita aqui. O autor é psicólogo, licenciado em 1958, e atuou na Faculdade de Psicologia e Ciências da Saúde de São Paulo.

³ Este trabalho foi escrito pela primeira vez em 1967 e, por várias razões, não pôde ser publicado desde então, tendo sido atualizado em alguns pontos.

Esses resultados orientaram o autor em seu trabalho, onde trata apenas das migrações internas.

Tem sido ressaltado que as migrações, da área rural para a urbana, constituem fator predisponente à incidência de distúrbios psíquicos, fenômenos já observados em vários países.

O autor, dedicando-se ao esclarecimento de questões ligadas a fenômenos que só nominalmente vêm sendo investigados sob vários ângulos⁴, apresenta o seu problema da seguinte forma: é possível que o homem e a mulher sejam afetados desigualmente pela urbanização e seus elementos característicos, constituindo-se estes em fatores de fragilidade que atingiram diversamente um e outra, podendo provocar a ocorrência de desordens mentais.

Para a elucidação da hipótese, foram selecionados pacientes do Departamento de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, durante os anos de 1957 e 1958.

Como indicador de elementos da urbanização, susceptíveis de ocasionarem frustrações e possivelmente causadores de distúrbios psíquicos, utilizou-se o autor da verificação das respostas dadas a um questionário, capazes de revelarem questões repetidas em relação à vida na cidade de São Paulo.

O questionário foi elaborado com essa finalidade, a partir da experiência no trato com os pacientes e com base em trabalhos que têm abordado assuntos similares. Foi utilizada também a técnica da história de vida.

As respostas não foram utilizadas totalmente mas apenas aquelas estatisticamente capazes de indicar diferenças em relação à incidência de distúrbios mentais no homem e na mulher referentes à influência da urbanização na saúde mental.

Os pacientes escolhidos foram somente aqueles que preencheram os requisitos da hipótese, não sendo considerados por isso os casos de mobilidade social entre meios

⁴ O tema foi tratado antes de se desenvolverem os estudos da corrente intelectual mencionada. A temática dessa obra em relação à questão foi apresentada no trabalho filme *O estranho no arado*.

vício-econômicos e culturais semelhantes como, por exemplo, os abrigados pelas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, semelhança essa do ponto de vista da análise.

Pela técnica adotada houve restrição dos casos de análise devido à impossibilidade de relação) e dos casos de pacientes cujo estado mental impedia a aplicação do questionário e das observações clínicas pertinentes, embora esses casos tenham sido, também, objeto de consideração intelectual.

O método de investigação utilizado foi o estatístico, com tabulação dos dados pelo sistema Hollerith, análise de distribuições de frequência e análise de dependências.

O questionário foi organizado de acordo com os seguintes itens e subitens:

Migração (migração e urbanização):

Condições de vida (residência, bairro, transporte, diversões, recursos médicos, expectativas em relação ao futuro, gratificações, custo de vida, frustrações);

Autobiografia (dificuldades materiais, relações pessoais, ambições, profissão).

Quanto ao registro das observações clínicas, foi utilizado o existente no Departamento de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, visando principalmente ao diagnóstico dos pacientes que responderam ao questionário. Os diagnósticos foram agrupados em três categorias, levando-se em consideração, paralelamente, a classificação brasileira das doenças mentais, citada e reproduzida no texto.

Dos itens do questionário foram utilizados pela maior parte em que em associação com o sexo dos pacientes se revelaram significantes. Tais foram: sexo-satisfação profissional, sexo-transporte, sexo-residência, sexo-bairro, sexo-urbanização e sexo-diagnóstico.

No primeiro caso — sexo-satisfação profissional — a maioria revelou-se satisfeita. O estudo da minoria, porém, mostrou que os pacientes femininos, quando comparados aos masculinos, surgiam como mais inclinados a se sentir frustrados com a profissão, admitindo-se a frustração como fator de estóssio e agravamento dos distúrbios psíquicos, embora não seja causa suficiente.

Das observações resultou a hipótese de que o trabalho da mulher nas zonas rurais seria "mais castro e menos variado que o do homem" (p. 29), predispondo-a mais à ocorrência de frustrações do que a ele.

Na associação entre o sexo e o transporte a maioria julga este mais difícil, notando-se que os pacientes femininos apresentaram-se mais propensos a distúrbios psíquicos nesse caso.

As novas condições de residência foram consideradas mais favoráveis pela maioria, sendo que os pacientes femininos consideraram-nas piores e, como tais, passíveis de compararem com fatores de frustração e, através desta, de perturbações psíquicas.

Quanto ao bairro ocorreu fenômeno semelhante.

A associação sexo-urbanização apenas indicou sugestão metodológica a ser seguida.

Finalmente, a associação sexo-diagnóstico tendeu a mostrar que os pacientes do sexo feminino, classificados no grupo "C" — "psicoses psicogênicas", "neurose", "psicopatias mistas e associadas", "personalidades psicopáticas" (p. 33) — revelaram sensibilidade maior do que os homens aos efeitos psicologicamente nocivos de urbanização, nos casos em que a via sócio-psicogênica predomina.

Da descrição do material e dos comentários resultou, como visão global do problema, que, entre as condições de vida na cidade de São Paulo, sujeitos de critério frustrados nos pacientes e, assim, constituíram-se em fatores favoráveis ao aparecimento ou agravamento de distúrbios mentais, está, hierarquicamente, as seguintes: em primeiro lugar as relativas a transportes, mais que profissões; estas, mais que residências; e, por sua vez, mais que bairro.

Os resultados alcançados pela investigação levaram o autor a considerar que os elementos que caracterizam a urbanização não são os únicos que favoreceram a eclosão ou o agravamento das perturbações mentais, sendo de se considerar que existem causas psíquicas anteriores a elas.

Além disso, os pacientes femininos apresentaram-se mais atingidos por distúrbios psíquicos do que os do sexo masculino.

Assim, na transferência de um meio rural para um meio urbano, a mulher apareceu como mais predisposta às frus-

Mulher mais maltratada que o homem a sofrer de distúrbios psíquicos

rações do que o homem, devendo-se isso, presumivelmente, às suas condições de vida no campo, em comparação às condições do sexo masculino, fenômeno que deveria ser objeto de reflexões e estudo.

Tentando apresentar uma interpretação, o autor, limitando não do conceito antropológico de cultura, refere-se ao fato de que uma das funções das culturas é defender o indivíduo contra ansiedades. Lembra, de passagem, o fenômeno da circuncisão.

Em suas próprias palavras: "É de esperar que quem mais se sirva do elemento da cultura para defender-se de ansiedade seja quem mais tenda a sentir-se ansioso ao deslocar-se de um para outro grupo social, de uma cultura para outra, pois terá perdido as defesas ligadas ao ambiente cultural de origem e ainda não terá podido lançar mão de mecanismos substitutivos" (p. 36).

Estudos têm demonstrado a estabilidade e rigidez maiores do universo cultural nos meios rurais em relação às zonas urbanas. Assim, aquela constelação predispõe mais às desordens mentais do que esta.

Cita o exemplo de militares norte-americanos deslocados para ilhas do Pacífico, durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar da rigorosa seleção, ocorreu que os praximentais dos meios rurais mostraram-se mais sujeitos a desordens psíquicas do que os demais. Os provenientes de zonas urbanas seriam mais sadios mentalmente.

O autor acredita também que a posição da mulher, nos meios rurais, provoque uma busca mais acurrida aos valores culturais de seu meio do que no homem, em autodefesa dos estados ansiosos. Estima ela, nos processos de mudança, menos preparada para defender-se que o homem. A urbanização incidiria muito mais sobre seu patiquismo do que sobre o de seu companheiro.

Outro problema, que se impõe, é o de que os distúrbios psíquicos ligados ao predomínio da somatogênese sejam mais próprios dos homens. Nas mulheres, atuariam mais causas psicogênicas.

Esses resultados favorecem reflexões sobre "relações entre sexo, urbanização, despersonalização e desajustamento psíquico" (p. 39).

Para o autor, que apresentou hipótese interpretativa em

1965 sobre a despersonalização em meio urbano, a vida urbana, "mas não que a rural em atributos, solicitações, opções, dificuldades nos urbanas e hierarquização de seus desejos sob a influência do franco predomínio de um deles" (p. 40). A dificuldade de hierarquização "das cargas afetivas das imagens inconscientes de impulsos instintivos e necessidades vitais" (p. 40), favoreceria a desajustamento psíquico e a despersonalização nos esquizontícos.

As conclusões finais do autor sobre a influência da urbanização na saúde mental do homem e da mulher foram as seguintes:

A urbanização incide diversamente sobre a saúde mental do homem e da mulher. Tanto um quanto outra apresentam-se sensíveis às condições de vida urbana relacionadas com a profissão, a residência, o bairro e o transporte. Essas condições foram significativas, no que diz respeito às diferenças entre os sexos na incidência sobre a saúde mental. A mulher revelou-se mais atingida por frustrações do que o homem, sendo seus distúrbios psíquicos de caráter principalmente psicogênicos, ao passo que nos homens a propensão se deu para os de origem somatogênica. Estes, mais do que aqueles, apresentaram tendências para estados psicóticos.

Em segunda, ao término de seu trabalho, o autor faz referência a três possibilidades abertas por sua investigação: 1. a sensibilidade do indivíduo à urbanização e sua predisposição a distúrbios psíquicos de caráter psicogênico estariam relacionadas ao caráter mais estivo e rígido da cultura rural em comparação com o da urbana; 2. a mulher, mais do que o homem, devido à sua maior subordinação a normas rígidas no meio rural estaria mais propensa às desordens mentais daquela natureza; 3. a ocorrência de distúrbios psicogênicos nos migrantes de zonas rurais para urbanas decorreria da ausência de mecanismos psíquicos de defesa contra ansiedades na cultura rural.

O homem marginal e os distúrbios psíquicos

Um dos fatores da eclosão e agravamento de distúrbios psíquicos, citada pelo autor, na pesquisa que se acaba de

fazer, é a frustração. Mas, afirma, sendo fator necessário, não é, entretanto, causa suficiente. Para isso concorrem também outros fatores, pois a frustração não é característica passível de ocorrer apenas entre aqueles que são propensos a desordens mentais.

Ao ser tudo poderíamos alinhar, em nível diverso de influência, as tensões e os conflitos e suas repercussões sobre a saúde mental, próprios do mundo contemporâneo, assim como alguns fatores característicos do padrão de civilização vigente entre nós.

Aqui surge, ainda, uma indagação: que relação pode existir entre os processos de mudança que, a longo prazo, estão ocorrendo entre nós — a medida em que o Brasil se transforma de um país agrícola-industrial em uma nação industrial-agrícola, a industrialização tomada como polo dinâmico das transformações estruturais ocorridas nas últimas décadas — e os distúrbios psíquicos?

Este é, parece-nos, o tema principal, subjacente à tese do autor, mas não desenvolvido, preferindo fixar sua atenção no processo de urbanização, trazendo-nos a tábua, implícita, de uma delimitação tímida entre a cultura rural e a cultura urbana. Esta diversidade estriba na base de uma explicação a respeito da predisposição de certos indivíduos para a incidência de desordens mentais.

Como vimos, a cultura rural predispõe, sobretudo a mulher, à ocorrência ou agravamento dos distúrbios da mente. Mas, na mudança de um meio rural para um ambiente urbano, os indivíduos estariam sujeitos, em certo momento, a uma situação de marginalismo cultural.

O homem marginal é o "indivíduo que por meio de migração, educação, casamento ou outras influências deixa um grupo social ou cultural, sem realizar um ajustamento satisfatório a outro, encontrando-se à margem de ambos e não estando ajustado em nenhum"³.

³ Stenquist, E. V. *The Marginal Man*, New York, 1935, p. 1, citado por Florestan Fernandes em "Tijolo Marquês: Abordagem, um conceito marginal", in *Atitudes sociais no Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1961, p. 241. Poderia não haver estudo sobre o que seria a incidência do marginalismo na mulher, nessa linha de investigação, uma vez que o problema não se colocava desse modo na época da escrita do artigo.

A necessidade de optar entre padrões incompatíveis entre si leva o indivíduo a ser que enfrentar situações dramáticas, que tendem a desaparecer quando se dá o ajustamento a uma nova situação grupal e cultural.

Ale que isso se dá, contudo, o indivíduo observa continuamente sua inutilidade, vivendo um terrível drama psicológico. Seria de forma aguda os efeitos da própria instabilidade e julga, através dela, a conduta dos outros para consigo mesmo, vindo desaprovações e procurando descobrir significados nas atitudes normais dos demais membros da sociedade. Torna-se demasiadamente autoconsciente e supersensível. Ambivalência de atitudes, sentimentos de inferioridade, realçamentos, psicoses, certas compensações, suicídio, crime etc., constituem os sintomas da crise, manifestando-se com maior ou menor intensidade em sua duração⁴.

O caso estudado por Florestan Fernandes apresenta-se como extremo, no que diz respeito à diferenciação cultural: um padrão cultural indígena, comunitário, em confronto com o universo cultural de uma sociedade de classes em formação.

Provavelmente, o marginalismo pode ocorrer também no confronto entre outros padrões civilizatórios. Seria o caso, por exemplo, das situações em que vivem alguns imigrantes estrangeiros, do contato de minorias nacionais com os nativos no processo de aculturação, da mudança de um meio rural para um ambiente urbano e industrial e outras situações.

Uma das formas que assumiria, então, o distúrbio psíquico seria a manifestação de marginalismo sócio-cultural, com consequências sobre a saúde mental, acompanhado de rigidez mental como antídoto em situações involúveis.

Assim, as causas da predisposição às frustrações e, por via delas, do agravamento ou estolço das desordens mentais, poderiam situar-se, não apenas *antes da urbanização* (no meio rural), mas principalmente em um momento decisivo, já em meio urbano.

Desse modo, a teoria do marginalismo cultural constatar-se-ia em instrumento adequado para o estudo de al-

⁴ Fernandes, F., *Idem*, p. 312.

guns aspectos das manifestações psicológicas em indivíduos *propensos* à ideação mental. As descobertas meritais matulau-se-lam, preferencialmente, niquisitos indivíduos em que a mente fosse estruturada rigidamente e pobremente dotada de mecanismos culturais de ajustamento a um novo ambiente e de defesa de ansiedades em relação aos processos de mudança.

Em sua tese, o autor avança esta hipótese, particularmente em relação à mulher, conforme os dados empíricos que colheu.

Em nossa sugestão, o marginalismo cultural poderia ser tomado como área propícia à eclosão e agravamento das descobertas psicológicas no decorrer do processo de aculturação.

Ajustamento psicossocial: interação e saúde mental

Outra sugestão possível de ser ligada à anterior, refere-se à interação.

É importante esclarecer que a teoria da interação trabalha menos com a noção de fator do que com a noção de variáveis: dependentes, independentes e aleatórias.

Como se sabe, a interação integra o campo do interesse sociológico na medida em que é concebida como orientação de ações sociais.

Podê definir-se a ação social como toda a ação significativamente orientada, tendo em vista o comportamento dos outros indivíduos, em uma situação dada. Esta orientação tem um sentido não transcendente, mas relativo aos fins propostos pelos indivíduos na interação. As ações sociais são reguladas por normas — as formas de conduta socialmente aprovadas e aceitas, que padronizam o comportamento grupal — e posições de status — a posição social compreendida como o conjunto de status individuais, hierárquicos, o conjunto de lugares ocupados pelos indivíduos dentro de padrões de comportamento.

¹ A bibliografia sobre interação e grupo (Ogden, Janini e Formisano; Henleque; Cardoso e orientaram colárea; matulau *Menores e maiores de São Paulo*, Companhia Editora Nacional, 1961, em que a questão é discutida por vários autores sob outros aspectos; T. Parsons e outros) parte, onde são expostos os fundamentos do assunto.

Dissermos, anteriormente, que o ajustamento sócio-cultural (marginalismo) dos psicóticos constitui uma das formas de sua excêntrico comportamento.

Sob outro aspecto, ocorreria que, possivelmente, um dos fenômenos favoráveis à eclosão e ao agravamento das descobertas mentais seria a realização incompleta ou, mesmo, a incapacidade de interação com as outras pessoas em termos "normais", motivada, ou pela diversidade de valores existentes na situação, ou pelo marginalismo sócio-cultural, tomado ao indivíduo difícil ou impossível o intercâmbio e a comunicação. Haveria mesmo um limite em que nenhuma ação dotada de sentido fosse possível.

Essa incapacidade eclosória nos momentos de tensão, próprios das situações de mudança, estruturais ou não, individuais ou grupais.

Isso porque, considerando-se a ação social como o veículo de estruturação e ajustamento dos sistemas sociais e, portanto, dos ajustamentos individuais, não seria atingido o seu objetivo que seria a existência de finalidades, valores, significações, normas, situações e motivação comuns, mesmo que temporários.

Um dos que estudaram os processos interativos foi Talcott Parsons, cujas ideias servem de base para estas observações.¹

Quais as condições para que o *ego* e o *alter* sejam — se quando ele — cada um, objeto de orientação para o outro?

Primeiro: é necessário que, desde o início de sua ação, exista ainda a reação do *alter*, o *ego* se torne orientado para o provável comportamento do *alter* e para o que interpreta como sendo as expectativas daquele, esperando que estas influenciarão o seu comportamento.

Segundo: num sistema global, essa orientação deve ser recíproca ou complementar, o que pressupõe a evidência de comunicação através de um sistema comum de símbolos. A mais ampla generalização permite que ações, gestos ou símbolos tenham quase o mesmo significado e a intera-

¹ Parsons, T. "A estrutura básica do relacionamento interativo", in *Research in General Theory of Action*, Harvard Press, Cambridge, 1962. A teoria das ações e relações sociais de Parsons é considerada uma contribuição importante em várias partes do mundo.

ção será, então, medida através da existência de uma cultura comum. Esta, quando tem caráter normativo para os atores, pode chegar a constituir um conjunto de normas para ação. Sendo assim, a *intoxicação do ego* e *alter* tornam-se adequadas aos padrões normativos através da interação. Desde que exista, por outro lado, um padrão normativo, o *ego* e o *alter* ficam subordinados a sanções, logo que esse padrão seja violado. Ele define, nesse sentido, a expectativa dos dois atores.

Em termos técnicos anais, o sistema, embora aberto, processa-se normalmente, ocorrendo a cultura, o processo, a saída e a reinternalização, idêntica esta implícita no trabalho de Parsons.

No caso dos indivíduos sujeitos a perturbações psíquicas, ocorre que a vida social passa a ser reduzida a mecanismos simples, tendendo a primários e elementares, redução essa acompanhada ou provocada por alheamento, delírios, *rigidez mental* e/ou *frangido*. A realidade transfiguram-se magicamente (*fantasias*) e não ocorre a interação no sentido apontado acima. Não que qualquer interação deixe de ser possível; o mundo dos alienados⁴, mas qualquer que seja o tipo de sistema semi-estruturado que daí decorra, não possui caráter de estabilidade e nem significação para a sociedade global.

O mundo mental dos psicóticos, durante as crises, gira em torno de uma transfiguração do real e suas ações sociais tornam-se-lhe aparentemente desconexas, perdendo significado para os outros, além de não se completarem, isto é, não decorrem de uma rede permanente de relações interativas. Os contatos sociais tornam-se fragmentados. Mesmo quando juntos, num local e ambiente comuns, comportam-se-lhe ignorando as normas e valores dos outros grupos sociais (por vezes apenas repetindo os

⁴ O termo *alienado*, aqui, refere-se a uma das condições que foram em psicologia a pessoa humana, sob "Terra de si". No pensamento atual, a saúde e o desenvolvimento dirigem-se. A cultura não está em si mesma, mas sempre relativa, relativamente ao indivíduo. A identificação de pontos de referência em estudo sobre o sentido, movimento, comportamento ou reacionalidade de diversas afirmações, embora a antropologia tenha ignorado alguns problemas sobre isso.

automaticamente). O desajustamento psíquico repercute negativamente sobre o ajustamento sócio-cultural.

Não ocorrendo a interação, como descrevi linhas atrás, verifica-se-lhe um progressivo isolamento mental, que favorece a *exclusão* ou o *apartamento* dos indivíduos mentais nos predispostos a isso.

Ora, voltando à tese do autor, nos deslocamentos integratórios do campo para as cidades, e entre estas, ocorre frequentemente uma reformulação de toda a cultura, ou de parte considerável dela, sendo o marginalismo cultural uma fase desse processo, dependendo a saúde mental da capacidade dos indivíduos de interagirem eficazmente na nova situação, adaptando-se a novos padrões de comportamento, em condições de mudanças muito rápidas, em que, muitas vezes, não se completa a transição da cultura de uma geração às seguintes, quando isso é possível.

Divisão do trabalho e disordens mentais

Estas reflexões nos levam, por fim, a outro problema, para o que é preciso mudar o ângulo da análise.

O estudo dos efeitos de fatores sociais sobre a saúde mental não pode segundo pensamos — ser produtivo, se ele não levar em consideração o processo histórico real.

Assim, na consideração da influência que teria a divisão social do trabalho sobre a saúde mental, teríamos que procurar compreender como está ocorrendo no presente, no Brasil, a diferenciação societária.

Estado o país em processo de alteração de uma estrutura agrícola-industrial — como dissemos anteriormente (sendo importante considerar o problema da demografia cultural) — dentro de um padrão civilizatório capitalista em sua essência, os efeitos negativos da divisão do trabalho recausam de preferência sobre aquelas áreas e indivíduos imersos ainda num ambiente sócio-cultural anterior, *pre-capitalista*.¹¹

¹¹ Entendemos, aqui, por *pre-capitalismo*, o momento em que a economia mental está ainda naturalmente análoga. Utilizamos o termo "pre" em sentido de expressão "pre-capitalista", embora existam outras acepções. Cito Furtado, no *Formas do desenvolvimento*.

Estudando o papel da divisão do trabalho na formação do modo capitalista de produção da vida social, em relação ao período da manufatura, lembra Marx¹¹ que a manufatura surgiu historicamente de duas maneiras: primeiro, pela reunião em uma única oficina, sob a direção de um capitalista, de indivíduos aptos a desempenhar ofícios diversos para a produção de um mesmo objeto. Um dos efeitos desse processo é que aqueles que estão encarregados da produção da manufatura tornam-se trabalhadores parciais, "perdendo pouco a pouco el hábito y la capacidad para desempeñar su oficio en toda su extensión"; segundo, pela reunião pelo mesmo capital de muitos artesãos isoladamente, juntos o mesmo trabalho que executavam isoladamente; posteriormente, as necessidades do mercado exigem que, em vez de um só indivíduo executar uma por uma as operações necessárias à fabricação de um mesmo objeto, ocorra uma divisão do trabalho: "De productor *individual* de un arteano independiente, que lo hace todo, la mercadería se convierte en producto social de una colectividad de artesanos, especializados cada uno de ellos en una operación parcial distinta".

Esse parcelamento da atividade humana, na produção de mercadorias — como se sabe — favoreceu, por um lado e em alguns lugares, e de modo desigual, a fixação profissional vitalícia e, com esta, o surgimento de castas de profissionais, transmitidas de pai para filho e, por outro, despoja o artesão ou o oficial da propriedade dos seus instrumentos de trabalho, transformando-o no trabalhador livre, obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver. Este último resultado ocorre para o amadurecimento da economia mercantil, pré-capitalista — crise do velho capital comercial e financeiro — proporcionando também modificações no universo cultural correspondente.

A divisão do trabalho poderia, assim, no caso da forma-

ção do modo de produção capitalista, favorecer a ocorrência de distúrbios mentais, por desajustamento, nos indivíduos *predestinados* a isso.

Também aqui surgiram situações culturais marginais, e momentos de tensão e conflito, com as conseqüentes ambivalências de atitudes e crises, mentais nos indivíduos-citizens, tanto o homem como a mulher.

"Es indudable que toda división del trabajo en el seno de la sociedad lleva aparejada inconscientemente cierta de-generación física y espiritual del hombre. Pero el período manufacturero acentúa este desdoblamiento social de las ramas de trabajo de tal modo y muestra hasta tal punto con su régimen peculiar de división, en las raíces vitales del individuo, que crea la base y da el impulso para que se forme una *patología industrial*"¹².

No Brasil, a penetração do capitalismo no campo é a forma pela qual ele se desenvolve nos centros urbanos e industriais (o "capitalismo selvagem"), podera ou não favorecer o aparecimento de situações em que a eclosão ou o agravamento dos distúrbios psíquicos se verificasse, relacionadas com a divisão social do trabalho.¹³

O assunto é complexo e o que se faz aqui é apenas a referência historiável, porque a época é diferente, assim como a formação social específica. Viremos em contato com a tecnologia mais avançada atual, num país que chega tarde ao capitalismo.¹⁴

Conclusão: mudança mental e mudança social

São variados os fatores sociais, culturais e psicossociais cuja incidência sobre a saúde mental pode provocar distúrbios psíquicos. Alinhavos aqui três: o marginalismo cultural, a incapacidade de integrar de maneira a existir em grupo social ou estruturar a própria personalidade, e a di-

11) Marx, K. "Obras completas", Rio de Janeiro, 1972, t. III, em "varriante de capitalismo de Estado". Presentemente a problemática do mercantilismo e de sua contrapartida, o mercenarismo, tornam-se correntes, sob a forma da crítica ao multinationismo.

12) Marx, K. "Patología del trabajo y manufactura" in *El Capital*, México, Fondo de Cultura Económica, 1959, p. 272, vol. I.

13) Marx, K. *Op. cit.*, p. 396.

14) Pereira, L., em *Perda e desenvolvimento no Brasil*, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963, cap. III, faz em referência ao serço-público.

15) Chasin, J. *O aparecimento de crises selvagens*, Ciências Humanas, São Paulo, 1978, cap. IV.

visão do trabalho. Nos três casos ocorreriam situações de frustrações, tensões e conflitos, favoreces a eclosão ou agravamento dos distúrbios psíquicos. Trabalhos, pithicamente, com a noção de *predestinação*, assunto que, por si só, mereceria uma discussão à parte.

Na hipótese da cultura rural apresentar maior rigidez do que a urbana, segundo o autor, que se baseia em depoimentos e pesquisas oriundos de diversos países, poderia nos aventar a hipótese de que são os processos de mudança social e cultural e seus efeitos sociopsíquicos, o terreno propício para a criação de situações em que os indivíduos têm que por em ação todos os seus recursos adaptativos. A eclosão ou o agravamento dos distúrbios psíquicos estariam preferencialmente ligados à incapacidade, total ou relativa, momentânea ou não, de ajustamento das pessoas a novas situações diversamente estruturadas. Os indivíduos passariam por um processo de ressocialização que está além de suas possibilidades pessoais de entendimento e controle das situações.¹²

Permanece, contudo, em aberto, o questionado de se a experiência é cumulativa, nesses casos, preparando as pessoas para novas situações de mudança. Por outro lado, os fenômenos referidos aqui devem ser pensados por todos aqueles que abordam situações que provocam efeitos de anomia grupal.

Uma conclusão geral poderia ser a de que a gênese dos distúrbios mentais estaria relacionada — além de a outras causas — ao alto custo psíquico dos processos de socialização e ressocialização em sociedades dotadas de rápidas mudanças de mudança. Esta ocorre, assim, sem que exista possibilidade de ajuste adequado entre meios e fins em muitas situações.¹³

¹² Cf. Vignoli, L. *Rever e sua família*. Outros filhos são tratados de maneira análoga. Nestos em, *A maior operação: um povo e governo*, o problema aferece. São uma visão ampla do processo de desorganização do capitalismo não somente a proletariatura como usual.

¹³ A "anormalidade" ocorre, quando fosse alterado o limite da "máxima consciência possível" a que se refere Ulmer (Cahiers). A não percepção que a parietariedade não e necessariamente uma pira legal.

A PRÁXIS INTELLECTUAL DO TRABALHO TEÓRICO HOJE

O texto "A Formação dos Intelectuais", de A. Gramsci, tem início com uma pergunta: "Os intelectuais constituem um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais?" (p. 3). A resposta é remetida à consideração das formas de produção dos intelectuais, através do exame do processo histórico.

Gramsci refere, como importantes, duas: a) a produção dos intelectuais "orgânicos" pelos empresários, forma essa que supõe a afirmação de que "Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político" [...]. (p. 3); e b) a produção dos intelectuais historicamente anterior à herança do passado, forma essa que supõe a afirmação de que "estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com 'espírito de grupo' sua continuidade histórica e sua 'qualificação' [e] consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante" (p. 6).

Essa caracterização de Gramsci baseia-se no método que consiste em buscar o critério de distinção não "no que é intrínseco às atividades intelectuais" (p. 6/7), mas "no conjunto da sistema de relação no qual estas atividades se,

¹ Gramsci, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

portanto, os grupos que se personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais" (p. 7).

Para Gramsci, a atividade intelectual consiste na "capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual)" (p. 4), num "mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora" (p. 7). Por isso, diz: "Todos os homens são intelectuais [...] mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais" (p. 7). Segundo Gramsci, então, "é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais" (p. 7). Mais adiante, diz: "Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, mas se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*" (p. 7).

Dessa concepção decorre que "No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve conduzir a base do novo tipo de intelectual" (p. 8).

Mas, "O modo de ser do novo intelectual", a partir dessa base "da técnica-trabalho, eleva-se a técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanecem 'especialistas' e não se chega a 'dirigente' (especialista mais político)" (p. 8).

Para Gramsci, "Essa colocação do problema traz, como resultado, uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas somente assim torna-se possível alcançar uma aproximação concreta à realidade" (p. 11).

Essa realidade, nos anos 30 (p. 22), levava-o a dizer que "No mundo moderno, a categoria dos intelectuais, assim entendida, ampliou-se de modo inaudito. Foram elaboradas, pelo sistema social democrático-burguês, imponentes massas de intelectuais, nem todas justificadas pelas necessidades sociais da produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante" (p. 12).

Para maior clareza do conceito, verifica-se que, para Gramsci, são intelectuais, em vários momentos históricos, "o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito" (p. 3/4), "o empresário" (p. 4), a categoria "dos eclesiásticos" (p. 5), "a aristocracia vegetal" (p. 6), "o operário ou proletário" (p. 7), "o filósofo", o "artista", o "homem

de gênio" (p. 7), o "hierarca", o "filósofo", o "artista" (p. 8), os "jornalistas" (p. 8), os "funcionários estatais", os "profissionais liberais", os "técnicos" (p. 10), os "criadores de várias ciências, da filosofia, da arte, etc." (p. 11), os "administradores" e divulgadores mais modestos da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada" (p. 12).

Por isso, diz que "De fato, a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus, inclusive do ponto de vista *intencional*" (p. 11). (O grifo é meu.)

Aqui, estabelece-se uma contradição na proposição de Gramsci: se o intelectual é produzido "pelo sistema de relações" (p. 7) e não pelo que lhe é *intencional* (p. 6), como resolver o problema?

A resposta é remetida à práxis manipuladora que existe "nas sociedades que surgiram do mundo medieval", sendo a escola "o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis" (p. 9).

Dá, de o exemplo da técnica industrial: "a industrialização de um país se mede pela sua capacidade de construir máquinas que constroem máquinas e na fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas e instrumentos que constroem máquinas, etc. O país que possui a melhor capacidade para construir instrumentos que fabricam estes instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-industrial, o mais civilizado, etc." (p. 9).

Toda a argumentação de Gramsci está voltada, então, contra "a filosofia idealista [que] pode ser facilmente relacionada com esta posição assumida pelo complexo social dos intelectuais e pode ser definida como a expressão desta utopia social segundo a qual os intelectuais acreditam ser 'independentes', autônomos, revestidos de características próprias, etc." (p. 6).

Dal, sua crítica a Gentile e Croce, deste último diz: "Croce, notadamente, sente-se fortemente ligado a Aristóteles e a Platão, mas não esconde que esteja ligado aos senhores maiores, Agostini e Benini" — e acrescenta: "prezavelmente isto deve ser procurado a característica mais marcante da filosofia de Croce" (p. 6).

É importante discutir a questão do intelectual "autôno-

mo", visto que a posição de Gramsci é uma posição de e do Partido, no contexto de luta do capitalismo.

A solução de Gramsci, para o intelectual, é a cooperação (p. 5/9).

O intelectual autônomo

O intelectual sem partido ou fora do Partido apresenta exatamente a característica oposta à dope de Gramsci. Simultaneamente, identifica-se com o "grupo social autônomo e independente", "contra" o qual luta aquele.

O que é esse intelectual?

Há, aqui, preliminarmente, uma questão de teoria do conhecimento, que especifica o intelectual. Não se trata de separar os tipos de intelectuais, mesmo que pela forma histórica em que se apresentam. Porque o intelectual tem uma especificidade, em relação a outros tipos de trabalhadores, e que se refere ao seu objeto e meio de trabalho principal: as ideias.

Há que distinguir, então, duas faces de um processo: a) num primeiro momento, "a consciência vem de fora"; b) num segundo momento, "a consciência vem de dentro", porque se autodetermina como ideologia. O intelectual é, então, embo, que produz a ideia numa prática particular. Qual é essa prática?

O trabalho intelectual implica certo número variável de atividades específicas: a redação, ou não, do original (podem ser usados recursos como o manuscrito, o gravador e a fita, a dattilografia direta, a dattilografia indireta, a este-nográfica etc.) — o que implica a posse de recursos ou uso de objetos e meios de trabalho materiais variados como máquina de escrever, hortaça, carbono, papel jornal, papel ofício, estereógrafos diversos, canetas, lápis, régua, cola, tesoura, fitas adesivas, nominadores, glide, *stipos*, grampeador, blocos de anotações, agendas, gravador, fitas etc. — o que o leva a relacionar-se com o comércio e a produção industrial, por seus meios de locomoção; a produção de ideias, que depende de duas atividades distintas: 1. a compra, aquisição ou copia (estêncil, *xerox*, *off set* etc.), de jornais, revistas, livros e sua leitura e seleção; 2. a reflexão sobre material lido ou mentalizado, assim como o

diálogo, a troca de opiniões, ou o debate com outros intelectuais — o que implica novo e diverso relacionamento com o mundo do comércio, dos serviços e da produção industrial de objetos e meios de trabalho.

Por isso, a prática do intelectual implica a produção de uma teoria e de uma prática diversas das teorias e práticas de outas pessoas. Essa prática reproduz continuamente, de modo auto-regulado, como intelectual. Há, então, uma tecnologia própria do trabalho intelectual, que — e isto é específico — são produzidas intelectualmente, ou seja, sujeito e objeto são entidades abstratas, que se relacionam arbitrariamente como ideias, no mesmo e único indivíduo. É justamente isto que produz e reproduz socialmente o intelectual "autônomo e independente".

O resultado do trabalho intelectual, este sim, é efeito do "conjunto do sistema de relações no qual essas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais".

Chega-se, com isso, a uma inversão da proposição de Gramsci, na qual o resultado é o ponto de partida, verificando-se que há uma diferença entre origem de classe e posição de classe.

Dai, a fragilidade do argumento contra Croce, em que pese a correção da posição política de classe de Gramsci, mas não da sua conclusão. E que, a partir das premissas, não era possível copiar Croce, porque este estava estritamente ligado a Aristóteles e Platão, mas tacitamente "aos senadores Agnelli e Benini".

Por que Croce não podia ser copiado?

Porque o caminho de Croce era da ideia (o valor intrínseco) à ação política (o valor do resultado do trabalho) e não o contrário.

Isto coloca o problema em termos de uma contradição.

O intelectual e os outros

O intelectual de ou do Partido e o intelectual sem ou fora do Partido são categorias sociais próprias da época atual, que Gramsci refere como originárias da ação de grupos sociais que deles necessitam, para dar-lhes "homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo

econômico, mas também no social e no político". É que a sociedade, em qualquer tempo e lugar, precisa pensar-se a si mesma, sem o que perde sua teleologia. E isso é válido para a classe social e para o próprio grupo intelectual. Por isso, também para o grupo político e o Estado.

Assim é que o intelectual é, ao mesmo tempo, um *homo faber* e um *homo sapiens*, como diz Gramsci, que tem, depois, que admitir-lhe uma característica intrínseca, em razão da diferenciação da atividade em graus.

Seja qual o *homo faber do homo sapiens*, no caso do intelectual, pode servir com eficácia à prática manipulatória, mas acaba por destruir o próprio intelectual, cuja teleologia é substituída pela teleologia do computador. Com esta substituição destrói-se a capacidade criadora socialmente necessária que o intelectual possui e que a máquina não tem, porque depende dele.

Por isso, destruir o intelectual é destruir os objetos de trabalho e os meios de trabalho que o engendram e, com eles, a tecnologia existente, num processo autôfágico.

O intelectual, mais do que qualquer pessoa — mesmo no sentido de Gramsci, que inclui entre eles o empresário e o operário — sabe disso. De sua luta contra o nascer, ontologicamente, a posição do "grupo social autônomo e independente" e a revalorização da ideia, que é sua própria razão de ser.

A solução do queixo implica a superação da teoria do conhecimento que engendra apenas a falta de fundamento do real.

É preciso compreender o movimento do real.

Isso põe-se como um trabalho cultural, hoje socialmente necessário.

O ESPAÇO COMO SER: UMA AUTO-AVALIAÇÃO CRÍTICA*

Neste trabalho considero a legalidade de uma disciplina que denomino Geografia Teórica, destinada à discussão do problema do espaço como ser, por uma via que define a possibilidade da solução teórica, que implica uma prática específica. Como são muitos os problemas a serem em conta, e como se trata de um pensamento em elaboração, a forma que assume o discurso é a de uma auto-avaliação crítica. Esses problemas são: o movimento, que se repete, da posição racionalista à empírica, e vice-versa; a tentativa de responder à questão de se a estrutura é um componente ideológico do real ou se é um atributo do objeto; a categoria da subordinação, com a qual trabalho; o problema da natureza das relações; a busca de resposta para a indagação — o que é o espaço?; a solução pluralista em sua forma atual; uma teoria do lugar e seus fundamentos; o antigo tema da dialética da natureza; a materialidade do espaço; a relação positivismo-dialética na geografia francesa; o que denotamo de ontologia de Reclus; a categoria da particularidade; a natureza dos estudos sobre o Brasil; a singularidade estrutural; o movimento da estrutura; o movimento do pensamento em nossa época; as soluções ontológicas possíveis; como a economia política, a geoeconomia política, a espacialização da Economia Política. Termino o texto sugerindo a pesquisa como requisito para dar substância ao projeto de uma teoria em elaboração, capaz de dar a referida legalidade ao trabalho intelectual, capaz de produzir essa Geografia Teórica.

* Palestra realizada, em maio de 1979, em curso de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os assuntos estão agrupados em três tópicos: O Espaço Ontológico; Espaço e Movimento; O Espaço da Particularidade, correspondendo, respectivamente, a uma discussão sobre objeto, uma discussão sobre método e uma consideração conjunta de objeto e método, que, como determinação, põe o problema da práxis intelectual e da legalidade do trabalho teórico. O resultado, como produto socialmente necessário, justifica-se como atividade cultural que põe em evidência o saber como componente acadêmico ou utilitário em nossa sociedade, no presente. Por isso, este texto tem um valor em si e um valor para consumo cultural. E que as ideias, ao nível da técnica, da ciência ou da Filosofia, em nosso mundo moderno, apresentam-se como elementos necessários à duodécima das contradições do real, num nível que questiona a própria produção intelectual, como trabalho individual ou coletivo.

Essa nível pode ser referido ao mundo urbano, que representa hoje o lugar em que se condensam as contradições do campo e da indústria, das quais tomamos consciência intensamente, por meio das comunicações. O discurso tem, então, uma referência lógica específica, que representa a particularidade do presente, presente esse que contém o passado e o futuro, espacialmente dados.

Nesta modalidade, as ideias não propõem nem a ação política, nem o debate crítico, a não ser na própria instância de poder, a Universidade. Elas encorajam, por isso, seu ser, na própria ontologia do trabalho intelectual. Todavia, essa ontologia é indicativa da ação política e do debate crítico, sem pretender substituí-los e necessariamente comprometer-se com outras soluções que não as do próprio autor, que se coloca aqui como um intelectual, que não propõe sendo sua própria ideologia.

O espaço ontológico

Muitos geógrafos, hoje, estão tentando encontrar a via de solução teórica para o trabalho que a Geografia deve fazer agora. A geografia realizada até o presente ganhou o estatuto, que deve e necessita ser reconhecido como simplesmente alcançado, de uma disciplina científica, que deveria autodeterminar-se Geografia Descritiva ou Geografia Em-

pírica. O movimento contraditório do pensamento, no relacionamento, a primeira e a segunda, defronta-se com um grande número de questões, sem que consiga resolvê-las. E que essa Geografia Descritiva é um produto acabado, ao passo que a Geografia Teórica está apenas surgindo.

Uma contradição importante da primeira é a ampla pesquisa que realizou no âmbito dos trabalhos sobre espaço absoluto. Os textos recentes tratam do espaço relativo. Mas esses trabalhos geralmente não contém discussões teóricas. Além disso, põe-se o problema do espaço relativo.

Die D. Harvey: "Há outro sentido, em relação ao qual o espaço pode ser pensado como relativo, e opo por chamarlo espaço relacional — o espaço, tomado à maneira de Leibniz, como estando contido nos objetos, no sentido de que um objeto existe, apenas e somente, se contém e representaria dentro de si relações com outros objetos" (p. 13).

A proposição de D. Harvey é importante naquilo que representa a possibilidade de superação da dicotomia espaço absoluto versus espaço relativo. É importante também porque ultrapassa a consideração do espaço absoluto como solução filosoficamente de caráter idealista. Isto é, o espaço absoluto de Harvey tem existência real, objetiva e material.

No entanto, essa solução representa um problema, ou seja, o espaço não se põe como ser. A solução no que diz respeito ao movimento do espaço é remetida à prática humana, que valida a questão da ação política e do debate crítico, mas não resolve o problema teórico.

A solução e racionalista, naquilo em que provoca o apertamento de sua contradição, o tempoísmo. A busca de um caminho à solução deve passar pela tentativa de resolver a superação da contradição que se põe. Harvey não o faz. Diz ele: "Até aqui lidamos com totalidades e estruturas como se fossem símbolos e falhamos em considerar como as totalidades e estruturas devem ser definidas." Contudo, reconhece que "[...] estruturas distintas existem na totalidade e [...] essas estruturas podem ser diferenciadas uma das outras" (p. 290).

Relacionando Marx e Pagnat, Harvey caracteriza o problema como um "estruturalismo operacional". Não sei se

essa não é a posição do próprio Harvey afinal. Porque não fica claro se a estrutura é um componente ideológico ou um atributo do objeto.

Lacoste diz o seguinte: "Aprender a espacialidade diferencial e procurar estruturá-la é substituir uma representação do mundo feita de dados e de demarcações evidentes, por uma representação de mundo "construída" pela combinação de conjuntos espaciais que se formam intelectualmente e que constituem instrumentos diferenciais de apreensão progressiva das múltiplas formas da "realidade" (p. 111).

Enquanto Harvey lida com totalidade e estruturas e não resolve o impasse, Lacoste assume a estrutura como objeto. Em relação a questão de se estrutura é um componente ideológico ou um atributo do objeto, apresenta, em primeiro lugar, a questão do observador, ou, como diz, se trata de aprender o real. Esse real é espacialidade diferencial que deve ser estruturada; a partir dessa postura, Lacoste chega a que fazer isso e substituir o empirismo ("uma representação do mundo feita de dados e de demarcações evidentes") pelo racionalismo ("uma representação do mundo "construída""); essa construção se dá por "combinação" de "conjuntos espaciais"; os "conjuntos espaciais" e *formam* intelectualmente; esses "conjuntos espaciais" constituem "instrumentos diferenciais"; a "apreensão progressiva" do objeto numericamente, de instrumentos — os "conjuntos espaciais" teóricos; o objeto são as "múltiplas formas da 'realidade'" — o objeto é múltiplo e apresenta-se como *forma*; que é manutenção da "realidade".

É clara a crítica ao empirismo e a defesa da posição racionalista. Mas, por um caminho diferente do de Harvey. Note-se que Harvey assume a dialética e o método de Marx; Lacoste trabalha com uma modalidade de estruturação que se qualifica como "estrutura da espacialidade diferencial". O que ambos têm em comum é a preocupação com a especificidade do objeto. Harvey fala em "estruturas distintas", que podem ser "diferenciadas uma das outras"; Lacoste fala em "conjuntos espaciais" mentais, que são o meio para a apreensão progressiva do objeto, que é múltiplo e apresenta-se ao observador como forma, e esta como maneira de ser da "realidade".

40

A contribuição de Lacoste, que julgo importante, é a desmistificação do reducionismo geográfico: o todo é, desde logo, complexo. Essa complexidade é, então, desdobrada analiticamente, no discurso, através de uma solução estrutural que se apóia nos termos *espacialidade diferencial*, *representação do mundo*, *combinação*, *conjuntos espaciais*, *instrumentos diferenciais* e *formas*.

No entanto, o espaço se põe como *ser*, mas por uma via epistemológica; a questão, de simples, passa a ser complexa, mas o todo é preservado por um retorno tradicional da geografia francesa: a noção de *combinação*. O todo não é como tal, mas resulta de um agrupamento.

A solução é, por isso, uma proposta metodológica; que remete ao fazer e, portanto, ao empirismo; cabe a prática intelectual resolver a questão. Daí que, a pergunta — a estrutura é um componente ideológico ou um atributo do objeto? fica sem resposta, ou seja, só a prática humana a resolve em Harvey, e só a prática intelectual a resolve, em Lacoste.

Uma objeção importante às caracterizações de Harvey e Lacoste a propósito do espaço, é a de que elas dizem respeito a uma posição, que pode ser considerada como resultado de um ponto de vista relativo ao lugar de observador ou Estada Unidos e a Europa. Qual poderia ser o ponto de vista do Terceiro Mundo?

Para Milton Santos, que estudou a questão, o espaço se põe como "totalidade e estrutura íntima". Como diz: "A natureza dessa nova forma de totalização correspondente à era da tecnologia e das multinações exige que o quadro nacional seja tomado como a escala vital de cada totalidade e da um lugar pertencendo ao valor da estrutura interna, concreta, de cada país. E através dessa estrutura interna concreta que os chamados valores mundiais se exprimem ao nível de cada classe social, de cada lugar, de cada cidade, que é o que conta" (p. 171).

Aqui, a estrutura não é nem um componente ideológico, nem um atributo do objeto. Desde logo, a questão se põe de modo diverso. É que Milton trabalha com uma teoria do valor normativo; é quando diz que "a natureza dessa nova forma de totalização" (tecnologia e multinações) exige uma escala ("o quadro nacional"). Por isso, põe-se a questão da especificidade da escala, especificidade esta que

41

recebe um atributo de valor. Ou seja, "a natureza dessa nova forma de totalização", "dá um lugar particular ao valor da estrutura interna, concreta, de cada país." Então, o espaço age subconscientemente sobre o espaço e o subspécio fenomenologicamente, vale dizer, pelo ângulo da terminia fenomenologicamente, vale dizer, pelo ângulo da percepção. A essa teoria do valor psicológico acrescenta-se uma dimensão diferente; não é que o lugar tenha um "valor em si" (inhábito), mas "é através dessa estrutura interior concreta que os chamados valores materiais se exprimem". Há, então, uma teoria do valor, psicologica, que se exprime através de uma estrutura interna ("concreta, de cada país") objetiva; esta objetividade é representada pela *classe social*, pelo *lugar* e pelo *cidadão*, o concreto se exprime como *instâncias (insten)*, que são essas a classe, o lugar, o cidadão; um dado social, um dado geográfico e um dado político. A unidade do argumento é sistêmica e pode ser representada na seguinte: valores materiais (*insten*), estrutura interna concreta (quadro nacional) (processamento), e classe, lugar, cidadão (*insten*). O *fenômeno*, representado pelos níveis classe, lugar, cidadão, influenciando sobre os valores materiais, realimenta o sistema.

A solução de Milton Santos implica uma abordagem que combine economia política, geografia, fenomenologia, e análise sistêmica. Há, aqui, uma estrutura dinâmica, de sentido diverso do das soluções de Harvey e Lacoste. Santos lida com "totalidade e estrutura interna". O todo aparece como *sistema dinâmico*, ou em funcionamento, ou em movimento. Seu ser é a determinação interna do econômico, do político, do geográfico e do psicológico. Objetivamente, o todo, o sistema, é envolvente, e o observador sabe que sua objetividade é produzida e reproduzida pela "era da tecnologia e da multimedialidade", que engloba todo o universo capitalista e se estende aos espaços sociais-tais e do Terceiro Mundo (países subdesenvolvidos). A realidade mundial apresenta, como dado, a nação, o "quadro nacional", como estrutura interna, que é o meio de expressão dos níveis classe, lugar, cidadão. O conhecimento referente à modalidade específica de estruturalismo, que apresenta a possibilidade de tratamento de muitas variáveis a um só tempo. No caso, a análise sistêmica é uma análise geo-econômica-política-fenomenológica. A post-

ção de Milton, aqui, amplia a discussão de Harvey e Lacoste, quando sugere a noção de "estruturalismo sistêmico". O "estruturalismo sistêmico" torna irrelevante a questão de se a estrutura é uma ideologia ou se é um atributo do objeto.

Muita poção em relação às questões apresentadas não implica negação das soluções encontradas. Nesta avaliação crítica preocupo-me a afirmação de Harvey de que o método de Marx propõe que as soluções sejam tomadas como problemas e estes como soluções. Examinando as proposições anteriores, encontro lugar para a afirmação de minha problemática. Digo: "Isso quer dizer que cada problema mantém a tradição da ciência de síntese, mas termina por abordar apenas uma parte do todo. O possível é, então, a construção da subtotalidade" (p. 6).

A ideia de subtotalidade é uma transposição, para a dialética, do problema de todo e partes do estruturalismo. É fácil compreender que, tratando do conhecimento em seu conjunto, a ideia de subtotalidade pode justificar a existência de qualquer conhecimento específico em meu caso, da Geografia.

Meu ponto de partida é o espaço relacional de Harvey, mas sinto como ponto de referência a teoria das *mônadas* de Leibniz. Por que a tomo? Porque vejo a Geografia como uma ciência que tem no espaço-superfície da terra seu objeto. O espaço é o fundamento de meu racionalismo, quando o afirmo como categoria que contém o lugar, e este é expressão da área, da região, do território. A superfície da terra é o fundamento de meu empirismo, quando a tomo como manifestação concreta sensorial do lugar, enquanto oásis, rios, montanhas, planícies, cidades, portos, populações, etc. A teoria das *mônadas* identifica as categorias e conexões geográficas e os mostra à percepção na superfície da terra, como lugar em si e lugar de ocorrência e manifestação.

A dualidade "razão pura"/"razão prática", de Kant, permite que se coloque o problema da explicitação, superando a tipologia implícita na proposição de Leibniz.

A dialética de Hegel me dá condições para entender que o território (tese) é a afirmação, que leva à sua negação como região (antitese), contradizendo essa que é superada em

quanto área (área), então, uma dialética do lugar e, por isso, uma dialética do espaço, do qual tornamos conhecida e que, no movimento do real, permite resolver os problemas que nos cobrem.

De Marx como a dialética materialista é o materialismo histórico, que me dá a dimensão da materialidade do espaço e da presença nele da história e, por isso, de categorias como o tempo geográfico e o tempo histórico.

De Wiedebald tenho a noção de ciências idiossincrásicas e nomotéticas, que deve encontrar solução no âmbito da Geografia.

De Wittgenstein tenho os recursos metodológicos da filosofia analítica, como instrumental importante para entender a epistemologia.

Da fenomenologia tenho a teoria da percepção e a teoria do fenômeno em geral.

Do existencialismo tenho-me, principalmente, na questão do sujeito e objeto existenciais.

Finalmente, encontro em Althusser, as noções de estrutura e sobre-determinação, mas separando o positivista do filósofo dialético.

Não há dúvida, na posseção. Essa teoria do conhecimento está tornando-se necessária.

Não há, também, excessismo, porque não há mistura nem arbitrariedade no tomar dessas posições elementos para a análise, articulando-os numa ontologia espacial. Por isso, a análise de que falo não é, basicamente, a análise cartológica. É por isso que, nos problemas aqui apresentados, em Harvey, Lacoste e Santos, gostaria de acrescentar o seguinte: de que natureza são as relações possíveis, ao nível do objeto e do método? É o que peço ao leitor.

Não há, na minha posição, tentativa de lutar contra o racionalismo, ou contra o empirismo, embora na minha prática intelectual tenha que considerar essa problemática, na medida em que o movimento geográfico tende, ora para uma posição, ora para outra. Minha preocupação é, lançando mão dos fundamentos consuetos e, talvez, de outros — tendo como referência o objeto geográfico — encontrar uma solução não sistemática para a contradição. Por isso, trabalho com ontologia. Mas substancialidade não é sinônimo de substância. Esclareça-se que nada tenho a opor

a Teoria Geral dos Sistemas, enquanto ao que é ou seja, uma teoria, entre outras.

A questão crítica, que se coloca em relação à proposição de substancialidade para a Geografia, é o problema das relações e de sua natureza. Não me refiro às relações homem-não ou homem-natureza, mas ao conjunto das relações espaciais, naturais e sociais. Por isso, a questão que se põe, como pré-requisito, e que ainda não está respondida é: o que é o espaço?

Se o espaço é tomado como dicotômico, muitas soluções são possíveis: há tantos espaços quantos são as abordagens. Se o espaço é tomado como contendo em si a contradição, apenas duas soluções são possíveis: a monista e a pluralista. A solução monista implica a consideração do espaço como uma única substância, irreduzível a qualquer outro aspecto do real. A solução pluralista o toma como sendo internamente articulado por seus elementos componentes. Dicoito, aqui, apenas esta segunda posição.

Não se trata de apresentar uma solução de "laboratório". O que faço é lançar mão do fundamento de uma proposição. Parto da crítica da ideia — tomada unilateralmente — de que "os corpos ocupam lugar no espaço". Por isso, proponho (desenvolvendo as consequências da posseção de Harvey), que tanto os corpos como o lugar vazios constituem manifestações da materialidade do espaço. Na medida em que a demonstração não se propõe, a questão se põe como posseção de princípio. Por isso, o tema substantivo passa a ser: "teoria do espaço?" ou, "teoria do lugar?"

Não há necessidade de defender a existência de teorias do espaço. O que tem sido contraditado é a possibilidade da existência de uma teoria do lugar, por que lugar não seria uma categoria do entendimento. Existo, desde logo, a ideia de que a proposição de "gêneros de vida", de La Blache, por exemplo, seja uma teoria do lugar. Como diz Hartshorn: "Se as variações entre as diversas categorias de fenômenos, referidas pelos exploradores e pelos viajantes acerca de muitas áreas do globo [...] não mostrassem possível qualquer relação mútua além da que oferece a localização comum, a Geografia seria pouco mais do que um catálogo organizado ou uma enciclopédia de fatos sobre diversos países" (p. 18).

Uma teoria do lugar, significativa para o homem, deveria ser uma teoria do valor em Geografia. Por isso, defendo, também, como questão de princípio, a ser demonstrada, a existência de um modo de produção natural e a existência do trabalho natural; em outras palavras, uma dialética da natureza, além de uma dialética do social — que é admitida sem muita dificuldade — que seja o fundamento da ideia de Marx do que deixa implícito com a noção de *primitiva natureza*. É um pressuposto necessário para mudar a ênfase da ideia de ocupação do espaço para o conceito de *relações no e do espaço*. Não que a primeira não ocorra, mas, sua consideração extrapola o objeto da Geografia. Por isso, é necessário tomar o espaço em si, como ocorrência material, como espaço absoluto, relativo e regional. Por este caminho a Geografia deixa de ser apenas uma ciência auxiliar e externa a outras ciências.

Penso que as ideias de materialidade e de materialidade do espaço, como foram expostas, representam questões a serem debatidas. Elas levam à questão, na solução pluralista, da existência de um espaço interno e de um espaço externo. Do ponto de vista hegeliano, o monismo se dá como tese, o pluralismo como antítese. Não sei qual a síntese. Talvez não seja possível discuti-la, sem a consideração da questão espaço e movimento.

Espaço e movimento

Esta é uma questão bastante atual e, no plano do conhecimento, vem sendo discutida como dicotomia, ou contradição, como positivismo ou dialética.

Tanto, aqui, o exemplo da geografia social francesa. O que entendo por positivismo, no caso, tem como ponto de apoio a ideia de que, nos autores que vou mencionar, a partir da discussão constante sobre *forma*: a paisagem, apesar da discussão constante sobre *forma*: a paisagem. Além disso, suas posições variam no tempo e em teoria do conhecimento: em linhas bastante gerais, os clássicos preocupam-se com o objeto; os moderados privilegiam o sujeito. Há, então, uma separação também neste aspecto. Comento, brevemente, essa separação em Vidal de la Blache, em Max Sorre, em Pierre George e em Paul Claval.

A separação em La Blache manifesta-se na dicotomia espaço e progresso, que tem como referência o princípio da unidade terrestre.

A separação em Sorre aparece como uma tentativa de relacionar espaço e equilíbrio (ecológico). O equilíbrio é referido como equilíbrio instável. A unidade terrestre de La Blache transforma-se na análise que fragmenta o espaço em geográfico, natural, humano, político, econômico e social.

Em Pierre George a separação assume a relação espaço e ação. A ação desenvolve-se sobre uma base, a superfície da terra, que é o meio, no qual existe a comunidade humana. As relações se dão em planos horizontais e verticais e são diversificadas na tipologia.

Paul Claval estabelece uma separação entre o espaço e progresso. A dicotomia apresenta mais do que a consciência subjetiva da fragmentação, ela se torna uma segunda relação sujeito-objeto, no conteúdo mais recente de círculo.

Apesar do predomínio, na geografia social francesa, dessa abordagem, essa mesma geografia apresenta uma ruptura em sua unidade, quando se considera o caso Eliseo Reclus.

Reclus, em "L'homme et la terre", afirma o seguinte: "Cada período na vida de um povo corresponde a uma mudança do planeta, que cria a diversidade na história humana. A vida reflete o meio ambiente. A terra, o clima, a maneira de trabalhar, o tipo de alimentação, a raça, as relações de parentesco e os sistemas de agrupamento social, são dados fundamentais, que descrevem em seu papel e influem sobre a história de todo indivíduo" (p. 42).

Na proposição de Reclus são importantes as indicações de que: 1. há uma correlação entre a existência de um povo no tempo e a modificação do meio ambiente; 2. esta correlação é explícita, como sendo o resultado da determinação das desigualdades do globo, que geram a diversidade da história humana; 3. o solo, o clima, a forma de trabalho, a alimentação, a raça, o parentesco, os sistemas de agrupamento social influenciam a história dos indivíduos.

Essa proposição não teve continuidade. São muito recen-

tes as discussões sobre geografia e dialética. Modo de produção é uma categoria, ausente do raciocínio geográfico. Começam a surgir em alguns trabalhos uma resposta a essas questões. É o caso, por exemplo, de James Anderson, quando debate ideologia e geografia. Não obstante, a questão é esboçada em termos gerais e não se chega à particularidade.

Considere-se que, na proposição de Reichs, o espaço determina ontologicamente o real. Mas, nas contribuições recentes, com exceção talvez apenas de Harvey, já citado, não há uma formulação nesse sentido. O problema retornado à prática, entendida como ação política, ou ao discurso de denúncia. Em outras palavras, as questões teóricas têm também que ser respostas teóricas para que a imaterialidade do real se ponha sem separação de pensamento e ação. Por isso a questão da particularidade é importante.

O espaço da particularidade

Põe-se, por isso, o espaço particular.

A situação apresenta uma complexidade talvez específica, sobretudo se a discussão das disparidades regionais pela discussão sobre as estruturas, apenas transpondo a problemática, sem solucioná-la.

Tomo, aqui, os grandes estudos sobre a realidade brasileira geográfica que apresentam pontos de apoio importantes, para discussão, em livros de franceses sobre o Brasil, em estudos nossos de grandes regiões e estudos sistêmicos especializados.

Considem, como exemplo, alguns deles. É importante verificar que todos tomam o Brasil como particularidade, mas o discutem como singularidade: lógica, nos franceses, empírica, em nosso caso, nos exemplos escolhidos.

E preciso, então, dizer alguma coisa sobre a particularidade.

Baseo-me nas afirmações teórico-metodológicas de G. Lukács, que citou o assunto.

Diz ele, inicialmente: "A verdadeira ciência toma da própria realidade as condições estruturais e suas transformações históricas, e quando formula leis esta abrangem, sem dúvida, a universalidade do processo, mas de modo

que pode sempre baixar legalidade até os fatos singulares da vida, embora, certamente, isso ocorra frequentemente através de muitas mediações. Esta é precisamente a dialética, concretamente realizada, do universal, do particular e do singular" (p. 98).

Falando do procedimento de Marx, afirma: "Uma investigação concreta desse tipo mostra sempre e em todos os casos a relativização dialética do universal e do particular, sob determinadas situações concretas específicas: o universal, que entra em uma determinada relação com o particular, mas também pode ocorrer que o universal absorva, ou destrua as particularidades, ou que algo anteriormente particular se desenvolvesse até converter-se em uma generalidade, e vice-versa" (p. 101).

Lukács cita considerações de Marx a respeito da divisão no processo produtivo: "Tomando como referência o trabalho, pode caracterizar-se a divisão da produção social em seus grandes gêneros, a agricultura, a indústria, etc., como divisão do trabalho em geral; a especificação desse gênero da produção em tipos e subtipos, como divisão do trabalho em particular; e a divisão do trabalho dentro de uma oficina como divisão do trabalho na singularidade" (p. 105).

Essa relação dialética tem como referência o modo de produção, sem o que da terra apenas um exercício de lógica formal.

Para Lukács, "A singularidade tem uma grande riqueza de determinações, quando é o elo final de uma cadeia de conhecimentos que conduz de igualdades descobertas, de universalidades concretas, à singularidade como meta do processo de pensamento" (p. 107).

Mas adiante, afirma: "o singular, precisamente como singular, é conhecido de modo seguro e verdadeiro, tanto quanto mais rica e profundamente se descobrem suas mediações com o universal e o particular. Há, evidentemente, casos nos quais o conhecimento do singular, mediante aspectos isolados e puramente abstratos, é possível e suficiente; mas, nesses casos, trata-se, realmente, mais de um reconhecimento (no sentido de identificação) do que de um conhecimento" (p. 116).

A questão se põe, então, como segue: "o singular não existe sendo na concreto que conduz ao universal. O universal não existe sendo no singular, através do singular. Todo singular é universal (de um modo ou de outro). Todo universal contém uma particular, ou um aspecto, ou a essência do singular. Todo universal abrange os objetos singulares de um modo meramente aproximado" (p. 118).

Por isso, "O movimento do singular ao universal, e vice-versa, está sempre mediado pelo particular; é um fenômeno real de mediação, tanto na realidade objetiva, como no pensamento, que reflete de modo aproximadamente adequando essa realidade". Mas é um meio de mediação, de natureza muito peculiar" (p. 121).

Para Lukács, "a particularidade desempenha, ante o singular, uma relativa universalidade, e uma relativa singularidade, com respeito ao universal" (p. 126). Mas, "os momentos particulares mediadores têm, frequentemente, na natureza, como na sociedade, um ser de contrários relativamente fixos, uma figura própria" (p. 127).

Essas citações são suficientes para a compreensão de que a particularidade é um momento de um processo, que chega, com frequência, a possuir "figura própria", um contorno que se identifica no processo de movimento do real. Lukács fala da história e da sociedade. Como ocorre o problema em Geografia?

Lambert, em *Os dois Brasis*, estuda uma particularidade, mas o resultado é a conscientização de uma singularidade abstrata. Cito esse autor que, embora não geógrafo, desenvolveu um trabalho que poderia ser classificado como de sociogeografia. Além disso, sua contribuição marcou a obra de outros autores, como a de Mombeig.

Diz Lambert que "Os brasileiros estão divididos em dois sistemas de organização econômica e social, diferentes nos níveis como nos métodos de vida. Essas duas sociedades não evoluíram no mesmo ritmo e não atingiram a mesma fase, não estão separadas por uma diferença de natureza, mas por diferença de idade. [...] Observe-se, assim, dentro do prétopo Brasil, a mesma diferença, grandemente acentuada, entre país novo, próspero e em constante transformação e sociedade velha, miserável e imovêl, que se nota no plano internacional" (p. 101).

Mas além, caracteriza os "contrastos" (p. 101), entre a "cultura arcáica" e "uma outra sociedade, muito mais móvel e evolutiva" (p. 102); a diversidade observada, abrange o que chama de "Brasil arcáico" e "Brasil novo". [...] "Conquanto o país novo" — continua — "e o país velho, colonial, tenham cada qual o seu domínio próprio — o primeiro no Sul e o segundo no Nordeste — um e outro estão presentes por toda parte e indissolvemente ligados". A isso, acrescenta, esclarecendo, a ideia de "diferenças de idade": "os dois Brasis são igualmente brasileiros, mas estão separados por vários séculos" (p. 103).

Um dos Brasis apresenta "comunidades que não conseguem ser um pequeno número de indivíduos", unidos "pelas relações pessoais"; o outro "constitui uma vasta sociedade, cujos membros estão ligados não por contatos pessoais, mas pelas solidariedades indiretas, e bem mais amplos, da divisão do trabalho e das instituições políticas" (p. 120/1).

A natureza dos "contrastos" é que "o Brasil é ainda um país essencialmente agrícola, um país, entretanto, que se industrializa dia a dia e que, em certas regiões, já deixou de ser subdesenvolvido" (p. 189).

Essa produção do raciocínio singular abstrato reaparece em Mombeig, no seu trabalho *O Brasil*. Por isso diz que "Procurar uma fórmula-chave para definição do Brasil moderno seria uma ginástica intelectual. Mas, vale reconhecer aquilo que lhe fez a originalidade" (p. 7). Comparando o "moderno" com o "colonial", afirma: "seria bom recordar que este continente tropical é uma terra de contrastes. Tudo aqui se faz por meio de breves miríades" (p. 8).

Enquanto Lambert examina uma realidade que lhe aparece como uma estrutura simples, dualista, e estática, Mombeig preocupa-se com o desenvolvimento dessa estrutura: "Progressivamente, os homens completam a conquista pacífica da terra brasileira, fazendo surgir regiões humanas singularmente mais complexas do que os grandes conjuntos naturais" (p. 39). A ideia de unidade na diversidade, presente em Lambert, é retomada aqui de outra maneira: "As regiões todas participam de igual estrutura econômica de origem colonial e as estruturas sociais, legado

da sociedade do tempo dos plantadores, são, em toda a parte, da mesma essência. E aí que importa procurar os fundamentos da sociedade brasileira. Ali, também, é que se encontra a fonte de seus problemas" (p. 66). Por isso, os problemas atuais da população "descortem" — diz ele — "de uma distribuição muito desigual dos habitantes pelo território e dos que são suscitados pela expansão demográfica e pelo futuro da litorânea" (p. 83). A economia moderna apresenta dinamismo e crescimento desiguais "em todas as regiões do país" (p. 84).

Recordando a ideia de Lambert, sobre a natureza do país, Monberg afirma: "Bastante mozza da economia nacional, a agricultura não conseguiu ainda adaptar-se às necessidades do mundo moderno. Um velho Brasil agrícola se opõe a um novo Brasil agrícola [...]" (p. 101).

Depois de discorrer sobre o "Suro e limete da indústria", Monberg conclui: "Uma crônica distanciou-sepantra" o Brasil das metrópoles e o Brasil rural. [...] Entre os dois Brasil, caracterizados por duas civilizações diferentes, os liames são de dependência e de dominação. O Brasil, evoluído age menos como um pólo de desenvolvimento do que como um pólo de atração. A diferença se aprofunda entre regiões de atividades diversificadas e lugares atrasados, entre as grandes cidades e seus arredores e o sertão, do mesmo modo que se aterra o fosso entre os países altamente industrializados, com elevado nível de vida, e os do Terceiro Mundo" (p. 127).

Tanto Lambert, como Monberg, podem ser incluídos entre os autores que discutem a realidade em termos de disparidades regionais. Essas disparidades regionais, contudo, são tomadas apenas em sua singularidade abstrata, ou seja, é feita a descrição da paisagem observada, em termos de sua aparência.

Lambert parte da ideia de dualismo, para fazer essa caracterização. Monberg reflete qualquer ideia orientadora da análise, como Lambert, preocupa-se com a originalidade. Essa singularidade é um reconhecimento verdadeiro daquilo que se trata de construção factual. Contudo, como fonte citação de Hartshorne, feita anteriormente, essa geografia deve ultrapassar o que o léxico pode constatar. Para que isso seja possível, é necessário considerar a parti-

cularidade concreta, como mediação dos espaços relacionais e absoluto concreto, em sua expressão local.

Em *Geografia do Brasil*, do HGC, as disparidades são tratadas como "diferenças regionais e seus problemas" (p. VII, vol. D, caracterizando-se a análise pela descrição das variações das Grandes Regiões do país. Aqui, também, liga-se com a singularidade, embora se chegue ao nível do estabelecimento, ou quase, de sistemas e configurações espaciais. Trata-se de aplicação de uma teoria.

O estudo sistemático mais abrangente, publicado sobre o país por geógrafos é o *Brasil: a terra e o homem*. Aqui, a singularidade apresenta-se como um conjunto que mantém, dentro de si, as características fundamentais de metrópole e colônia (p. 27).

Em Lambert, uma caracterização estrutural simples, em Monberg uma caracterização estrutural complexa; na obra de HGC a caracterização estrutural sistêmica em processo, em *Brasil: a terra e o homem* a descrição da relação centro-periferia como componente de uma estrutura analisada sistematicamente.

Respostas, então, a questionar a estrutura é um componente ideológico da análise, ou um atributo do objeto? O problema se põe novamente porque são possíveis as particularidades e os universais abstratos. O que significa que análises de particularidades e universais concretos poderiam também deixar em aberto a questão.

Discusso, então, essa auto-avaliação crítica, algumas questões relativas à subjetividade. O primeiro ponto a considerar é o problema do real como funcionamento e como movimento.

O funcionamento do real é sua estrutura. A afirmação significa que a contradição é, como diz Althusser, "concretamente-estruturalmente-desigualmente-determinada" (p. 185). A sobre-determinação implica a consideração da ação, que se sabe determinada e que se movimenta na interação com a totalidade. Por isso, também da subjetividade. A relação é, então, subjetiva-objetiva, ao mesmo tempo, de tal modo que a separação tradicional entre sujeito e objeto transforma-se em uma modalidade específica de auto-determinação concreta e não conectiva. O ser é sujeito e objeto ao mesmo tempo.

A "era das tecnologias e das multinacionais", a que se refere Milton Santos, está presente nessa teoria do conhecimento, no âmbito do espaço produtor e do espaço produzido.

Para Sartre, que examinou a questão em seu início de configuração, "compreender e modificar-se, ir além de si mesmos" (p. 20).

Desenvolvendo uma teoria do sujeito, diz: "A *praxis* é uma passagem do objetivo ao objetivo pela interiorização; o projeto, como superação subjetiva da objetividade em direção à objetividade, temo entre as condições objetivas do ato e as estruturas objetivas do movimento da subjetividade *em si mesmo* a unidade de movimento da subjetividade e da objetividade, estas determinações crônicas da atividade. O subjetivo aparece, então, como um momento necessário do processo objetivo" (p. 81).

Por isso, "o homem é, para si mesmo e para os outros, um ser significativo, já que nunca se pode compreender o menor de seus gestos, sem saber o presente para e explicito pelo futuro" (p. 123). Então, "as significações vêm do homem e de seu projeto, mas se inserem por toda a parte nas coisas e na ordem das coisas. Tudo, a toda instante, é sempre significativo e as significações revelam-se nas relações e relações entre os homens através das estruturas humanas e sociedade. Mas estas significações não nos apontam nem na medida em que nós mesmos somos significativos" (p. 126). Daí que, "o homem não é nem significante nem significado, mas ao mesmo tempo [...] significado-significante e significado-significado" (p. 133).

Qual a consequência?

E que, por isso, o movimento da estrutura se pode, ao mesmo tempo, como estrutura em movimento. Não quer dizer que o espaço e tempo do espaço e o tempo é espaço do tempo. Mas, esse espaço-tempo e um espaço-tempo alheio — para si — em um espaço-tempo exterior — para outro. A ação consistente teoria de objetivamente e se pode como referência.

O pensamento, como movimento da estrutura, ou estrutura em movimento, ou, ainda, como movimento estrutural — ganha concretude na materialidade da ideia. A ideia espacializa-se. Daí, que a ideia espacializada passa a sobrepor-se à concretude para si e para-outro.

34

Surge a possibilidade da teoria, na ontologia do espaço. Uma primeira possibilidade é a geoeconomia. Trata-se de construir uma explicação, ao mesmo tempo geográfica e econômica. O fundamento do conhecimento é, então, a teoria do valor, que contém o natural e o social como dados espaciais, em sua expressão de uso e de troca.

Outra possibilidade é a geoeconomia política. Nesse caso, o natural e o social são tomados como dados espaciais, em sua expressão de uso e de troca, enquanto fundamento da decisão política.

Uma seleção não geográfica, mas de uso atualmente frequente, é a relação Economia Política e Espaço, com duas variantes: uma que conhece a espacialização da teoria do valor de Marx; outra, que acrescenta o espaço como dimensão da teoria marxista.

Entendo por Geografia Teórica, na seleção pluralista, a disciplina capaz de desenvolver o estudo dessa possibilidade, e de outras, que não são pensadas aqui, neste texto.

A pesquisa nessa direção deve, não obstante, basear-se, inicialmente, no estudo de segmentos pequenos da realidade, de tal modo que a questão de tecnologia e trabalho se ponha como teoria em elaboração, no âmbito do trabalho intelectual. Cabe-se, então, a legalidade da Geografia Teórica.

Não quero terminar a exposição desta última avaliação crítica sem explicitar o conteúdo deste escrito: o desenvolvimento sério do trabalho teórico tem sido obscurecido pelo veloz crescimento da transformação do mundo real, quando é possível realizá-lo. A seleção pluralista trabalho, quando é possível realizá-lo. A seleção pluralista é uma resposta a um mundo também pluralista pela incerteza da teoria se dar conta de sua unidade. Por isso, o empirismo tecnológico recupera sempre seu terreno, antecipando-se à capacidade de compreensão do real. Abre-se o caminho a novas modalidades de racionalismo. Daí que se põe como dada a própria necessidade da teoria, que entente a ação humana. As ideias aqui expostas têm como finalidade fundar a legalidade do trabalho intelectual não alienado e cada vez mais socialmente necessário no presente. Como esse trabalho se põe como produção da teoria, que se coloca, ao mesmo tempo, como projeto, e ao mesmo tempo, que se coloca, que autodetermina a significado-consciência do existir, que autodetermina a significação.

35

ção-identificado. Por isso, legaliza-se a teleologia da ideia que se produz como ideia, abrindo caminho para a prática específica da inteligência realizando o que o modo de produção coloca ante ela como necessidade. Põe-se, então, a própria necessidade da liberdade do trabalho intelectual não alienado, sem o que a felizização do produto positiva a consciência, empobrecendo-a e, com isso, produzindo e reproduzindo a ideia pobre e a realidade pobre que fundamente essa ideia.

Ritologia

Albarran, L. *Análisis crítico de some narrativas*. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1967.
 Anderson, J. *Idéologias em Geografia: uma introdução*. Seleção de textos, pt. 1. ABR, São Paulo, 1972.
 Accardo, A. (ed.). *Brasil: a terra e o homem*, vol. 1 e 2. Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1968/70.
 Hardschulte, R. *Regionalisme e natureza da Geografia*. Hucitec-EDUSP, São Paulo, 1972.
 Harvey, D. *Social Justice and the City*. Edward Arnold, London, 1973.
 IIECE. *Geografia do Brasil*, vol. 1, 2, 3, 4, 5. Centro de Serviços Gráficos, Rio de Janeiro, 1972.
 Lacombe, Y. *A Geografia serve para de onde nada para fazer a guerra*. Heli, Rio de Janeiro, 1979. Ed. Nacional, São Paulo, 1967.
 Lattes, C. *Práticas e temas a uma educação marxista sobre a categoria de trabalho*. Ed. Nacional, São Paulo, 1969.
 Montaña, P. *O Brasil*. DIFEL, São Paulo, 1969.
 Rastin, E. "L'histoire et la terre" in Claval, P. *Evolution de la Géographie Humaine*. Khavarian, Bucareste, 1974.
 Santos, M. *Por uma Geografia nova*. Hucitec-EDUSP, São Paulo, 1970.
 Silva, A. C. de. *O espaço físico do lugar*. Hucitec, São Paulo, 1973.
 Silva, A. C. de. *Entre paisagens e um movimento: contribuições ao debate geográfico brasileiro*, original em verso, Iordão, São Paulo, 1979.

**A GREVE, PEDAGOGIA E DIDÁTICA,
 A GEOGRAFIA E NOS**
 (Contribuição à crítica
 da "crise da Universidade")

A terra das escolas

A greve de estudantes públicos é proibida por lei, diz há muito tempo a Constituição. Não obstante, aconteceu. Sem que tivesse havido deliberação previa, além das habituais especulações e suposições, o movimento estudantil, organizado, ganhou as ruas e durou além do que dizia a experiência anterior. Consequência da "abertura"? Determinação econômica por desatualização de salários? Desmarramento material? Caso de vida? Indicação "psicológica"? Esvaço baseado ideológico? Subjetivismo de grupos? Uma circunstância inesperada? Sim e não. Tudo isso, e mais, foi sem dúvida componente das acontecimentos. A situação é propícia à reflexão. Ou "as terras estão opacas"?

Características da greve

Uma primeira característica da greve foi a sua duração prolongada. Durou porque tinha que durar ou durou porque podia durar? As duas coisas, provavelmente. A existência do comando unificado constituiu-se, sem se poder apostar nisso *a priori*, também em causa da duração. Inclui-se a sua composição interna, na qual a representação da ADESP (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo) foi importante. Importante por que uma representação de intelectuais? Também. E isso foi impor-

tante na efetivação do movimento por parte do funcionalismo em geral. A participação do "intelectual orgânico" na cúpula e nas bases do movimento foi decisiva, quer que tenham sido os avanços e recuos. Por isso, a maior ou menor existência desse tipo de intelectual no corpo geral do funcionalismo estadual hoje pesou decisivamente na direção do movimento. No caso da USP, onde o processo de sua formação está adiantado, o problema já aparece há tempos quando, no fim do mês, o pessoal se pergunta: "— quando vai sair o pagamento?" — já saiu o pagamento?" — A resposta à pergunta é o *hollebrüh* ou *holberie*, documento "Demonstrativo de Vantagens/Descontos". É que um número crescente de funcionários públicos universitários mudou qualitativamente a significação funcional desde há muito tempo. Por isso, é legítima a pergunta que se faz: "— eisou recebendo um ordenado ou um salário?" E que o caráter de suas atividades e cada vez mais técnico, inclusive e mesmo especificamente no caso do professor. Este lida com idéias e as percebe cada vez mais categorizadas, ou seja, como valores de troca e não mais, como no passado, apenas como valores de uso. O administrador vê o mesmo problema, mas através da tecnologia burocrática. Assim também seus auxiliares e os chefes. A neutralidade diante do trabalho, desde quando predominava na universalidade a produção de valores de uso, desapareceu. Também os técnicos vivem esse problema. Os operários, como os gráficos, já conhecem a questão desde muito tempo. Ela é mais aguda, contudo, no caso dos empregados por serviço (como limpazal e no caso dos agentes externos (como empregados de restaurantes e lanchonetes). Os alunos trazem essa percepção de fora da universidade e tornam a encontrá-la nas salas de aula. Tudo isso põe em questão a antiga hierarquia corporativa da instituição, surgindo um poder em crise e um contrapoder, gerando uma contradição específica. Por isso, não é estranho que surja a pergunta: "— uma nova USP?". Um dos sintomas dessa percepção, que, em alguns casos, é uma proposta é a própria existência da ADUSP. Ela é representativa de um corpo de professores-funcionários ou de uma categoria profissional? Na medida em que ela congrega o intelectual, o técnico, o pesquisador, o professor, qual o seu poder real e qual a natureza

za desse poder? Isso explica em grande parte como aconteceu a greve. Uma forma de atuação foi a "queima de etapas", cuja a quase imediata desfragação da greve sem que fossem tentadas outras formas habituais de processo, estabelecendo-se o confronto direto e sem ele o fracasso, quaisquer que tenham sido as racionalizações feitas depois para explicar isso. Houve, então, o recuo e surgiu a mediação, como novo fracasso. Terminado o movimento o pós-se a pergunta: "— uma nova significação das diferenças?". O saldo possível foi a constatação do tempo de duração como um fato político. A problemática dessa afirmação surge como constatação que levanta a questão já proposta pelo tipo mesmo de movimento: "— e o aumento?". Por isso a legítima objeção: "— votamos com o rabo entre as pernas?". A questão de que uma parcela dos professores, que são combatentes da "nova classe média", lutou *para não perder* (e não *para ganhar*), explica a pergunta. Mas, ceteris-ae, a ela o seu contrário: "— as pernas entre os rabos?". Porque, os 70% que votaram em ruínas. Os 58% a 39% do governador evaporaram-se na Assembleia legislativa, sobrando 2 fixos e 20%, a prestação com desconto posterior para serem discutidos. O resultado foi a perda de poder de barganha, não respósta pelo Fundo de Greve e outras manietras de sustentação de uma luta que logo se viu derrotada. O resultado atual é a barganha da respósta, a punição ambigua como ameaça e realidade, que torna indefinida a respósta a pergunta geradora sobre: "— quem quer o quê?"

Uma segunda característica da greve foi a expressiva participação do funcionalismo, sendo importante a participação dos professores. Essa participação foi esperada ou inesperada? Também aqui as duas coisas. Por isso, a gerência de informações e contra-informações. Isso gerou a comunicação crítica e a crítica da comunicação. A cobertura da imprensa foi grande mas revelou também a ambiguidade: o espaço da greve dos funcionários e professores dinamiza, na razão direta da greve dos metatécnicos e dos celebradores e monitores, revelando uma consciência dividida quanto ao significado geral dos movimentos setoriais. Nesse contexto foi importante, mas difícil, a diferença de comportamento do prefeito e do governador. Que lado a tirar? Uma das lições a tirar é a de que a especificidade

funcional é hoje um equivalente da especificidade de outros setores da população. Por isso, as decisões por assembleias tornaram-se forma de luta genérica. Daí a reformulação do movimento e do poder, daí as novas hierarquias, daí a crise do "coletivo", daí a nova modalidade de disciplina, daí a crise do "democratismo", daí uma redifinição da legalidade e legitimidade. A questão levanta o problema do espaço de participação, espaço psicopolítico-político e espaço geográfico. A capital participou intrinsecamente, o interior mostrou uma situação mais diversificada. Então o movimento não é um movimento urbano, basicamente, em que mediação pesou a existência no Estado de São Paulo de uma rede urbana? Teria sido isso que constituiu a reivindicação por etapas à reinstituição permanente? A resposta só pode ser encontrada no exame das condições do real.

Uma recente emirretórica da greve foi o sentido da reivindicação. Sendo uma greve econômica, pôs-se a questão: reajuste e/ou aumento? Uma parte do funcionalismo reivindicava apenas reposição salarial. Foi a parte do funcionalismo que mais se modificou organicamente nos últimos anos que colocou não só a questão do reajuste, mas também a do aumento. Por isso, o comando da greve dirigiu e coordenou um movimento que tinha por base uma definição salarial e, ao mesmo tempo, à luta por ganhos de produtividade. Por que não teve exato, então, a reivindicação econômica? E que houve uma identificação errônea do Paulo Salim Maluf com alguma coisa parecida com Ademar de Barros? Também não foi bem compreendida a derrota de Laudo Nardi. De que se trata? de "gênera cultural" um homem de posses objetivamente corretas ou apenas de uma singularidade: o jogo e a ambição de poder? Os acontecimentos mostraram que estiveram juntos: a crise, o vazio político e o senso de oportunidade. Afinal trata-se do Estado de São Paulo, onde se põem poderosos interesses em conflito. Um lugar onde existe uma profunda diferenciação econômica e financeira. Por isso, o esquema (reajuste automático e aumento na mesa de negociação) se põe como problema. A pergunta imediata é a seguinte: — onde está a mesa? Na USP a questão mostra a impossibilidade de resposta sobre se alguém esta satisfeito.

60

Por isso, perguntava-se, entre outras coisas, "quem está financiando quem?". Porque, cessada a unidade do movimento, pôs-se a questão: — cada um por si e o restante para o Estado?*

Psicologia e didática

A greve não começou na sala de aula, mas está congelada nela. O professor, enquanto professor, retornou à sala de aula para dizer aos alunos o quê? Na USP os alunos se inscreveram através da lista de volta à Escola. Os professores, inicialmente, apareceram como presença na Instituição. A ADUSP decidiu a não reposição, as reuniões setoriais mantiveram a posição, que os professores levaram individualmente às suas classes para discussão ou não. Daí a importância da primeira aula após a greve. Em alguns casos não houve abertura, surgindo tendências de repassar o fracasso aos alunos. Em outros casos surgiu a intenção de radicalizar o movimento. A realidade impôs logo sua objetividade: nem alunos nem professores querem aulas em juízo. A reposição talvez possa ser objeto de barganha. Mas, barganha do quê? Porque o problema mostrou-se como redução aluno-professor, cada um com suas questões específicas. Em alguns setores mais avançados da universidade o problema se pôs, então, como: — quem ensina quem? O professor teve que posicionar-se levando propostas. Mas, como não fazer a reposição? Solução táctica ou abertura, uma vez que se tratava de chegar ao consenso. Então, mais propostas, agora, dos alunos. A posição radical da ruptura. Ao final, a selvação de compromisso: não há reposição, reformula-se o curso em nova programação. O possível. Mas, como orientar as mediações? Surgiu a inversão pedagógica e didática. Não mais a aula expositiva clássica. Formam-se grupos para debaterem os textos, sem scriptação rígida, com a discussão da própria situação que se vivia. O professor é, então, um coordenador-assessor. No processo, delimita-se uma estrutura que é objeto de crítica. Definem-se e redefinem-se os comportamentos. Resolve-se

61

* O curso docente da USP recebeu, depois, 30% de aumento, em setembro.

a questão da frequência. Algumas coisas começam com dificuldade a mover-se. A experiência permite a auto-reflexão, a medida em que ocorre a discussão do primeiro texto aprovado para discussão pelos alunos. Daí, o relaxamento da tensão. Com ela, põe-se como problema as tendências pedagógicas sistêmicas ou behaviorista, que são postas de lado. Por isso, o objetivo mostra-se ora como funcionalmente, ora como movimento. E que a forma experimental apresenta-se como inação. Qual a síntese?

A Geografia

Na dimensão singular a Geografia punha-se como objeto e método. O programa inicial era derivado de experiência de outros dois anos. Houvera uma mudança inicial, não coincidir com o objeto, mas com o histórico da evolução da disciplina. Punha-se ainda a preparação das aulas, invenção do alternativamente a aula do professor e a aula do monitor. Com a greve ocorre a ruptura do programa: essa ruptura representa um corte explicitador de conteúdo. O programa geográfico escondia uma proposta metodológica do Departamento de Ciências Sociais: compreensivismo, funcionalismo e dialética. O programa se põe em questão. As posições se definem: os alunos optam por um novo programa, os professores mantêm suas posições, o resultado é um compromisso sequencial em que primeiro os professores reabdozem suas posições. O professor responsável insiste em sua problemática: ontologia, método e lógica analítica; o professor monitor mantém sua postura: ortodoxia marxista, com crítica básica e formulação e a discussão científica ou ideológica? A questão encaminha-se para a consideração do currículo. No caso singular de um curso de Geografia para alunos de Ciências Sociais a questão se põe como a necessidade de alternativas. No caso mais geral da Geografia, através do Departamento de Geografia da USP a discussão amplia-se e surge as propostas: a solução tecnológica, adivinda da pressão externa e interna, põe-se como institucionalização e/ou integrador; a solução ideológica indica a presença de novas preocupações ainda sem contornos nítidos.

Hipóteses para discussão

A realidade pressiona como monopólio e dependência na situação de crise, sem que se chegue a uma conclusão sobre a natureza atual da crise. A diferenciação profissional, adivinda dessa nova situação é um dado do real, mas implica a reconsideração da inação de trabalho improdutivo, num momento em que o sistema capitalista expande-se para dentro, aprofundando-se do que é disponível: o espaço aparece extrema possibilidade imediata de produção e reprodução do excedente; as ideias tornam-se parte de uma demanda não neutra; na particularidade da dependência o impossível não permite a emergência da explicação teórica. A perspectiva da crise põe-se como crise da perspectiva.

ANOTAÇÕES PARA UMA TEORIA ESPACIAL URBANA DO CAPITALISMO

No capitalismo o espaço é mercadoria, sob a forma sócio. Mas apenas o espaço do qual o capital consegue extrair renda. Como isso ocorre?

É preciso definir os espaços produtivos e improditivos. Consideremos a livre concorrência.

O capital fixo ou constante (beneficiária, máquinas e instrumentos de produção) *distribui-se no espaço* segundo a especificidade deste (solo urbano) e segundo os requisitos da divisão territorial-social do trabalho. Como as pessoas da divisão territorial-social do trabalho, de acordo com os requisitos do modo de produção dominante (mas não necessariamente hegemônico), ocorre a definição de áreas industriais e áreas residenciais diferenciadas. Os bens, ou mercadorias, devem chegar aos consumidores através da circulação; por isso, são necessários os transportes, os meios de produção; por isso, são necessários os serviços, o comércio e os serviços. Diferenciam-se as áreas de comércio, de serviços e do sistema viário. O capital fixo circula através das mercadorias produzidas (valor incorporado). Assim, quanto maior for a velocidade da realização da circulação, menor será o custo e maior o lucro.

O capital variável (salários) *concentra-se no espaço* (por unidade produtiva e/ou residencial), como a forma necessária à redução dos custos. Isto define a localização das indústrias, das residências, do comércio e dos serviços e determina a natureza do sistema viário.

Na realidade o capital fixo e o capital variável não se apresentam separados, enquanto capital, mas representam formas de sua realização com funções diferentes. O capital

variável não pode existir sem a existência de alguma forma de capital constante. Por isso, o capital fixo também define a localização, mas no momento seguinte.

O espaço produtivo pode, então, ser definido como aquele no qual se realizam tanto o capital fixo como o variável. O espaço improdutivo é, assim, todo aquele espaço não utilizado, ou utilizado pelo modo de produção precedente, qualquer que seja sua particularidade.

Como se especifica o capital no espaço produtivo?

O solo, onde está a beneficiária, e propriedade do capitalista. Considera-se que a beneficiária pode ser destruída, mas o solo, não. Então, além de auferir a mais-valia, o capitalista obtém renda de monopólio, pela simples posse do imóvel, que entra, como valor de uso ou de troca, na situação de mercado. O capitalista pode obter, também, renda diferencial, em função de sua localização, se esta o favorece com lucros adicionais, determinados pela diferença das fontes de matérias-primas, da localização da força de trabalho e dos lugares de consumo. Mas não auferir renda absoluta, pois é proprietário do imóvel.

Se o solo não é propriedade do capitalista, então ele o compra, contraindo aí a unidade produtiva. Pode comprar uma edificação já pronta, ou pode ocorrer a transferência de uma unidade já existente. Em qualquer caso, é o proprietário do imóvel que obtém a renda diferencial. Se o imóvel é a renda do monopólio e a renda diferencial, haverá uma mudança de prioridade anterior e um capitalista, haverá uma mudança de mãos de parte do capital variável, representada pelo lucro, encontrando esse excedente no processo de circulação do capital. Se o proprietário anterior não é um capitalista, mas um proprietário ligado ao modo de produção precedente, não terá interesse em vender a propriedade, mas sim em realizar a renda absoluta através do aluguel. Uma parcela do capital é, então, subtrahida à circulação, o que afeta tanto o trabalho como o capital.

Consideremos, agora, o espaço improdutivo.

O solo, com ou sem beneficiária, e propriedade de alguém, ligado a um modo de produção anterior. O proprietário auferir renda de monopólio, renda diferencial (em razão da variação dos preços no mercado imobiliário) e renda absoluta, por meio do aluguel.

Se o espaço produtivo entra na produção de riqueza, no modo de produção capitalista e a sua forma é a renda. A existência do mercado imobiliário é uma decorrência direta de que o espaço, no modo de produção capitalista, é mercadoria e precisa a obtenção de renda. Contudo, a especulação imobiliária está da própria regulada pelo preço médio do solo que, embora varie no tempo e como lugar de ocorrência, existe independentemente da vontade individual do proprietário. Esse preço médio do solo relaciona-se à taxa média de lucro proporcionada pelo capital. O capitalismo não pode, então, eliminar a especulação imobiliária, que se funda na existência do estado da propriedade privada do solo, mas se vê obrigado a regulamentá-la.

Por isso, é preciso considerar a ação do Estado. Num primeiro momento, o Estado aparece como árbitro. A política do Estado, então, orienta a ocupação do solo, favorecendo a expansão do capital fixo e do capital variável. O esforço do Estado orienta-se para a transformação do solo improdutivo em solo produtivo, obrigando o proprietário a mantê-lo limpo, cercado, salubrizando-o, para que ele se realize como valor de uso e de troca.

Num segundo momento, o Estado aparece como agente econômico. A política do Estado em relação ao solo deve, então, prevenir e evitar o espaço produtivo, cuidando particularmente das relações espaciais, favorecendo o fluxo.

Mas o espaço no capitalismo e mercadoria em duas formas: como espaço do capitalismo de livre concorrência e espaço do capitalismo de monopólio. Considera-se, agora, o segundo caso.

Faz-se abstração da existência do Estado. O capitalismo detém a posse dos meios de produção e utiliza como quiser as benfeitorias, máquinas e instrumentos de produção. O monopólio surge como um estado da posse do espaço. Na concorrência, se ele chega primeiro, ocupa um espaço de monopólio, já dado pela situação anterior. Isto permite, agora, que determine o preço, colocando, assim, o espaço. A renda do solo torna-se uma renda suplementar, diferente da fase anterior. O capitalista individual apropria-se de uma grande soma de espaço tornando-o produtivo e concentrado. A concentração de espaço produtivo não pode, contudo, exceder as possibilidades de

realização da circulação do capital, que depende, também aqui, da taxa média de lucro, agora determinado pela formação do preço de monopólio. Como a especulação imobiliária aumenta, porque aumenta o preço médio do solo, o capitalismo se vê, novamente, na obrigação de regulamentá-la.

Por isso, é preciso considerar a ação do Estado.

A política do Estado, num primeiro momento, o apresenta como produtor de capital. Em relação ao solo ele orienta a concentração de espaços, determinando a localização das benfeitorias, de modo a não opor-se a realização da taxa média de lucro. Por isso, o próprio Estado investe na ocupação do solo.

Num segundo momento, a política do Estado em relação ao solo orienta-se ao sentido de regular a especulação imobiliária, passando a dirigir o uso do solo. Para isso, necessita ampliar o seu próprio espaço, como agente financeiro. O Estado transforma-se, por isso, no Estado monopolista.

Nestas novas condições, o espaço produtivo passa a ser um estoque de capital, sob controle do Estado. A taxa média de lucro passa a ser realizada através de mediação do Estado. Parte do excedente, nas mãos do Estado, passa a ser aplicado também na produção de áreas de lazer, como meio adicional de reprodução do espaço produtivo, espaço de reserva. O espaço improdutivo torna-se espaço produtivo em potencial, como solo de reserva, reserva de capital, por meio de renda.

NACIONAL-DEMOCRACIA: UM ESPAÇO SEM LUGAR?

Os tempos mudam; os tempos estão mudando; os tempos mudaram! Assim, os espaços. De 1894 a 1979 não mudou só o tempo, mudou também o lugar.

No espaço do passado

Na verdade, não são muitas as indagações a tomar. As reflexões são poucas.

O problema é posto em 1894. Diz-se, então, que "nossos democratas se acovardaram, escolheram-se, e, em vez de ir em frente, transformando em social-democrático seu inelutável democratismo [...]" (Lênin, 1961: 10). Afirma-se que "certamente, ninguém se alegraria mais do que os social-democratas com a possibilidade de polemizar com os socialistas" (idem: 11); e que, então, "em geral, os comunistas russos, adeptos do marxismo, devem, mais do que quaisquer outros, chamar-se SOCIAL-DEMOCRATAS e não esquecer nunca em sua atividade e enorme importância de IDEMOCRACIA" (idem: 14).

Em 1899 a questão se põe com maior clareza, quando se discute o "Projeto de Programa de nosso Partido". É feita uma referência curiosa: "mas, não Marx nem qualquer outro dirigente teórico ou prático de social-democracia [...]" (idem: 28) — um problema de tempo ou de espaço?

E que, em 1898, um ano antes, abria-se espaço para o surgimento do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (idem: 28). O que pretendia? Propunha-se: "O movimento operário, fundado-se com o socialismo e a luta política, deve constituir um partido, que terá que dissipar todos esses enigmas se quer colocar-se à frente de todos os

elementos democráticos da sociedade russa" (idem: 29).

Tenta-se de redefinir um espaço político. Daí que, "quando se fala do programa dos social-democratas russos, a atenção de todos se volta, como é natural, para os membros do Grupo Ernanição do Trabalho" que fo-

...o grupo "Emancipação do Trabalho": primeiro grupo marxista russo, fundado por G. Plekhanov, em Genebra, em 1883, que realizou um grande trabalho de difusão do marxismo na Rússia."

ram os fundadores da social-democracia russa e que tanto fizeram para o seu desenvolvimento teórico e prático" (idem: 30).

Os preparativos "para a realização do congresso dos social-democratas russos, o qual fundaria o Partido Operário Social Democrata da Rússia" (idem: 30) foram feitos na primavera de 1898.

No espaço russo o problema da Rússia se punha como particularidade: "O problema camponês na Rússia difere substancialmente do problema camponês no Ocidente; mas a diferença se reduz *rápido-somente* a que no Ocidente se trata, quase de um modo exclusivo, do camponês que vive na sociedade capitalista, na sociedade burguesa, enquanto que na Rússia trata-se sobretudo do camponês que sofre o mesmo (senão mais) em consequência das instituições e relações pré-capitalistas, em consequência das *subversões já dadas do regime da servidão*. No Ocidente, o camponês já deixou de desempenhar seu papel de classe que fornece combatentes contra o absolutismo e contra as sobrevivências da servidão. Na Rússia, ainda não. No Ocidente, há tempos que o proletariado industrial se separou claramente do campo, e essa separação está consolidada pelas correntes-poderosas instituições jurídicas. Na Rússia, o proletariado industrial, por seus elementos constitutivos e pelas condições de sua existência, ainda está muito ligado ao campo" (P. Askerod, brochura cit., p. 11). Certamente, o processo de diferenciação do camponês em pequena burguesia e operários assalariados desenvolve-se em nosso país com extraordinária intensidade e surpreendente rapidez, mas está muito longe de haver terminado e, sobretudo, transcorre no marco das velhas instituições de tipo feudal, que prendem todos os camponeses com seus pesados

grilhões, da caução solidária e da comunidade fiscal" (idem: 39).

No espaço do Ocidente

O espaço do Ocidente é, antes de tudo, o espaço do Estado moderno. Por isso, diz-se que: "Todo Estado moderno, portanto, representa um amálgama de três elementos — território, povo e as relações entre eles. Os dois primeiros são de grande variedade, mas o terceiro elemento é de infinita complexidade, não sendo capaz, em parte alguma, de ser reduzido a fórmulas matemáticas, mas possui em toda parte uma qualidade dinâmica, visto que essas relações estão sujeitas a incessantes mutações e desenvolvimento" (Moodel, 1963: 11).

Mas esse espaço limita-se a si próprio. Enakó, "o local do limite, portanto, determina, para milhões de pessoas, a língua e as ideias que serão ensinadas às crianças, nas escolas; os livros e jornais que o povo poderá comprar e ler; a espécie de dinheiro que usará; os mercados em que terá de comprar e vender e talvez mesmo os tipos de alimentos que lhe serão permitidos ingerir; determina a cultura nacional com a qual se identificará; o exercício no qual será obrigado a servir; o solo que poderá ser chamado a defender com a própria vida, tenha ou não decidido defendê-lo" (idem: 92).

O que é esse espaço? Não há ainda resposta embora se saiba que: "Em el senso del espacio percibido y concebido, ya se encuentran el espacio físico y la teoría del espacio" (LeFebvre, 1976: 24). Por isso, sabe-se que "Este espacio depende de intereses divergentes y de grupos diversos los cuales, sin embargo, hallan una cierta afinidad común dentro del Estado" (idem: 38).

A constituinte recente percebe que "diferentes instrumentos conceptuales [...] sirven para pensar o espaço e aprender com maior ou menor clareza e precisão a espacialidade diferencial", que "podem ser imaginadas como representando, cartograficamente, numa série de folhas de papel transparente sobrepostas, os diversos conjuntos espaciais concebidos por uma pessoa ou um grupo de pessoas, quer devido a esta ou aquela prática, quer por influência dos seus meios". Cada conjunto espacial que se entende

dever distinguir e representar, numa folha transparente, pelos seus contornos: mais ou menos vagos (e, se for caso disso, pela sua estrutura espacial interna, quando seja caracterizado por um fenómeno de produção). A sobreposição de todas as folhas, de todas essas configurações espaciais (bastante imprecisas), dá uma imagem relativamente sugestiva dos instrumentos conceptuais extremamente complexos da maior parte das pessoas, com todos os formatos de espacialidade que não correspondem à sua experiência concreta no quadro de espaços muito limitados. Contudo, se representações espaciais que correspondem a territórios cujas dimensões são extremamente diferentes. Assim se explica, em grande medida, essa míopia geral, esse comportamento de zonahitos, orientados por pontos de localização, relegados pelos diferentes redos de comunicação, e por todos os sinais que não só confundem os modelos de destaque como a própria maneira de perceber o espaço" (Lacoste, 1979: 116).

E que "L'espace est un des supports privilégiés de l'habitat symbolique. Il est diversemment perçu et valorisé par ceux qui l'habitent ou le mettent en valeur; à l'étendue qu'ils occupent, qu'ils parcourent et qu'ils utilisent se commencent, qu'ils aiment et qui est pour eux signe de bien-être, motif de fierté ou source d'attachement. L'espace vit ainsi sous la forme d'images mentales; elles sont aussi importantes pour comprendre la configuration des groupes et les forces qui les travaillent que les qualités réelles du territoire qu'ils occupent" (Claval, 1978: 20).

Então, o espaço político se pode como unidade na diversidade. Por isso, é possível dizer que "Political geography, then, may be defined as the study of areal differences and similarities in political character as an interrelated part of the total complex of areal differences and similarities. The interpretation of areal differences in political features involves the study of their interrelations with all other relevant areal variations, whether physical, biotic, or cultural in origin [...]" (Marshburn, 1971: 64).

No espaço Brasil

O espaço Brasil é um espaço pluricultural e pré-urbano. Por isso, diferente na similitude. E que de não e assim, por-

tido e valorizado, porque as superposições recentes confundem as representações espaciais. Mas, não obstante, os interesses divergentes se põem como espaço teórico e teoria do espaço. Essa contradição limite e determinação do Estado moderno.

O Estado moderno Brasil é, então, burguesia e proletariado. Por isso, nacional-democrática.

O espaço político da nacional-democracia detrona-se, simultaneamente, com sua colonialidade e sua complexidade.

Na medida em que não consegue resolver a contradição a nacional-democracia põe-se como um espelho sem lugar. Daí porque precisa abrir espaço.

Hidrografia

Charol, P. *Espace et pouvoir*, 141 p., Paris, 1974.
Hartshorn, R. "What is Political Geography?", *The Political and Cultural Geography*, Macmillan, London e New York, 1971.
Lacoste, Y. *A Geografia e a Teoria do Espaço Humano*, Rio de Janeiro, 1974.
Lefebvre, H. *La produção do Espaço*, Ed. Verso, Barcelona, 1974.
Lefebvre, H. *La produção do Espaço*, Ed. Verso, London, 1974.
Mondin, A. E. *Criatividade e política*, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1985.

DIALETICA DO ESPAÇO DEMOCRÁTICO

Construção do espaço

O espaço urbano põe-se como recurso favorável ou desfavorável. Como determinação do lugar físico e político organiza a densidade da cidade. Daí a importância da quadra, do bairro, dos pontos, mas também das ruas, das avenidas, dos viadutos, das praças. E onde a população se expressa como espaço produzido e espaço em produção. Por isso, voltar os olhos nas barricadas é a manifestação da população na preservação da cidade como o seu ser democrático.

Da barricada ao voto

Então, põe-se a importância do solo urbano como território que se transforma em região e está em área, articulando espaço e lugar, na construção da subcontradição, que expressa o conjunto das contradições sociais.

Mas a cidade é também uma experiência social. Por isso "utilizando tão eficazmente o sufrágio universal, o proletariado praticava um método de luta interamente novo que se desenvolveu com rapidez. Viu-se que as instituições estranhas, nas quais se organiza o domínio da burguesia, ainda oferecem possibilidades novas de utilização que pertencem à classe operária combatente. Participou-se das eleições para as diversas distritos, concedidos municípios e juntas de trabalho, disputando-se à burguesia cada posto em cuja designação do titular participava uma parcela suficiente do proletariado.

"Ocorreu, então, que a burguesia e o governo chegaram a ter mais medo da situação legal que da situação ilegal do

partido operário, mais temor aos êxitos das eleições que aos êxitos da rebelião.

"Pois também quanto a isso haviam-se modificado substancialmente as condições de luta. A rebelião de anti-go estado, o combate nas barricadas que, até 1848, fora decisivo em toda parte, estava consideravelmente ultrapassada" (Engels, 1956: 209).

A construção do espaço pôe-se, então, como problema teórico.

O espaço da revolta

O espaço teórico moderno é uma criação do espaço urbano. Mas é preciso que a cidade cresça: no lugar pequeno a teoria determina o pequeno espaço teórico. A medida que aumenta, o espaço teórico, por sua vez, determina a cidade grande. Por isso, é a metrópole que explicita no mais alto grau a dimensão do espaço teórico, articulando seus vários subespaços. Nessa qualidade ela determina o espaço teórico como sobre-determinação que, de um lado, situa o lugar enquanto, de outro, ultrapassa as dimensões metropolitanas, na megápole e na conurbação.

Razão e não-razão

Por isso, o espaço urbano é a determinação e, ao mesmo tempo, a mediação dos espaços teóricos. A relação se põe como relatividade do saber localizado.

Então, "o elemento popular 'sentir', mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual 'saber', mas nem sempre compreende e, muito menos, 'sentir' [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender" e, principalmente, sem sentir e estar aperturado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando dissimula e destacado do povo-massa, ou seja, sem sentir as pulsões elementares do povo, compreendendo-as e, assim, explicitando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente às leis da história, a uma concepção do mundo superior, científico.

ca e coerentemente elaborada, que é o 'saber', não se faz política: história sem esta política, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-massa" (Gramsci, 1966: 118/9).

Mas o espaço teórico não se mostra imediatamente como solução da contradição.

Estrutura ou forma?

A contradição se põe como um espaço urbano que é concebido, ora como estrutura, ora como forma. A questão que se abre é de se a estrutura e a manifestação da forma ou o contrário. Por exemplo: a prática é uma estrutura ou uma forma? (isto é um jogo de palavras). A ideologia liberal defende a definição como estrutura ou como forma? E a ideologia socialista? No movimento, a forma se põe como fenomenologia e a estrutura como ontologia.

Totalidade e sistema

A relação fenomenologia-ontologia põe o problema do racionalismo-irracionalismo. A organização do espaço urbano expressa, então, a redifinição das formas e estruturas, em oposição ao espaço de produção do passado.

Então, "Embora necessário (no sentido de produzido e reproduzido pela economia neocapitalista), o fenômeno da manipulação não é opoicente. Observamos diariamente, nos mais variados níveis, manifestações reais de projeto — porociente ou inconsciente — contra a manipulação. Todavia, o sistema cria cada vez mais canais de escape para essa insatisfação, impedindo que ela desembogue — ao superar a imediatezidade — numa real contestação das estruturas econômicas. O mais importante desses canais é exatamente o caminho irracionalista. Alimentando a falsa polaridade entre 'racionalismo' formal e irracionalismo, entre objetivismo pseudocientífico e subjetivismo anárquico, a ideologia da manipulação conduz muitas das manifestações de protesto ao beco sem saída dos comportamentos fracionais. Ao nível de um caminho autenticamente revolucionário, vemos renascer uma forma primitiva de anticapitalismo totalitário, facilmente isolável — e até

mesmo comercializável — pela ideologia neocorporativa. Reproduz-se assim, numa nova etapa, a mesma duplicidade que, como vimos, caracteriza todo o pensamento ideológico da decadência.” (Courtinho, 1972: 58).

Daí a sensação (que corresponde à realidade da organização do espaço urbano) de “perda de espaço”.

Estado e democracia: aumentar o espaço?

O espaço urbano brasileiro aumentou bastante nos últimos anos. Esse aumento correspondeu a uma nova concepção do fenômeno urbano. Essa concepção foi imposta à população “de cima para baixo”. Mas foi a população que a produziu fisicamente, enquanto produziu os espaços da circulação e consumo. Então, quem “perdeu espaço”? A “perda de espaço” (isso manifesta-se na formação da periferia, que é a contrapartida do edifício de apartamentos, enquanto “centro vertical”). A “perda de espaço” físico corresponde à “perda de espaço” político.

Forme e posição

Por isso, põe-se a questão: aumentar o espaço? O aumento do espaço remete à questão democrática: “A questão democrática, da perspectiva do trabalho, e mesmo do prisma de certo liberalismo menos acanhado e suprido, não é puramente entendida como a questão relativa às formas de governo, ou melhor, aos modos pelos quais as classes dominantes exercem sua hegemonia... Destes pontos de vista a questão democrática não se esgota nos apertados instantâneos do poder, não é pensada simplesmente como a democracia política, mas implica necessariamente a democracia econômica, a democracia social, a democratização cultural etc. etc., isto é, implica todas as especificidades que compõem a totalidade da vida em sociedade.” (Chasin, 1979: 173).

Por isso, a questão democrática aumenta o espaço como prospectiva.

Socialismo e democracia política: para quem?

O espaço do futuro é também o espaço da consciência do

futuro. Mas a consciência do futuro só pode realizar-se onde está sendo construído materialmente o futuro. E esse lugar é a cidade. Mas a cidade em suas formas mais avançadas, cuja teoria já está presente na sua forma social e em seus processos espaciais.

O lugar das liberdades

Então, o urbano, na origem, como hoje, põe-se como a mediação necessária do trabalho rural e do trabalho industrial, na presença física e política das instituições do Estado. E é nesse espaço que devem realizar-se as sínteses das liberdades.

Por isso, “A democracia socialista é, assim, uma democracia pluralista de massas; mas uma democracia organizada, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores representados através da pluralidade dos seus organismos (partidos, sindicatos, comitês de empresa, comunidade de base etc.). Se o liberalismo afirma teoricamente o pluralismo e materializa/oculta a hegemonia, se o totalitarismo absolutiza a dominação e reprime o pluralismo, a democracia de massas funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos” (Courtinho: 1979: 40).

A perspectiva possível do espaço democrático é o projeto.

Históricamente

- Cristino, J. “Conquistar a democracia pela base”. *Temas de ciência política*, 6. Liv. Ed. Cliecin Humanitas, Ltda. São Paulo, 1979.
- Coutinho, C. N. *O socialismo e o movimento do trabalho*. Ed. 74 e Terra, Rio de Janeiro, 1972.
- Coutinho, C. N. “A democracia como valor universal”. *Encontros com a civilização brasileira*, 9. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.
- Pinheiro, F. de Menezes, K. *As bases de classes no Jorocoz*. Ed. Vitória Ltda., Rio de Janeiro, 1976.
- Oranick, A. *Concepção dialética do futuro*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1986.

O ESPAÇO EXTERNO COMO PROFÍTO

O espaço externo existe objetivamente e na mente das pessoas porque o espaço se põe como determinação. Mas há graus de determinação: o território é o "espaço concreto" da geografia positiva, o "espaço banal" de F. Perroux; etc. determina, como imobilidade relativa, porque se põe como lugar a ocupar, para dele construir a região, após seu domínio e posse; a região determina menos, porque supõe a base territorial e é também corretiva na mente de seus habitantes, por isso, muda-se mais frequentemente de região do que de território; a área é o âmbito da mobilidade na dimensão da localização, porque é referencial abstrato; a bacia, porque isotrópica e relacional.

O espaço externo é, então, o outro espaço ou o espaço dos outros, como território, região, área.

Mas o espaço também está referido ao mundo de profíto. Por isso, ele se põe também como espaço excedente.

O espaço excedente

O excedente é, em primeiro lugar, excedente efetivo: "a diferença entre o produto social efetivo de uma comunidade e o seu efetivo consumo". É identico, por conseguinte, à poupança corrente ou acumulação e se materializa em atividades de várias espécies, que se adquirem à riqueza da sociedade durante o período que se estende considerando equitamentos e unidades produtivas, estoques, dívidas e outro "entresaurado" (Baran, 1968: 34/35).

Em segundo lugar, o excedente é excedente potencial: "isto é, a diferença entre o produto social que poderia ser obtido em um dado meio natural e tecnológico, com o auxílio dos recursos produtivos realmente disponíveis, e o

que se pode considerar como consumo indispensável" (idem: 35/36).

Por fim, o excedente é excedente planejado. Ele "é a diferença entre o produto social 'ótimo' que a sociedade pode realizar em ambiente natural e historicamente dado, segundo uma planificação utilizável 'ótima' dos recursos produtivos disponíveis, e um volume 'ótimo', previamente escolhido, de consumo" (idem: 36).

Ha relação possível entre espaço e excedente?

É preciso considerar que o capital fixo se manifesta como formas de espaço organizado. Elas pressupõem o capital variável como a necessidade de sua produção. O capital possível, então, uma espacialidade. Essa espacialidade é em parte trabalho produtivo direto e em parte trabalho improdutivo, ambos produzidos como espaço produtivo. A parte do espaço, derivada do trabalho produtivo mais o trabalho improdutivo, põe-se como espaço social global, num determinado momento. Por isso o espaço põe-se como espaço necessário global, que inclui o espaço de produção e o espaço de consumo. Então o espaço relaciona-se ao excedente.

Como? Transformando-se ele próprio em excedente. E que o espaço enquanto mercadoria vai ser produzido (ou não) para além das necessidades de consumo.

O espaço excedente aparece, então, como espaço produzido e não-utilizado, ou espaço de reserva, espaço por ocupar. Por isso, como espaço excedente efetivo, potencial e planejado.

O espaço excedente confronta-se com o território, a região e a área. Por isso, inicialmente, ele se põe como *a efetivo*, num segundo momento, *a planejado* e, genericamente, num terceiro momento, *a possível*, embora a o modo do correto, do ponto de vista de sua produção, deva ser o inverso.

No modo de produção capitalista o espaço excedente põe-se como espaço excedente na margem e como sobre-espaço, conforme a visão liberal ou socialista desse modo de vida (Harvey, 1980).

No primeiro caso, o espaço excedente na margem origina-se de ganhos marginais de espaço, por efeito da desigual obtenção de renda, dado que a sociedade é desigual

O ESPAÇO EXTERNO COMO PROJETO

O espaço externo existe objetivamente e na mente das pessoas porque o espaço se põe como determinado. Mas fulgurat de determinador: o território e o "espaço concreto" da geografia positiva, o "espaço humil" de F. Perroux; de determina, como tipicidade relativa, porque se põe como lugar a ocupar, para dele constituir a região, após seu domínio e posse; a região determina menos, porque simpor a base territorial e é também concebida na mente de seus habitantes, por isso, muda-se mais frequentemente de região do que de território; a área e o âmbito da mobilidade na dimensão da localização, porque é referência abstrata; abstrata, porque isotrópica e relacional.

O espaço externo é, então, o outro espaço ou o espaço dos outros, como território, região, área.

Mas o espaço também está referido ao modo de produção. Por isso, ele se põe também como espaço excedente.

O espaço excedente

O excedente é, em primeiro lugar, excedente efetivo: "a diferença entre o produto social efetivo de uma comunidade e o seu efetivo consumo. E idêntico, por conseguinte, à poupança corrente ou acumulação e se materializa em atos de várias espécies, que se adcionam à riqueza da sociedade durante o período que se esteta considerando equipamentos e unidades produtivas, estoques, divisas e outro entesourado" (Baran, 1969: 34/5).

Em segundo lugar, o excedente é excedente potencial: "isto é, a diferença entre o produto social que poderia ser obtido em um dado meio natural e tecnológico, com o auxílio dos recursos produtivos realmente disponíveis, e o

que se pode considerar como consumo indispensável" (idem: 35/6).

Por fim, o excedente é excedente planejado. Ele "é a diferença entre o produto social 'bruto' que a sociedade pode realizar em ambiente natural e historicamente dado, segundo uma planificação utilização ótima dos recursos produtivos disponíveis, e um volume 'bruto', previamente escolhido, de consumo" (idem: 56).

Há relação possível entre espaço e excedente?

É preciso considerar que o capital fixo se manifesta como forma de espaço organizado. Elas pressopõem o capital variável como a necessidade de sua produção. O capital possui, então, uma espacialidade. Essa espacialidade é em parte trabalho produtivo direto e em parte trabalho improdutivo, ambos produzindo-se como espaço produzido. A parte do espaço, derivada do trabalho produtivo mais o trabalho improdutivo, põe-se como espaço social global, num determinado momento. Por isso o espaço põe-se como espaço necessário global, que inclui o espaço de produção e o espaço de consumo. Então o espaço relaciona-se ao excedente.

Como? Transformando-se de projeto em excedente. É que o espaço enquanto mercadoria vil é produzido (ou não) para além das necessidades do consumo.

O espaço excedente aparece, então, como espaço produzido e não utilizado, ou espaço de reserva, espaço por ocupar. Por isso, como espaço excedente efetivo, potencial e planejado.

O espaço excedente confronta-se com o território, a região e a área. Por isso, inicialmente, ele se põe como *efetivo*; num segundo momento, a *potencializar* e, genética mente, num terceiro momento, a *planejar*, embora o modo do correto, do ponto de vista de sua produção, deva ser o inverso.

No modo de produção capitalista o espaço excedente põe-se como espaço excedente na margem e como sobre-espaço, conforme a visão liberal ou socialista desse modo de vida (Harvey, 1980).

No primeiro caso, o espaço excedente na margem organiza-se de guilhões marginais de espaço, por efeito da desigual obtenção de renda, dado que a sociedade é desigual

e os impressos que aumentam o poder sobre recursos escassos se refletem espacialmente de modo diferenciado, conforme se desenvolvem as mudanças na forma espacial e nos processos sociais.

No segundo caso, o espaço põe-se como sobre-espaço, por efeito de que o solo é mercadoria e gera renda, de modo a que o uso determine o valor ou o valor determine o uso.

Nos dois casos o espaço excedente gera tensão espacial. No primeiro, a tensão espacial é dada como desigual distribuição do espaço, considerado o modo de sua produção, porque a posse do solo, no início do processo, já é diferenciada, conforme os atributos do trabalho produtivo e improdutivo em geral, num momento considerado. No segundo, a tensão espacial se põe como desigual determinação de uso ou de valor.

Abstraindo a diferença das duas concepções, como se dá o movimento do espaço excedente? Conforme se trata do espaço interior ou do espaço exterior, o movimento espacial ocorre para dentro, ou para fora.

O movimento do espaço excedente para dentro põe-se como "incorporação" de espaço, ou seja, transformação de espaço potencial em espaço efetivo, como espaço plantado.

O movimento do espaço excedente para fora põe-se como "perda" de espaço efetivo, potencial ou plantado.

Transmutação

O espaço exterior, discutido como lugar, põe o problema das relações. As relações, considerado o lugar como a expressão exemplar das mesmas, referem a equivalência dos lugares, em si, e com os outros lugares. Por isso, com o espaço excedente.

Como diz Milton Santos: "Quando maior a complexidade de suas atividades, mais o excedente se repartiz localmente. Entretanto, sua reutilização é seletiva, tanto no que diz respeito aos indivíduos quanto no que concerne às empresas. A reutilização é apenas aparente ou, em todo caso, provisória. O excedente retorna, para as empresas mais pujantes, sob a forma de consumo ou sob a forma de pou-

pança, por meio de canais institucionais ou não-institucionais: bancos, fundos de investimento, cooperativas de construção de casas, intermediários comerciais de diferentes níveis etc., e vai retornar, com dinheiro fresco e barato, a capacidade de investimento e de acumulação das grandes empresas que, desta forma, obtêm de volta a maior parte do excedente novo e ampliado por um ciclo-multiplicação proveniente de sua própria estrutura" (Santos, 1979: 124).

Põe-se, com isso, num primeiro momento, a organização do espaço, necessário à circulação do capital. Produz-se o espaço, inclusive como espaço excedente a realizar-se. Num segundo momento, mostra-se o espaço organizado, como espaço excedente reproduzido. As determinações são de duas ordens: no primeiro caso as relações são iminentes, porque se põe a concentração de espaço necessário à sua própria produção; no segundo caso, as relações são transcendentes, porque se põe a "distribuição" do espaço, nova forma de "concentração" do capital, na condição de reprodução ampliada de espaço.

As determinações de localização transmuntam-se, então, em sobre-determinações: não é possível, por isso, separar a existência do espaço exterior, de sua compreensão teleologicamente orientada.

E que "A sobre-determinação designa, na contradição, a seguinte qualidade essencial: a reflexão, na própria contradição das suas condições de existência, isto é, da sua situação na estrutura como dominante do todo complexo" (Althusser, 1967: 184).

A reflexão, indicada, mostra o espaço exterior como projeto de relações espaciais e da existência de outros lugares. Põe-se, com isso, o espaço e a comunicação, como espaço exterior, que se objetiva nas migrações internas e externas.

No processo de produção do espaço excedente as migrações supõem a ruptura das determinações do lugar, em quanto área, região, território.

"Admitamos, a título de exemplo, que numa determinada área a principal atividade agrícola, de caráter comercial, entre em decadência devido ao esgotamento da fertilidade do solo. A produtividade física do trabalho diminui, reduzindo a rentabilidade dos estabelecimentos. Os gran-

des proprietários abandonam as plantações e passam a usar a terra para pastagens ou silvicultura, atividade que requerem menos mão-de-obra, o que vai determinar a emigração dos trabalhadores sem-terra. Dado que estes migrantes possuem pouquíssimos recursos e um horizonte cultural mal limitado, eles tendem a se dirigir às cidades mais próximas, cuja economia também está estagnada devido à decadência da atividade produtiva principal da região. Ali, os migrantes constituem um proletariado de baixa qualificação, cujo alto preço deprime os salários dos trabalhadores urbanos, parte dos quais é, por isso, levada a migrar para cidades maiores. Este segundo movimento e potencializado pela maior disponibilidade de recursos e infraestrutura por parte dos trabalhadores que já possuem certa experiência urbana. É possível que sucessivos movimentos migratórios sejam desencadeados, das cidades maiores às maiores, até que grande parte dos migrantes alcance as áreas onde se esteja dando um desenvolvimento industrial mais intenso, cujos efeitos diretos e indiretos determinam um aumento da demanda de mão-de-obra que oferece aos imigrantes oportunidade de integração na economia urbana" (Singer, 1975: 53).

O espaço externo é, assim, não só uma determinação, mas, mais do que isso, uma subdeterminação, mesmo quando o "horizonte cultural" é pequeno. Não obstante, põe-se a contradição entre a fixação objetiva do território e a flutuação subjetiva da área. Por isso, pode-se dizer que "a vida dos homens e dos grupos sociais não é um estado, mas um conjunto de processos. É possível que a dificuldade de transmissão resulte do funcionamento desse processo, juntamente sempre ligado de maneira imediata ou mediata à territorialidade do sujeito individual ou coletivo, mesmo a sua estrutura e de agir no sentido do equilíbrio. Ora, aqui, o caráter relativo e provisório de toda separação torna-se particularmente importante, pois a dificuldade de transmissão de uma informação pode resultar não de seu conflito com o cumprimento do setor estabido, mas do conflito com as referências, que pode ter o funcionamento deste setor sobre os processos que se desenvolvem num outro setor provisoriamente eliminado pela pesquisa" (Goldmann, 1972: 12/3).

O espaço exocêntrico possui, então, uma direção relacional, na medida que se põe como espaço de liberdade, entendido como espaço da necessidade consciente (Silva, 1979: 103).

O espaço externo como projeto utópico, então, a mobilidade do movimento migratório. Além da migração, impõe-se a troca comunicativa, que é o fluxo de relações, que propõem a redefinição da área, região, território.

O retorno possível

Dado que se põe a reflexão, como determinação, surge a necessidade de definir a direção predeterminada. Então, o ponto de partida é desde logo, ponto de chegada, porque "Pelo que já foi exposto, é claro que a verdadeira riqueza espiritual do indivíduo depende da riqueza de suas relações reais. E apenas desta forma que os indivíduos singulares são libertados das diversas limitações nacionais e locais, são postos em contato prático com a produção (inclusive a espiritual) do mundo inteiro e em condições de adquirir a capacidade de destruir desta multiforme produção do mundo inteiro (as crias dos homens)" (Marx, 1977: 54).

Por isso, a direção predeterminada é, como antes, desde logo, autodeterminação. Então, o espaço exocêntrico é espaço autodeterminado. Assim, também, como espaço externa. Por isso, como projeto.

Mas o projeto não se põe senão como direção pré-ideada. A direção pré-ideada supõe a direção predeterminada, mas apenas como condição, de que logo se liberta. Pois, tem que fazer-se outra, para pôr-se o caminho da auto-ideação.

E que a autodeterminação implica a produção da auto-ideação, que, então, se multiplica de forma ampliada.

Então, o espaço externo é espaço auto-ideado, também, como projeto.

Mas, se a autodeterminação se põe como auto-ideação, o espaço põe-se em movimento. Como? Como mobilidade da espacialidade externa.

Assim, o território, a região e a área são formas de espaço em movimento. Movimento em si e movimento para

outros lugares. Mover-se é, então, determinar e idear o futuro.

Fazer a viagem implica o lugar visitado. O lugar visitado é determinante: "Or, ces déterminations, le haut, le bas, la droite, la gauche, ne sont pas telles seulement par rapport à nous; pour nous en effet, elles ne sont pas toujours constantes; mais dépendent de la position que prend la chose pour nous, selon notre orientation; par suite une chose peut, en restant sans modification, être à droite et à gauche, en haut et en bas, en avant et en arrière" (Aristóteles, 1961: 124).

Mas pôe-se também a excursão ao ignorado. A excursão ao ignorado é uma resposta a uma pergunta sem resposta. Por isso, "Afirmanos, pois, a realidade empírica do espaço em relação a toda experiência externa possível: mas reconhecemos também a idealidade transcendente do mesmo, quer dizer, a sua não-existência, desde o momento em que abandonamos as condições de possibilidade de toda experiência e criamos seja de algo que serve de fundamento às coisas em si" (Kant, 1978: 59).

O espaço externo pôe-se, por isso, como espaço objetivo e espaço subjetivo.

Então, o espaço excedente é espaço de retorno, no projeto.

No passado, o lugar pôe-se como um complexo de relações de localização. A localização exprime-se como sítio, situação e posição. Daí, como, respectivamente, espaço absoluto, relativo e relacional.

No futuro, o lugar apresenta-se como espaço excedente, que remete à consciência do território.

Por isso, o espaço exatmo como projeto realiza-se como território da consciência, no próprio momento que a ela transcende.

Hildegardis

Alluam, L. *Análise crítica da teoria marxista*. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1969.

Althusser, L. *Essaie sur l'unité*. Henri Casteron, Toulouse Editura, Société d'Éditions "Les Éditions Lattès", Paris, 1961.

Blanc, P. A. *A economia política do desenvolvimento econômico*. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1969.

Castro-Alfaro, L. *El cambio cultural en sociedades modernas*. DIFEL, São Paulo, 1972.

Huxley, A. *América Social e a Cidade*. Ed. Hucione, São Paulo, 1969.

Kant, E. *Crítica da razão pura*. Ed. Escocristina, São Paulo, 1978.

Martí del Taged, J. *Atividade mental* (Practisch). Ed. Círculo, São Paulo, 1977.

Sharon, M. *Excursões espaciais críticas e abstrativas*. Ed. Hucione, São Paulo, 1978.

Silva, A. C. *Geografia social (uma propriedade)*. orig. inédita. São Paulo, 1980.

Soriano, P. *Esplanada pública de urbanização*. Ed. Broullante, Ed. CIBRAC, São Paulo, 1975.

Parte II A CONSCIÊNCIA DO TERRITÓRIO

“O Conceito de Espaço de David Harvey — Implicações Ontometodológicas”, de 5 de março de 1978, é um texto que foi apresentado como Comunicação na Sessão de Metodologia do III Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Fortaleza, CE.

A principal ideia nele contida é a de espaço como uma categoria que subordina as noções de *meio*, *ambiente* e *entorno*, que passam a ser considerados como subcategorias daquela. Mas, não é apenas isso, como se diz, “o ser e ele próprio espaço”. Por isso, num primeiro momento, trata-se de considerá-lo como “uma trama de variações”. A consciência do espaço o propõe, com Harvey, como absoluto, relativo e relacional. Parte-se da análise para a síntese, por uma via epistemológico-metodológica. No texto, propõe-se um “caminho ontológico”, sendo feita, então, uma primeira e breve aproximação ao objeto.

Em “Espaço e Tempo em Geografia”, produzido para uma reunião programada pelo Centro de Estudos Históricos “Alonso de Tovar”, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo reunião essa realizada no Auditório de História do Departamento, em 28 de março de 1979, em São Paulo, com o manuscrito terminado em 25 de março de 1979, às 16:34 h e o original ditado às 17:36 h, o tema é a relação entre essas duas categorias. O espaço é tomado como a categoria de fundamento da Geografia e o tempo, da História. A proposta discutida é a de que a Geografia lida com “espaço do tempo presente no espaço”. O assunto foi tratado por Pierre George como “o geógrafo e o historiador do presente” e por Milton Santos,

que propõe "o espaço como uma desigual acumulação de tempos". Minha posição, como se verá, é distinta porque, primeiro, o geógrafo, a rigor, não é historiador e, segundo, o espaço, com Milton (como em George), passa a só poder ser definido como uma função do tempo. Trata-se uma solução da questão através da consideração do movimento das duas categorias, retornando à temática do ensaio anterior.

"Geografia e Positivismo" é o texto reproduzido como gravação, de uma palestra realizada em julho de 1978, na mesa-redonda "O Espaço como Objeto do Conhecimento", presidida por Milton Santos, como coordenador, no Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em São Paulo, na Cidade Universitária. Trata-se de uma consideração crítica sobre Geografia e Positivismo em que o tema central é o das relações entre o pensamento dialético e a ciência positiva. Uma questão que o pensar contemporâneo não conseguiu ainda resolver e que traz à cena uma antiga (e atual) problemática: racionalismo e irracionalismo. Procura-se mostrar, através do exemplo teórico e prático, a situação do tema em Geografia.

"Transformações Recentes do Pensamento Geográfico" é o tema de uma mesa-redonda, patrocinada pela União Paulista dos Estudantes de Geografia, realizada no Auditório de Geografia do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em julho de 1979. O texto é reprodução de gravação. O tema principal é o da consideração da existência do discurso teórico, em Geografia, relacionada à fragmentação do conhecimento. É feita uma proposição inicial, um retrospecto das tendências atuais, uma análise da natureza desses discursos, uma observação sobre o que ruir do passado e uma apresentação de tentativas de solução.

"Além da Modernidade", manuscrito em Pinheiros, São Paulo, com término às 4:47 h do dia 19 de janeiro de 1980, tem como tema principal, do ponto de vista da forma, a tentativa de realização de um discurso amplo, que é um diálogo entre Geografia e Economia. Do ponto de vista do conteúdo, discute-se a questão da modernização,

nessa área. São tratados, sucessivamente, os tópicos "A Modernização Conservadora", "Arquitetura e Urbanismo", "Processo e Circulação", "Forma e Permanência", "Em Direção ao Presente". Através de considerações sobre o espaço, é estabelecido um diálogo "impossível" entre economistas de várias tendências. Retorna-se, aqui, a questão dialética positivismo, num outro nível: o real e um só véio por abordagens diferentes, que dele dão conta em níveis diversos? A que remete a solução?

"O Espaço Esquadrado: Suposições Heurísticas" é um manuscrito de 1 de dezembro de 1979, escrito em Pinheiros, São Paulo, com término às 3:56 h. Nesse texto, o tema central é a proposta de uma teoria do conhecimento que está presente em todo este livro, e que se refere sempre à mesma questão: como lidar com o espaço refratado? Qual o papel do sujeito? O tema é tratado na interdisciplinaridade Geografia-Psiquiatria.

Esses ensaios encaminharam-se em direção à aplicação do discurso teórico em elaboração, sendo, alguns deles, o desenvolvimento das ideias contidas na Parte I. A tese, implícita, é a de que um bom discurso ontológico deve partir de um bom instrumental epistemológico. Por sua vez, uma boa epistemologia depende de um bom preparo ontológico. A teoria do conhecimento, lógica e metodológica.

A última parte deste livro procura ser uma resposta preliminar.

O CONCEITO DE ESPAÇO DE
DAVID HARVEY — IMPLICAÇÕES
ONTOMETODOLÓGICAS

A pobreza física, é uma decorrência
da pobreza mental. A pobreza
mental não é, como se diz, o fruto
da ignorância, mas uma decorrên-
cia da opressão.

Um caminho lógico-metodológico de reflexão pode propor que o espaço é a categoria mais ampla no pensamento do geógrafo. Mas o espaço é o maior *lugar* possível. E o lugar manifesta-se geograficamente como *area*, *região* ou *território*. A *area*, a *região*, o *território* são modalidades possíveis de lugares; são sua expressão, assim como são manifestações geográficas do espaço em geral. Eles contêm as manifestações empíricas específicas que conhecemos cotidianamente como a cidade, o campo, o porto, a estrada, o estabelecimento industrial — mas também a montanha, a floresta, o deserto, o lago, o oceano, as nuvens etc. Por isso, a discussão deve iniciar-se pela dimensão espacial do objeto geográfico.

Parece lógico — e formalmente o é — que o espaço seja uma dimensão universal; o lugar, uma dimensão singular. A reflexão sugere que na Geografia o universal, o particular e o singular têm essa conotação categorial. Além disso, verifica-se que — relacionando o universal, o particular e o singular — o espaço contém o lugar, e este contém a *area*, a *região*, o *território*. Inversamente, como se disse antes, a *area*, a *região*, o *território*, expressam o lugar, e este o espaço.

Constata-se que é feita uma classificação na qual existe uma hierarquia lógica que, associada às categorias gerais do entendimento humano, como o universal, o particular e

o singular — é tirada do ponto de vista de uma lógica interna à dimensão espacial.

Este não é um caminho dialético: a Geografia tem vindo esse impasse aristotélico-fantasma desde seus origens. Mas esse procedimento tem validade heurística como se verá mais adiante.

Podem-se opor, então, pela consideração de espaço, tempo e movimento como modos de ser da materialidade. Isto significa que o espaço, o tempo e o movimento não constituem um "meio" no qual a matéria existe. O ser é de próprio espaço, tempo e movimento desde logo. Assim também a matéria.

Diz-se que a natureza existe antes da existência do modo de produção e da formação social. Deve-se admitir, contudo, a ideia de um modo de produção natural e de formação natural como pré-requisitos do social. O natural, como já se demonstrou, é uma precondição necessária e suficiente da existência do modo de produção e da formação social. Então, a natureza é espaço, o modo de produção é espaço, a formação é espaço.

A partir daí a análise geográfica propõe que o espaço *superfície da terra* e o resultado de uma desigual combinação de fatores que interagem e se equilibram gerando paisagens homogêneas (lois, também de planejamento). O espaço-superfície da terra é um resultado mas é ele próprio o ponto de partida geográfico.

O espaço superfície da terra contém, desse modo, como dado natural e histórico, uma organização e uma estrutura próprias (uma forma espacial), que lhe conferem a característica ontológica de uma dimensão espacial de existência do natural e do histórico.

A dialética em Geografia é, então, uma dialética da forma?

Não parece ser tão simples.

E preciso prosseguir.

A dimensão espacial é uma unidade na multiplicidade: o lugar é único e é múltiplo. E único é múltiplo em sua naturalidade e historicidade.

A subdivisão possível entre Geografia Física e Geografia Humana é, por isso, produto da divisão do trabalho natural e humano, e representa uma dimensão espacial que é a

negação da desigualdade genética original. Como a diversidade dada, natural e histórica, pressupõe a homogeneidade e a heterogeneidade ela pressupõe também as diferenças e semelhanças.

A acentuação das diferenças é um pressuposto das relações homem-meio natural; a acentuação das semelhanças é um pressuposto da proposição de gênero de vida.

Mas, em ambos os casos ocorre, na problemática determino-possibilismo, o reconhecimento de que o espaço-superfície da terra é um dado, ao mesmo tempo simples e complexo, onde o único e o diverso têm sido o fundamento da construção da descrição através da tipologia: num caso uma tipologia das diferenças, em outro, uma tipologia das semelhanças. O diferente e o igual são, por isso, também, um dado dialético da dimensão espacial.

A constatação de que il terra, il regno, o território são diferentes ou semelhantes e contém diferenças e semelhanças propõe sua análise, num primeiro momento, como uma trama de variações: em o elemento capaz de fornecer a chave para a apreensão da essência do objeto espaço-superfície da terra (Hartshorne, 1969).

Esse espaço-superfície da terra contém, no nível do singular, do particular e do universal, variações absolutas, relativas e relacionais, que lhe conferem a característica de uma totalidade empírica coerente, possível de ser compreendida conceitualmente e categoricamente.

Voltem-se ao ponto de partida?

Uma tentativa abrangente de solução foi proposta recentemente por David Harvey em seu trabalho *Social Nature and the City*.

Vejamos o que ele diz, nesta tradução direta do original.

"Há várias maneiras de pensar a respeito do espaço. É básico ter uma concepção correta do mesmo se se deseja compreender: o fenômeno urbano e a sociedade em geral, mesmo porque a natureza do espaço tem permanecido algo de misterioso na pesquisa social.

"Se tomamos o espaço como absoluto ele se torna uma 'coisa em si', com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos utilizar para classificar ou para individualizar os fenômenos. A caracterização de um espaço relativo supõe que deve ser en-

entendida como uma relação entre objetos, que existe somente porque os objetos existem e se relacionam. Há uma outra acepção segundo a qual o espaço pode ser tomado como relativo e propiamente chamado relacional — espaço tomado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si as relações com outros objetos.

“No primeiro dos ensaios citados neste livro a questão a respeito de um ponto de vista relativo sobre o espaço é postergada. Mas este caso é também pesquisado de um modo particular. O argumento é ontológico, procurando resolver a questão ‘o que é o espaço?’. Além disso, esta questão filosófica é pensada como tendo uma solução filosófica ou linguística independente de tudo o mais. O procedimento utilizado é o que, uma vez descoberto o que é o espaço e descobertos os modos de representá-lo, podemos avançar em nossa análise do fenômeno urbano introduzindo nosso entendimento do comportamento humano em alguma concepção geral do espaço. Este procedimento torna-se pouco significativo nos últimos ensaios (particularmente no Capítulo VI) e o espaço torna-se o que fazemos dele durante o processo de análise mais do que antes deste. Posteriormente, o espaço não é nem absoluto, relativo ou relacional *em si mesmo*, mas pode transformarse em um ou em outro, dependendo das circunstâncias. O problema da correta concepção do espaço é resolvido através da prática humana em relação a ele. Em outras palavras, não há respostas filosóficas para as questões filosóficas que surgem sobre a natureza do espaço — as respostas estão na prática humana. A questão ‘o que é o espaço?’ é, além disso, substituída pela questão ‘o que as diferentes práticas humanas criam fazendo uso de distintas concepções de espaço?’. A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos dentro dos quais opera o controle monopolístico. O movimento de pessoas, bens, serviços e informações tem lugar num espaço relativo, por que é preciso distância, tempo, energia etc., para ultrapassar o outro da distância. Parcelas de terra também conseguem dividendo porque se relacionam com outras parcelas; as forças potenciais demográficas, de mercado e varejo

são bastante reais dentro de um sistema urbano e, sob a forma de renda do espaço relacional, surgem como um aspecto importante da prática social humana. A compreensão do urbanismo e do tema forma-espaço-processo social requer entender como a atividade humana cria a necessidade de conceitos espaciais específicos e como a prática social cotidiana resolve com aparente tranquilidade os mistérios filosóficos profundos relativos à natureza do espaço e às relações entre o processo social e as formas espaciais” (Harvey, 13/4).

O caminho lógico-metodológico é substituído por uma via epistemológica-metodológica.

Tanto no início, como agora, a preocupação era a mesma: a busca da essencialidade espacial.

Por que não propor o caminho ontológico diretamente? Toda a discussão inicial poderia, então, resumir-se na seguinte proposição: a forma espacial é a expressão do lugar, que é a riqueza real, assim como a população que o habita e trabalha.

Caberia à Geografia descrever e explicar esse espaço, pois é de espaço que se trata, mostrando que a forma espacial é apenas a manifestação vivida (ou não?) do espaço-superfície da terra — a paisagem percebida. Ora, trata-se de compreender-lhe.

Seria possível chegar a essa compreensão através da proposição de Harvey?

Vejamos:

Diz Milton Santos que o espaço é social (1977: 81). Sim, de acordo, mas ele é *também* natural e não apenas como *segunda natureza*:

Como conseguir aprender a unidade do objeto?

Voltemos à modalidade de reflexão de Harvey: Há um espaço absoluto, abstrato. Podemos propô-lo concreto, relacionado à materialidade do mundo. Esse espaço, em Geografia, é o *lugar* (lata, região, território).

Há um espaço relativo que se refere a uma relação entre objetos, “que existe somente porque os objetos existem e se relacionam”. Do primeiro pressuposto, decorre que as relações são também materiais porque os objetos o são: a área, a região, o território.

Há um espaço relacional, “à maneira de Leibniz”, que

Harvey, R. *Questões sobre a natureza da Geografia*. IPRH, Rio de Janeiro, 1965.

Harvey, D. *Social Forces and the City*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1975.

Santos, M. *Sociedade e espaço: a formação social contra teoria e contra método*. *Revista brasileira de geografia*, n. 24, ABG-SP, São Paulo, 1977.

se refere aos objetos, sendo exemplos por este: "um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si as relações com outros objetos". O espaço relacional é também material, como consequência das posições anteriores: a arena, a região, o território.

Os lugares e as relações de que trata a Geografia são sempre materiais e se exprimem em uma *forma espacial* que é o espaço concreto. Esse espaço concreto é em parte empírico.

Para que se possa falar em um espaço abstrato-técnico — como em Harvey — convém começar pela forma espacial como expressão do espaço concreto ou, pelo menos, deixá-la implícita na argumentação.

Considere-se que o espaço absoluto contém o relacional e vice-versa. Também o espaço relativo contém o absoluto e o relacional.

O espaço absoluto determina o relacional se é qualitativamente mais importante: ele contém dentro de si a dimensão de hegemonia que o relacional com outros espaços absolutos. O espaço relacional determina o espaço absoluto se, através da mediação do espaço relativo, pode modificar o espaço absoluto. Modificar o espaço absoluto e alterar, lhe as relações, de dentro para fora ou de fora para dentro. Como talo existem espaços sem relações, desde logo a possibilidade de transformação está implícita no próprio espaço como ser.

E por aqui que se manifesta a forma espacial.

Essa manifestação é uma modalidade de movimento da matéria.

Então, o espaço é social, é natural — não é possível se-
parar nesta instância — e é movimento.

Se o espaço é ser, então o espaço se move. Como? Como espaço relacional que, como se disse, "representa dentro de si as relações com outros objetos". Por isso, também como espaço absoluto e como espaço relativo.

O natural e o social, como manifestações dos espaços absolutos, relativo e relacional movem-se em si e para si. Trata-se de apropriar-se dos meios transformando-os em espaços para nós. Para isso é preciso pensá-los como um todo.

A unidade do natural e do social realiza-se, por ele e consigo, no geocoosmismo.

ESPAÇO E TEMPO EM GEOGRAFIA

Geografia e mudança

A Geografia está rediscutindo espaço e tempo. Isso ocorre porque não satisfizem mais as noções de espaço e tempo existentes, quando confrontadas com o espaço e o tempo em que ela vive. Mas só está interessado em rediscutir espaço e tempo quem já está além do espaço e do tempo existentes. Por isso, quem quer mudar ou mover-se, ou quem já mudou.

Proem-se, então, em jogos, espaços e tempos diferentes, não normais e desiguais.

Mas é um arbítrio da sociedade em que vivemos, o continuamente transformar-se. Então, esta fora de questão o argumento contra a mudança e o movimento absoluto, relativo e relacional. Porque não é preciso lutar contra o que é futuro, contudo no passado e no presente. Porque, se é presente, é contido do passado e do futuro.

A rediscussão do espaço e tempo

O pensamento move-se como linguagem e conceito. Se a consciência vem de fora, ela, por isso mesmo, torna-se consciência interna e o que era determinação externa, torna-se determinação interna. A determinação consciente interna, torna-se, por sua vez, gênero da consciência que vem de fora, porque se desdobra no argumento. Então, a consciência passa a ser resultado do confronto, da interação. Mudar o lugar é mudar a consciência; mudar de lugar é mudar a consciência. Mas, o ser produz o lugar e é produzido por ele. Então, estabelece-se a contradição entre a consciência e o ser. Essa contradição é expressa pela lin-

guagem. O pensamento expressa a linguagem aprendida no âmbito da comunicação, inerente a um lugar, o espaço singular. A comunicação é possível porque esse espaço — área, região, território — é, ao mesmo tempo, universal, por que equivalente. Mas o singular e o universal só podem realizar-se como espaço particular; então, como linguagem particular; por isso, como conceito particular. Mas ainda, linguagem e conceito podem estar detachados ou perfeitamente coincidentes. É que a linguagem e o conceito mudam-se quando determinados de fora, para determinar-se por dentro. O movimento linguagem-conceito é contrário e se resolve no processo de aprendizado e comunicação. Por isso, no espaço e no tempo. Daí, que se transformam em conceito-linguagem do espaço e do tempo. Transformar-se em conceito-linguagem do espaço e do tempo e autodeterminar-se, dando origem à oposição ao conceito-linguagem no espaço e no tempo. O movimento conceito-linguagem deve, então, ultrapassar sua determinação determinada, ou sua sobre-determinação.

Além do espaço e do tempo

A Geografia lida com o espaço do tempo presente no espaço. Então, pode estudar o passado, o presente, o futuro. Em os estudos como dimensões absoluta, relativa e relacional do real.

Para isso, supõe-se que o lugar vazio e os corpos são manifestações da materialidade do espaço. Por isso, o espaço em movimento e o mudar e transformar-se do lugar e do não-lugar.

O lugar manifesta-se como diferenças e semelhanças, como normalidades e não-normalidades, como igualdade e desigualdades. Por isso, como unicidade, como dependência, como equivalência. Mas, como unicidade, dependência e equivalência absoluta, relativas, relacionais; singulares, particulares e universais; compreensivas, funcionais e dialéticas.

O movimento do espaço e do tempo presente no espaço move-se, em Geografia, da unicidade para a dependência, para a equivalência. Por isso, expressar o espaço e o tempo em Geografia é realizar a análise dos lugares e das relações.

Não se afirma relações espaciais, porque o lugar é desde logo espaço e as relações não manifestam o seu corpo. O lugar determina as relações e não o lugar. Mas de que se trata e de uma trama de relações e lugares, diferentes, não normais, desiguais. Por isso, semelhantes, normais, equivalentes. Por isso, ainda, o lugar e a relação são, como ditos, uma totalidade complexa de contradições, que se resolvem como sociedade em movimento, no lugar e, por isso, do lugar.

A linguagem-conceito resolve-se como determinação do movimento do ser.

O ser resolve-se, então, como equivalência. Por isso, é singular. Sua particularidade é a decorrencia de sua especificidade espacial como área, região ou território.

O modo do espaço do tempo presente no espaço põe-se como discurso. A singularidade linguagem-conceito põe-se, então, como unidade diversa: a História.

Mas a História não pode pôr-se sem a Historiografia.

Por isso, digo:

Esta pequena Comunicação foi escrita no dia 8 de março de 1979, no bairro de Pinheiros, cidade de São Paulo, ilhéu do CEHAT. Ela contém ideias expostas em trabalhos publicados anteriormente, em tese de livre-douçaria e em ideias que foram elaboradas especificamente para serem transmitidas hoje, neste lugar — e, então, agora e aqui — para as pessoas aqui presentes — e, então, aqui e agora — as colocarem em debate, vale dizer, em movimento.

Esta Comunicação ficará na História do Centro de Estudos de História?

Não posso entrar no mérito desse assunto, porque isso seria debater-me como determinação de outro espaço e tempo: o espaço e tempo da História e da Historiografia. Ficarei, além disso, fora deste debate, as questões relacionadas à cultura e à mídia.

Metalinguagem para consulta

- Cora, W. M. de (e) Moraes, A. C. R. "Valor, Espaço e a Questão do Lugar". *Revista Tempo*, Ed. Cláudio Hammar, São Paulo, 1979.
- Deleuze, G. *O espaço geográfico*, Difel, São Paulo, 1972.
- Deleuze, G. e Guattari, Félix. *Simulacra*, 1975.
- Guattari, I. *Os processos da economia*. "Revista de História, Faculdade de Filosofia, USP, São Paulo, 1977.
- Documentação, Martin, 1977.

- Haruharu, R. *Procedimentos e estruturas da geografia*, Hucitec-EDUEP, São Paulo, 1978.
- Lacoste, H. M. *A linguagem do espaço e do tempo*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1972.
- Sauer, P. *Os aspectos da geografia no tempo mundial*, Hucitec, São Paulo, 1974.
- Sauer, M. *Por uma geografia nova*, Hucitec-EDUEP, São Paulo, 1971.
- Silva, A. C. *O espaço fora do lugar*, Hucitec, São Paulo, 1978.

GEOGRAFIA E POSITIVISMO

Coordenador — Eu queria pedir ao Professor Armando Corrêa da Silva que falasse.

Armando Corrêa da Silva — Com exceção do organizador da mesa-redonda, quem fala em último lugar, leva sempre vantagens. Uma dessas vantagens é a seguinte: o Lobato e o Silvio já colocaram as questões, que eu vou cobrir, agora, se bem que de maneira mais especializada, no âmbito da Geografia.

Eu tenho-me preocupado bastante, há bastante tempo, com o problema da dialética e quanto trabalhei em oficinas sociais ou com etnoias sociais, ou com Sociologia, ou, numa época mais favorável, pude desenvolver essa discussão. Depois, tive que interromper esse trabalho e recomenciar um trabalho em Geografia e, encontrei, em parte, na Geografia, a ausência de uma discussão sobre dialética e, em parte, no período em que trabalhei, nos últimos sete ou oito anos, foi bastante desfavorável uma discussão desse tipo. Daí o caminho que eu tomei, que foi um caminho de crítica a concepções anteriores minhas e crítica principalmente à orientação positivista de compreensão da realidade.

Encontrei na Geografia uma ausência de discussão sobre metodologia, que agora é retomada e, assumo que sempre me interessei, e que tive dificuldade em retomar, a partir daquela preocupação antiga com dialética. Agora, a minha formação em ciências sociais, isso me ajudou muito porque, pelo menos na USP, onde me formei, a Sociologia e as ciências sociais em geral dão uma informação metodológica muito boa. E mais do que uma informação metodológica, uma informação teórico-metodológica, porque a metodologia está em moda, mas é importante que nós não

a consideremos isoladamente e sim associada a uma teoria. Eu tenho ouvido várias discussões e várias comunicações, conferências e palestras em que há uma discussão muito grande a respeito de temas gerais associados a temas muito específicos e, a particularidade, que é a dimensão da realidade, que esteve presente bastante bem na comunicação do Silvio, ela é geralmente colocada de lado e, basicamente, eu me refiro à necessidade hoje de uma teoria sobre o Brasil.

A minha geração, e a geração anterior à minha, formou-se apoiada em certos livros fundamentais, para os quais nem sempre os jovens contribuíram, mas de cujas discussões os jovens participaram. Eu me refiro a trabalhos fundamentais como *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Junior, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, e mesmo *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, e outros.

Havia uma teoria sobre o Brasil que se expressava numa discussão sobre as disparidades regionais — foi a grande discussão da qual os jovens inclusive participaram bastante. Essa discussão sobre disparidades regionais, ela nasceu em grande parte por influência de professores franceses que tratavam desse assunto, já naquela época. Hoje em dia a discussão é menos sobre disparidades regionais, mas, principalmente, ela se dirigiu para uma discussão sobre estrutura, de influência principalmente norte-americana.

Ora, a minha orientação em Geografia, minha preocupação com Geografia enquanto uma disciplina particular, não está ausente de uma preocupação social, que se expressa neste caso a respeito de uma possibilidade de elaborar uma teoria sobre o Brasil, apoiada numa discussão dialética sobre a realidade.

Quando o Millon me pediu a participação nesta mesa-redonda, eu escrevi um trabalho, que acabou sendo um trabalho enorme, de 39 páginas, em que eu me ocupei, na fase de minha discussão pessoal, teoria, em Geografia, com o espaço positivista na geografia francesa, na geografia social francesa.

Esse trabalho é consequência de uma atividade de magistério de Geografia para ciências sociais, que foi realizada há dois anos, e que incorporava preocupações anteriores

de um magistério para alunos de Economia da USP, em que eu já tratava desses assuntos também. Basicamente, a minha preocupação, sendo dialética, se voltava para uma crítica ao positivismo e essa crítica ao positivismo é complexa porque se evidencia sobre dois ângulos: os clássicos da Geografia, mas não só da Geografia, trabalharam todos eles com grandes sínteses do conhecimento; eles não tinham dificuldade de propor o todo, a totalidade, seja em Geografia, seja em outras ciências. Uma característica dos modernos é a metodologia analítica, é a decomposição das partes do todo.

No exemplo que eu tomo da geografia social francesa e do espaço positivista nessa geografia, eu tive que lidar com um grande número de autores, mas escolhi quatro deles que são representativos, a meu ver, da evolução do pensamento positivista francês em Geografia e que mostram as contradições dessa posição em relação a qual, ao final, eu quero fazer uma proposição.

Um desses primeiros autores é Vidal de La Blache, considerado o pai da geografia francesa e eu tomei dele o livro *Principios de Geografia Humana*. Vidal de La Blache morreu em 1918 e o livro foi publicado em 1927 por De Martonne mas contém as ideias essenciais de La Blache, que durante toda a sua vida declarou que era, mesmo primeiro pesquisador e teorizar depois, mostrando já um dos ângulos dessa posição positivista. Eu demonstrei, nesse trabalho que rodou, para esta meta-revisão, a posição de Vidal de La Blache, como um clássico, não se preocupava, como geógrafo, com a transformação da realidade. Ele se preocupava com palavras dele, em descrever e explicar o grandioso espetáculo da superfície da terra. Agora, na medida em que ele é um clássico e, em relação à época em que ele escreveu, ou que ele elaborou esses textos, ele tem uma vantagem em relação aos modernos. Essa vantagem é que ele trabalhava com a ideia de progresso, ideia essa que tem desaparecido progressivamente dos escritos atuais que estão bastante envalados num caráter tecnológico.

Uma das contribuições na perspectiva de Vidal de La Blache, e isso é o que eu acho importante, é a crítica do lugar de ocorrência, ou seja, os historiadores e sociólogos,

principalmente os citados por ele, tratavam o espaço como algo externo ao conhecimento, e ainda se faz assim. Para Vidal de La Blache, o próprio lugar, o próprio espaço, era e deveria ser o objeto do conhecimento. E mais do que isso, esse lugar, na expressão dele, era um palco que tinha vida ou que tem vida. Ele se aproxima muito da concepção naturalista, na sua descrição do globo terrestre, e faz a proposição conclusiva de gêneros de vida, em que studia povos relacionados ao ambiente natural. A mais importante contribuição dele é que ele coloca o espaço como objeto de análise e é curioso que a Geografia, apesar de (pelo menos) e a minha expectativa, ser uma ciência do espaço, muitas vezes os geógrafos estudam o espaço em si próprio e eu tive dificuldade em encontrar autores que fizessen uma discussão específica sobre esse espaço e, para Vidal de La Blache, o espaço é o objeto de análise.

O livro de Vidal de La Blache se baseia numa abordagem principalmente relativa a uma teoria da evolução, daí a ideia de progresso, e aí há uma preocupação com a Ecologia e a Ecologia é uma teoria do equilíbrio e, na geografia francesa, essa teoria de Vidal de La Blache vai influenciar todos os autores posteriores, apesar da modificação da posição em relação aos outros. Mas Sorre, por exemplo, vai trabalhar principalmente com ecologia e função.

Eu me baseei, em meu trabalho, em *Rencontre entre la Sociologie et la Géographie*, no capítulo "O Espaço do Geógrafo e do Sociólogo".

Enquanto Vidal de La Blache trabalha com o espaço existente e não se preocupa com a transformação dele, mas parte do indivíduo isolado ou do grupo isolado para construir a noção de tempo de vida, isso em 1918. Max Sorre escreve seu trabalho em 1927, portanto depois da Segunda Grande Guerra Mundial, e influenciado por uma superfície da terra totalmente compartimentada e dividida em situações sociais que ele identifica. Daí a preocupação de Max Sorre com o espaço dinâmico, principalmente, ou o que eu chamo de espaço dinâmico.

A minha primeira visita pode parecer que esses autores, como Pierre George, por exemplo, também lidam com a dialética na Geografia. Na realidade eu pretendo demonstrar aqui que não é as formulações dessa abordagem. Para Max

Sorrie o espaço não aparece como um todo, como em Vidal de La Blache; desaparece a percepção do todo, que havia em Vidal de La Blache, entendendo Vidal de La Blache como um homem que vive no contexto da revolução burguesa, da passagem do século XIX para o XX. Em Max Sorrie já é a consciência de um espaço fragmentado, que ele constata depois da Segunda Guerra Mundial, nesse trabalho escrito em 1957. Então, aparece um espaço da carta, que ele considera o ponto de partida fundamental, que se cria o desenho ao qual o Silvio se referiu. No mesmo caso, os geógrafos, o que é representado pelo espaço geodésico. Esse espaço geodésico é entrecortado por um espaço natural e entrecortado por um espaço humano. A partir daí Max Sorrie distingue o espaço político, um espaço econômico e um espaço social. São espaços envolvidos e superpostos. Apesar da falta de unidade na abordagem, é mantida ainda uma relação ao todo. Segundo Claval, Max Sorrie é considerado um dos geógrafos clássicos que conseguiram realizar uma síntese da Geografia, mas essa síntese é conseguida, principalmente no nível do método porque o objeto está fragmentado e Max Sorrie reconhece essa fragmentação.

Esses dois autores, Vidal de La Blache e Max Sorrie, são representativos de uma visão sintética da realidade da superfície da terra e representam dois momentos de apreensão desse objeto: Vidal de La Blache, ainda no contexto da revolução burguesa, mostra uma visão do todo e faz elos com o progresso. Em Max Sorrie essa visão desaparece e é substituída por uma noção da dinâmica do espaço. Bem, o outro autor que eu tomo é Pierre George, do livro *Sociologia e Geografia*, o capítulo sobre o espaço.

Pierre George trabalha também com Ecologia na tradição francesa e também com função, mas acrescenta a esta a discussão da noção de dialética. Inclusive Pierre George é considerado por alguns como autor marxista. Eu discordo dessa concepção porque Pierre George, na realidade, eu aceito aqui a concepção de Claval, ele tenta associar a dialética à concepção clássica da Geografia. De certa maneira ele cria uma ponte entre os clássicos e modernos. Para Pierre George, o espaço, detendo por ele, eu o denominei: *um espaço criado*. Para Pierre George é o trabalho que cria o espaço; é o trabalho que cria a paisagem e ele tem

uma definição, da relação do social, em que o social aparece projetado sobre a superfície da terra que é a base da atividade da coletividade humana. E aparece então uma preocupação com o espaço de localização e um espaço de relações só que, enquanto Vidal de La Blache e Max Sorrie, como clássicos, se preocupavam com o objeto, em Pierre George, como moderno, já há uma preocupação com a análise e portaria com o método. Então o objeto, espaço, é visto através do método o que em Paul Claval, o último autor a que vou me referir, aparece claramente. Tanto é assim que o espaço de localização de Pierre George que seria o lugar de Vidal de La Blache e Max Sorrie, aparece como um sistema de relações que determina o lugar. Ele chega a dizer que o *habitat*, que é a moradia mais simples, o lugar mais simples, a localização mais simples, é um sistema de relações residenciais e ele chega a estudar os sistemas complexos de relações, os sistemas urbanos industriais.

Paul Claval, que é o último autor que eu tomo como exemplo, da orientação positivista francesa, na geografia social, é claramente um autor analítico. Ele trabalha com uma metodologia analítica, então o objeto aparece através do método. Eu tomo como referência o livro *Princípios de Geografia Social*, o capítulo "A Valorização do Espaço".

O espaço, também para Claval, que trabalha também com Ecologia mas acrescenta uma dimensão psicológica e fenomenológica, na abordagem, é um espaço percebido e atribuído do lugar que é o território; território esse que aparece apenas como um suporte para uma experiência que é, antes de tudo, social, e a paisagem é percebida através da cultura — uma posição diferente da de Pierre George, em que o espaço é principalmente um espaço objetivo, embora Pierre George considere também a psicologia do espaço, mas em Paul Claval o espaço é claramente um espaço percebido e valorizado através da percepção e em sua apuração.

Bem, eu não tenho tempo para especificar as abordagens de cada um e a demonstração de cada um e eu quero apenas terminar fazendo uma referência a essa abordagem positivista e em que se poderia fazer uma crítica a ela.

Então primeiro lugar, todos os quatro autores, se é que eles

são representativas da geografia social francesa, partem do simples ao complexo. Um exemplo físico seria o de Pierre Geogré que trabalha do rural ao urbano-industrial — o rural e o simples, o urbano-industrial é o complexo. Todos eles trabalham do concreto ao abstrato — um exemplo seria Max Sorre para quem o espaço geográfico é concreto e o espaço social é abstrato. Em Vidal de La Blache o lugar determina as relações. Em Pierre Geogré por exemplo, as relações é que determinam o lugar e todos eles trabalham na linha do geral ao particular.

Bem, me parece que a crítica que se poderia fazer a essa abordagem positivista do espaço na geografia social francesa, deveria acentuar primeiramente o seguinte: todos estes autores analisam fazendo da Geografia uma apreensão do singular, do espaço absoluto. Mesmo Pierre Geogré que trabalha com o espaço relativo e Max Sorre, que chega ao espaço relativo, trabalha com uma apreensão que valoriza o espaço absoluto, o espaço singular. Nenhum deles, a não ser Claval, chega ao espaço relacional, referindo por Lobato Corrêa, referindo na sua comunicação.

Uma outra característica é a seguinte: a partir de uma apreensão do singular concreto, Max Sorre chega a dizer que a Geografia é a ciência do concreto e concreto é o singular, faz-se uma generalização ao nível do universal, por exemplo, faz-se em modo de produção. De um lado, esta simplicidade a noção de modo de produção, em geral, e uma noção do fenômeno singular, de outro — uma cidade, um porto, uma fazenda etc. O particular, como medição, acaba-se tornando abstrato nos quatro autores e basicamente pode não surgir de uma teoria do particular, concreto, que seria aquilo que eu me referi no início, no caso da minha preocupação, uma teoria sobre o lugar, no caso o exemplo do Brail. No caso da geografia francesa, não existe, a rigor, uma teoria do lugar e das relações. A solução para o impasse decorrente não só do positivismo francês, mas do positivismo em geral, também, seria considerar, de um lado, não só o modo de produção, mas também, a forma espacial; seria a especificidade da Geografia estudar o modo de produção como forma espacial, então, o espaço como categoria estrutural correspondendo ao modo de produção, como forma espacial; nós teríamos

que estudar, não a formação social propriamente dita, mas especificamente, no caso da Geografia, a formação espacial que seria o espaço ou a categoria de historicidade, em processo. Então, uma teoria sobre o Brasil, hoje, deveria ser uma teoria, no caso da Geografia, acilando a especificação da Geografia, seria uma teoria da formação espacial brasileira — o que é o Brasil hoje em termos de uma formação espacial.

Para dar concretude particular a essa abordagem, seria preciso considerar a teoria do valor. A teoria do valor está presente na geografia francesa positivista, principalmente na sua aparência fenomenológica, como uma teoria do valor de uso, e, em alguns casos, como teoria do valor de troca. Recentemente David Harvey deu um avanço bastante grande na compreensão desse problema da teoria do valor em Geografia. Milton Santos tem contribuições bastante importantes também nesse sentido e esse é um problema bastante novo e abre uma perspectiva bastante grande de trabalho.

TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Um discurso específico geográfico, deve tratar espaço, região, área na relação espacial, e a partir desse núcleo examinar a natureza da sociedade. Mas o exame da natureza da sociedade não seria específico da geografia. Seriam elementos fundamentais para o estudo geográfico, mas o estudo geográfico não seria algo que se dedicaria ao estudo da natureza e ao estudo da sociedade.

Seria algo específico, relacionando o espaço, lugar, área, região, território e relações espaciais. Além disso seria preciso considerar o problema de tempo e espaço em sentido mais amplo. Ou seja, como tempo e espaço entrariam nesse discurso: espaço, área, lugar, região, território e relações espaciais. A partir daí, dessas questões que ficam mais respeito ao objeto, o problema de método se colocaria, a meu ver, sob duas formas: primeira: a questão da teoria do valor em Geografia; diferente de uma teoria do valor em Economia Política, por ex. E um problema metodológico fundamental seria a questão da determinação, na esteira do discurso geográfico. Entendendo determinação como o elemento que daria sentido à explicação geográfica, explicação essa que seria iminente ao objeto.

Esse conjunto de temas, naturalmente articulados, separados aqui para fins de exposição, seria o conteúdo de um discurso geográfico. Portanto, fundamentaria a possibilidade de um pensamento geográfico.

Essa problemática, então, eu considero como fundamental, para a elaboração de um pensamento geográfico, de um discurso teórico em Geografia. Contudo, por isso, examinar rapidamente os discursos existentes, para ver em que medida eles dão conta disso ou não.

Eu, me baseando em Claval (*Evolução da Geografia Humana*), fiz aqui algumas anotações e alguns agrupamentos das observações e cheguei às seguintes conclusões: Uma das respostas a essas questões, levantadas inicialmente, é a Geografia e Ecologia, que com Kertzel tem a expressão maior e eu considero menos importante a problemática possibilismo-determinismo do que a contribuição de Kertzel na elaboração de uma teoria de território. E é a partir de uma elaboração de uma teoria de território que Kertzel dá uma unidade à Geografia, inicialmente.

Essa unidade é considerada por Claval como uma unidade parcial, quando ele confronta a resposta possibilista a essa posição. E Vidal de La Blache, para mim, é menos importante como uma vitória do possibilismo em confronto com o determinismo, do que o autor de uma teoria da região, que tenta dar unidade ao discurso geográfico também.

Uma terceira tentativa, apontada por Claval, mas não desse modo, mas apenas para efeito de mostrar contribuições para o pensamento geográfico, é o que eu chamo aqui de racionalismo, que corresponde à posição de Hettner e, mais recentemente, de Hartshorne. Hartshorne é menos importante pela metodologia compreensiva, a meu ver, do que por ter elaborado uma teoria da área. E que pretende também dar conta da unidade da Geografia. Mas, bem pensadas as coisas, os discursos de Kertzel, de La Blache, e de Hartshorne-Hettner, no caso, são também discursos parciais. Eles dão conta da área, da região, do território, mas o lugar como uma teoria abrangente de área, região, território, está ausente. Ou, em certos casos, parcialmente ausente. E, muito raramente, o espaço, como um todo, está ausente dessas formulações. Ou, em outras palavras, o espaço e o lugar aparecem sob a forma território, sob a forma região, sob a forma área.

Claval fala ainda de discursos parciais: a geografia regional como um discurso parcial, apesar de sua tentativa de síntese; a geografia clássica francesa; a geografia humana; a própria geografia humana, como um discurso parcial; a geografia cultural, também como discurso parcial; a geografia social como discurso parcial; também; e a geografia econômica também como discurso parcial.

Então, entre os discursos existentes, segundo a posição de Charval, e segundo a minha interpretação, há algumas unidades, algumas tendências de unidade no pensamento geográfico e algumas formulações que são parciais. Então em todos os autores há sempre a preocupação de um discurso geral.

Esse livro de Charval é interessante porque a posição dele é muito mais de valorização da Geografia existente, da contribuição geográfica existente e eu considero um livro importante porque é um dos poucos trabalhos em que há uma avaliação mais ou menos global da Geografia. Se bem que há muitas lacunas.

Além sobre discursos existentes, tomando o livro de Milton Santos — *Por Uma Geografia Nova* — nós vemos que ele aprecia essa geografia, a qual me referi agora há pouco, de um ponto de vista de uma posição militante, que o leva a identificar essa geografia, na maior parte dela, uma geografia colonial, e em grande parte dele faz poucas exceções como uma ideologia. Ideologia do colonialismo, principalmente. E caracterizando esta geografia colonial e de caráter ideológico, ele fala de quantificação, de sistemas e dos ecossistemas, da geografia de percepção, geografia do comportamento, geografia do planejamento. Sendo que, a do planejamento, ele critica mais como sendo o âmbito do formalismo da ideologia e que coroa essa concepção colonial e ideológica.

Mas mesmo nesse discurso de Milton Santos — *Por Uma Geografia Nova* — aparecem várias geografias no discurso geográfico geral. Há o discurso da quantificação, há o discurso dos ecossistemas, dos modelos, há o discurso da percepção, do comportamento etc.

No livro de Yves Lacoste — *A Geografia Serve Antes de Man, Nada Para Fazer a Guerra* —, ele combate o que ele chama de geografia dos professores, que é também uma geografia parcial, e a geografia do estado-maior. É uma geografia parcial.

Examinando esses discursos existentes, a respeito dos quais eu dei aqui três posições, resumidamente, preocupando naturalmente que vocês já tenham algum conhecimento sobre isso, eu bastante conhecimento sobre isso, eu me preocupo mais em identificar a natureza desses discursos existentes.

Me parece que nesses discursos predomina a abordagem positivista do real. E, caracterizando aqui o positivismo, seja ele bom, seja ele mau, como produção, como o estudo da aparência do real. O estudo da aparência do real, em todas essas contribuições, com raras exceções, como no caso de Eliée Reclus (uma exceção na geografia francesa) com raras exceções, repito, de aparência certas características específicas, como a presença do naturalismo como abordagem; a presença do empiricismo como abordagem bastante generalizada; a presença do racionalismo como outra modalidade de abordagem; a presença do funcionalismo, largamente utilizada por vários autores; a presença do historicismo, também através de vários autores.

Então, o problema do pensamento geográfico, como discurso teórico geral, apresenta-se como discursos parciais em todas as geografias produzidas, apesar dos esforços de síntese; e, ao mesmo tempo, do ponto de vista metodológico, tenta-se certos enfoques gerais, que na verdade são enfoques parciais.

A minha posição em relação a esses discursos existentes, e àquela parâmetro inicial que eu expus aqui, me leva pessoalmente a valorizar, na situação do discurso teórico, na herança do passado, os clássicos Kautz, La Blache, Hartshorne, pelo menos, no sentido de que produziram, respectivamente, teorias do território, da região e da área. Se bem que não dão conta de todo o objeto, elas são importantes, nesse caso. E conviria aqui também lembrar o caso de Max Sorre, que segundo Charval também é um clássico, que realizou a síntese da Geografia clássica e que, através da Ecologia, principalmente, realizou uma tentativa de abordagem geral do objeto e de um discurso geral.

Conviria verificar nesses discursos existentes, também, de um lado, uma transição importante que ocorre do início da Geografia até o presente, que é a passagem do enfoque sobre o objeto para o enfoque sobre o método. Então, citando La Blache, há uma preocupação com o progresso, por ex., progresso-unidade terrestre, preocupação específica com o objeto da Geografia. Em Max Sorre também há uma preocupação com o objeto.

Em modernos, os autores mais modernos, a preocupação vale se remetendo ao método. Conviria examinar isso na perspectiva da evolução do capitalismo e do socialismo.

coisas que eu não vou fazer aqui, mas há razões para que esses autores tenham procedido assim e tem havido uma transposição de preocupação de objeto para com o método. No próprio marxismo se encontra esse problema, de uma valorização muito mais do método marxista do que de uma ontologia marxista.

Nessa situação do discurso teórico, em que eu valorizo esses autores do passado e estabeleço esse problema da separação entre objeto e método (talvez seja uma das causas da fragmentação do conhecimento geográfico) há a destacar duas tendências recentes que tentam uma unificação desse conhecimento.

Uma é a relação Geografia e Economia Política. O caso mais conhecido é o de David Harvey que, no livro *A Justiça Social e a Cidade*, tem um capítulo, o capítulo V, bastante famoso, sobre o valor de uso e o valor de troca e a teoria do uso do solo urbano, em que de tenta a unificação do discurso geográfico através da Economia Política.

É importante esse trabalho, porque grande parte da geografia que eu chamo se limitou o tempo todo no máximo ao valor de uso e não ao valor de troca. Harvey dá sua contribuição.

E, finalmente, eu queria falar que em relação à situação do discurso teórico, a respeito da geografia e marxismo, ou seja, a preocupação com o marxismo, surgiu bastante recentemente. Dos estudos que eu tenho feito, a conclusão a que eu cheguei é a seguinte: — a Geografia, toda ela existente, essa positivista, tem, de um lado, raízes em Aristóteles, por causa da preocupação com a enumeração, classificação, tipologia, que é uma herança bastante antiga; e por outro lado tem raiz em Kant, com a preocupação de apuração e realidade. E a Geografia, ao chegar aos séculos XVIII e XIX, passa ao lado de Hegel, e não avança nem em direção à solução existencialista, que parte de Hegel, nem em direção à solução marxista, que também parte de Hegel. Ela passa ao lado de Hegel, evita o problema da dialética, da contradição, se encontra com Comte e continua desenvolvendo sua tradição positivista.

O discurso marxista só entra muito recentemente, um dos autores que trata desse assunto é Pierre George, que tem uma solução, a meu ver, incompleta. Eu não me refiro

aqui à geografia soviética, à primeira, antes de Stálin, e à geografia pós-revolução russa, e nem à geografia que alguns autores socialistas fazem hoje, como Amuzhin, por ex., que tratam de problemas dialéticos.

Mas de qualquer maneira, a minha preocupação, aqui, é mostrar que a Geografia fica alheia ao marxismo, durante muito tempo. E, aproximadamente nos últimos dez ou quinze anos, no máximo, a Geografia passa a ter interesse em relação ao marxismo.

Só que eu acho que aqui, do ponto de onde poderia surgir um discurso geográfico geral, ocorre um problema sério, que é o seguinte: estamos correndo o risco de que a contribuição marxista à Geografia, de que o esforço do geógrafo em relação ao marxismo, se transforma em mais uma disciplina: da economia agrícola, da geografia das indústrias, da geografia da população, da geografia disso e daquilo, surja uma geografia do modo de produção, que, pretendendo dar conta da totalidade, acaba se tornando mais uma parte da Geografia.

Como resolver aquela questão inicial que eu propus, a respeito de um pensamento geográfico como discurso teórico geral, que devesse abranger as categorias espaço, lugar, área, região, território, relações espaciais? Abordar a questão de natureza e sociedade? Abordar o problema de tempo-espaço, o problema de uma teoria do valor em Geografia, e da determinação, como elemento de explicação da realidade?

O caminho mais recente, que está em moda, é o da epistemologia. Ou seja, é a questão da discussão da linguagem e a análise exaustiva dos discursos. Eu pessoalmente acho que não é por aí o caminho para a solução de um discurso geográfico teórico geral.

Uma outra solução, com a qual eu tenho trabalhado, é o caminho ontológico, o caminho do ser, no que diz respeito principalmente ao objeto.

Eu lanco aqui como questões, a ser debatida, o problema de quais as possibilidades dessas tendências, no sentido de resolver o problema dessa unidade do pensamento geográfico. E cito aqui duas tentativas recentes, metodológicas, que talvez possam auxiliar nesses aspectos. Uma é a ontométodologia, que significa o estado simultâneo do ob-

isto e do metodo, que foi desentrevista, por ex., no Brasil, por José Chasin num trabalho chamado *O Integralismo de Plinio Salgado*, em que ele trabalhava com os conceitos de Lukács, do singular, particular e universal. E acha que o marxismo se caracteriza basicamente como uma abordagem antometodológica. Nós poderíamos chamá-la também de "teórico-metodológica".

E, recentemente, um escritor polonês descreveu a estrutura lógica do *Capital* de Marx; Zeleny, propõe a ontologia zoológica, ou seja, o estudo da prática no mesmo tempo que o estudo do ser e do objeto. Ou seja, o estudo da atividade humana junto com o estudo do ser.

Qualquer que seja a resposta a essas questões, eu penso que o problema da filosofia da Geografia, como indicação de solução, é uma questão premente. E que nós temos que resolver, de alguma forma.

Eu, pessoalmente, cheguei à ideia de que a possibilidade de se debater a questão de forma espacial e de formação espacial é um caminho bom para resolver a nossa questão. Mas fica complicado discutir forma espacial e formação espacial e produzir aí um discurso sobre a relação natureza e sociedade, uma teoria do valor e uma relação causal de determinação. E não sei se seria legítimo separar o estudo de forma e de formação, ou se o caso de fazer um estudo conjunto.

E, finalmente, eu acho que por essa via, o problema que eu levanto no sentido de indicar a solução para a unificação do pensamento geográfico e para a produção de um discurso teórico geral em Geografia, é a questão da particularidade, ou seja, não se trata de produzir nenhum discurso universal, nem um discurso singular sobre a realidade, mas encontrar aquilo que Lukács chama de um conceito, de uma figura própria, a respeito do real. Nesse sentido nós estaríamos até relacionando esta palestra com os debates de hoje à tarde, onde se coloca o problema, por ex., de uma teoria particular, de uma teoria sobre o Brasil; seria que ser uma teoria particular.

E o que nós temos nesse sentido? As grandes realizações brasileiras nesse sentido são *Brasil: a Terra e o Homem*, que é um discurso fragmentado, e o *Geografia do Brasil*, do IBGE, em cinco volumes, que é também um discurso

fragmentado. E que nos dois casos se trata de um discurso positivista.

Então, eu termino aqui a minha intervenção, dando um balanço dessa questão da seguinte maneira: há várias tendências recorrentes de pensamento geográfico e o meu receio é que essas tendências se tornem várias geografias; e ao mesmo tempo a fragmentação do conhecimento. Então, eu constato a incidência de um discurso geográfico teórico geral, e, como decorrência disso, ocorre a fragmentação do conhecimento.

Um aparte — "Seria possível discutir Geografia e marxismo?"

R. — O colega faz uma questão mais importante e acho que talvez mais quente para discutir. A discussão do marxismo na Geografia, que envolve, com os italianos, por ex., uma análise marxista do espaço, ou a inclusão do espaço, pouco na teoria do valor de Marx, ou a inclusão do espaço, em geral, no marxismo, põe a possibilidade não de resolver um discurso sobre a totalidade, em Geografia, mas de acabar-se transformando também em uma nova geografia. Mais especificamente, uma geografia do modo de produção.

ALÉM DA MODERNIDADE

A modernização conserva valores

Certa ocasião, um amigo advogado e economista refletiu-se, para mim, às *extremidades*, como o ato e o efeito de produzir manifestações vivíveis do novo. Sendo ele econômico, não entendi a referência, que me pareceu geográfica e ao nível de senso comum!

O assunto economia externa foi desenvolvido por Marshall e, segundo a sua concepção: "Uma 'economia externa' é definida como um *estado Janovavel* sobre uma ou mais pessoas que resulta da ação de uma pessoa ou firma diferente; ela desloca a curva do custo ou da utilidade de cada pessoa que ajuda, e esse deslocamento provocado *externamente* deve ser distinguido de qualquer movimento interno ao longo da curva de custo do indivíduo afetado" (Samuelson, 1973: 502).

Isso propõe, para mim, uma tema de que já tratei: a Geografia não possuiaria um discurso técnico: sua linguagem seria a do senso comum, na apreensão das aparências do real (Silva, 1978: 113).

No que diz respeito à modernização o novo manifestar-seia por *formas novas* e isso seria tudo.

Pôde-se, então, o problema da essência da forma geográfica, como determinação. Isso remete à teoria espacial do valor: "O 'valor' do capital é, também, função de sua localização, se bem que o capital possa, por sua vez, modificar o valor do lugar" (Santos, 1979: 126).

Mas, o que é o valor do lugar?
O valor do lugar é seu valor imunitivo, como natureza e sociedade. A medida é, então, o trabalho físico e socialmente necessário para a produção e reprodução do espaço, natural e social.

Modernizar é, então, alterar o valor do lugar, pelo trabalho natural ou social, mantendo, nos modos de produção.

Socialmente, a modernização ocorre por efeito de introdução de inovação, através da tecnologia, ocorrendo a produção de formas novas, que significam a produção de valor.

"Será que isso parece uma tarefa simples para uma economia subdesenvolvida? Tudo o que ela tem a fazer para encaixar em uns poucos anos os milões e milhões anos que foram precisos para que nos nos desenvolvêssemos e o seguinte: ir ao exterior e copiar métodos mais eficientes; levá-los de volta e fazê-los funcionar; depois, descansar e esperar que entre o produto extra.

"É evidente que o processo não funciona bem assim. Os povos dos países subdesenvolvidos sabem disso, por amarga experiência própria. No entanto, a mesma ilusão continua a surgir em meio ao público dos chamados 'países avançados'. É frequente pensarmos que podemos enviar alguns técnicos a uma excursão oficial a um país pobre; depois de examinarem o terreno durante um mês ou dois, ou seja, de não fazerem nada, e o relatório desintegrado com perfeição, que deitam ao vento, poderá ser 'implementado'. Desse modo, o desenvolvimento estaria solucionado.

"1.1.1. A experiência mostra que o desenvolvimento é realmente um processo árduo e lento — mas não impossível. Para apressar a sua evolução, deverão ser desenvolvidos, entre os povos diretamente interessados, empreendimentos e inovações espontâneas. Tembrase de que muitas culturas começam com um desdém pelo trabalho sujo e pesado — desprezo que muitas vezes herdaram da elite colonial que os dominava. E muitas vezes tem desprezo pelos negócios — pela ganância, pelo dinheiro e pela produção. Gradativamente, devem criar sociedades, dentro do seu próprio padrão cultural misto, um grupo criador de produtores, atentos ao experimento de novos métodos, ácidos aos desejos dos consumidores, sensíveis aos riscos e às recompensas pecuniárias.

"Por que dar ênfase à inovação criadora? Porque há uma tarefa, em absoluto, de uma tarefa estereotipada de ad-

a avanzada técnica extranjera a utilización de un país subdesarrollado. Lembre-se, a própria tecnologia avançada foi desenvolvida para atender às condições especiais dos países avançados. Quais são essas condições? Muitos salários monetários, trabalhadores escassos em número, mas bem provistos de arêdores industriais, abundância de capital herdado do passado, produção em massa, e assim por diante. Essas condições não existem em terras menos desenvolvidas." (Samuelson, 1973: 821/2).

Poore, por isso, a modernização como um processo de reforma que, na verdade, implica em uma conservação, restituição. E que se trata de mudar, mas não muito.

Por que?

A contração espacial é também uma contração econômica: "Los innovadores descubren, más pronto de lo común, que los nuevos métodos de producción desplazan a los viejos y las nuevas mercancías desvían el poder de compra de los viejos canales de la demanda. Esto condena a las viejas plantas a convertirse en antieconómicas antes de la fecha de su esperada expiración. Los nuevos empresarios o los innovadores desartan de sus actividades los viejos equipos y por así decirlo, ocupan el territorio que estos ocupan, o los viejos abandonan su equipo e invierten en tipos nuevos. En ambos casos la inversión sabe por ensaio de su tasa anterior y se inicia un auge. Y esta es cierto independiente de que las nuevas técnicas consuman o ahorren capital. Una nueva planta que desplaza a otra que ya resultaba antieconómica, requiere inversión aún si incorpora menos capital por unidad de capacidad que la que ha desplazado. El monto de inversión que se requiere para reducir el volumen de capital será, probablemente, más grande y por eso más amplio y prolongado al auge en la medida en que los nuevos métodos requieren más capital por unidad de capacidad."

"En el caso inverso, en que las innovaciones dejan de producirse a la tasa esperada, las plantas antiguas trabajan más prolongadamente que en tiempos anteriores y la reinversión de los fondos de amortización cae visiblemente, de modo que aparecen las condiciones de un receso económico" (Robinson, 1974: 228).

Poore, então, a base da modificação aparece da for-

ma através de sua revalorização visual. O valor criado é, por isso, desde logo, um valor morto. Produz-se a reficção do lugar, através de sua conservação. Nada efetiva, niente se altera.

Não obstante, a reficção apresenta-se como ponto de partida de reconstrução das raízes do futuro.

Por que?

Porque a forma "nova" implica a produção da contradição como superestrutura. Por isso, como superdeterminação, é a superdeterminação que determina a estrutura "metafísica" na forma "nova". Há como que a consciência, que não refuta a si mesma, de que "o velho tempo já passou". Isso é constatado nas falhas humanas e mecânicas que persistem como acumulação de espaços no tempo.

Arquitetura e urbanismo

O moderno manifesta-se, principalmente, como forma urbana. A forma urbana é o novo social, de modo radical. Em primeiro lugar, como urbano, em segundo lugar como campo experimental da forma abstrata.

O que é a forma abstrata?

"Our perceptual experience may be affected by organic experience. But, if we are to build an analytically tractable theory of spatial form, we must eventually resort for formal geometry. We need, therefore, to find some way to represent events as they occur on the perceptual organic level by some abstract symbolic system which forms a geometry" (Harvey, 1976: 29).

Uma vez produzida, a forma urbana é consumida. Inicialmente, como percepção estética. Depois, como valor de uso. Em seguida, como valor de troca.

Por isso, forma e produção estão inseparavelmente ligadas. Seu modo de unidade não espacial é a metóda.

De ponto de vista da história mundial: "El mercado interior y el exterior desempeñan, ciertamente, un gran papel en la marcha de la evolución capitalista, pero no como conceptos de la geografía política, sino de la economía social. Mercado interior, desde el punto de vista de la producción capitalista, es mercado capitalista; es esta producción misma como comprendora de sus propios productos y

fuente de adquisición de un propio elemento de producción. Mercado exterior para el capital, es la zona social no capitalista que absorbe sus productos y le suministra elementos de producción y obreros. Desde este punto de vista, económicamente, Alemania e Inglaterra, en su mutuo cambio de mercancías, son, principalmente, mercado interior, capitalista, mientras que el cambio entre la industria alemana y los consumidores campesinos alemanes, como productores para el capital alemán, representa relaciones de mercado exterior. Como se ve por el esquema de la reproducción, estos son conceptos rigurosamente exactos. En el tráfico capitalista interior, en el mejor caso, sólo pueden realizarse determinadas partes de producto social total: el capital constante gastado, el capital variable y la parte consumida de la plusvalía; en cambio, la parte de la plusvalía que se destina a la capitalización ha de ser realizada 'forzosa'. Si la capitalización de la plusvalía es un fin propio y un motivo impulsor de la producción, por otra parte, la renovación del capital constante y variable (tal como la parte consumida de la plusvalía) es la amplia base y la condición previa de aquella. Y al paso que con el desarrollo internacional del capitalismo, la capitalización de la plusvalía se hace cada vez más apremiante y precaria, la amplia base del capital constante y variable, como masa, es cada vez más potente en absoluto y en relación con la plusvalía. De aquí un hecho contradictorio: los antiguos países capitalistas constituyen mercados cada vez mayores entre sí, y son cada vez más indispensables unos para otros, mientras al mismo tiempo, combatan cada vez más cobardemente, como competidores, en sus relaciones con países no capitalistas. Las condiciones de la capitalización de la plusvalía y las condiciones de la renovación total del capital, se hallan cada vez más en contradicción entre ellos, lo cual no es, después de todo, más que uno reflejo de la ley contradictoria de la cuota decreciente de beneficio" (Luemburgo, 1967: 281/2).

Proceso e circulación

Así, a forma abstracta, o "esquema", relacionase a producción. Para que eso ocurra e preciso considerar, en-

122

tão, o processo de produção e de circulação do espaço, que se manifesta na forma e como forma. Por isso, há uma forma real e uma forma aparente. Ambas referem-se a um conteúdo aparente e a um conteúdo real.

Forma e conteúdo, aparentes e reais, manifestam-se, como modernização, principalmente na cidade. Ora, a cidade é o ponto de referência do espaço do monopólio.

Se a situação é de crescimento a modernização é recurso excelente de acumulação. No momento da crise a modernização põe-se como esforço contrário à perda de espaço. Porque "tem-se a impressão de que os grandes negócios não estão de modo algum interessados na utilização completa do potencial produtivo, uma vez que os custos de sua subutilização, através dos preços do monopólio, são transferidos para os consumidores, e o volume de produção contido em determinados limites permite sustentar os altos preços de monopólio, não só nos períodos de conjuntura alta como também nos períodos de queda de produção.

[...] Só aparentemente o grande capital suporta resignado a carga de subutilização, depositada sobre ele pela concorrência impiedosa. A época da livre concorrência não conhece a subutilização do potencial produtivo como fenómeno permanente. Os potenciais de reserva são instrumentos nas mãos dos "grandes negócios", para a conquista de posições novas no mercado de oferta, a para a utilização como diques para conter a torrente de mercadorias que podem arrastar o sistema de preços de monopólio. Com a queda do sistema de preços de monopólio, o custo dos potenciais produtivos paralisados transfere-se para a sociedade, reduzindo-se o salário real dos operários, a renda dos agricultores, as rendas e lucros da pequena e média burguesia" (Vigodski, 1968: 249/50).

Por isso, o espaço urbano modernizado coexiste com o espaço anterior, gerando valorização e desvalorização de direção. Isso expressa-se no projeto, que manipula as direções, definindo-as como preferências e secundárias. No momento da crise essas direções perdem seu significado normativo.

Por isso, então, a questão: para onde?

123

Forma e permanência

É que a forma apresenta-se como permanente. A sobre-determinação existe, então, o novo à sua própria antiposição. Para compreendê-la é preciso entender o aspeto da mobiliza.

Como disse, certa ocasião, um vereador de uma cidade pequena: "queremos o progresso, mas não os problemas!"

É que a escala não é mais a local e, sim, a nacional. Como compreendê-la sem considerar, contudo, a totalidade do espaço?

A consciência do problema existe: "O aumento do fluxo de renda a que Erenow refere-se resulta tanto de modificações nas técnicas de produção, como do aumento da dotação de capital por pessoa ocupada, e nos dois casos se traduz em elevação da produtividade de fator trabalho. No estudo decaixa decaixa de produtividade utiliza-se, de maneira geral, como base, a contabilidade de fatores, que fornecem um conjunto econômico insosionai. Entretanto, o conceito de desenvolvimento pode ser igualmente utilizado com referência a qualquer conjunto econômico de estrutura complexa. Se o conjunto econômico apresenta estrutura simples, como no caso de uma empresa ou de um setor produtivo especializado, convém evitar o conceito de desenvolvimento e utilizar simplesmente o de crescimento."

Assim, o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa" (Furtado, 1967: 74).

A modernização, ao nível global, põe-se, então, como diferenças fracionárias de formas, que implicam mudança de ritmo no fazer-se espaço.

Em direção ao presente

Modernizar, por isso, é produzir espaço novo.

Mas a questão implica a resposta à pergunta: onde estamos? Ou, ainda, modernizar para quê?

A resposta possível indica que: "Uma vez absorvido o setor pré-capitalista, o mercado de trabalho estará unificado. Sendo assim, a taxa de salários já não será função des-

tações estabelecidas no setor pré-capitalista, devendo elevar-se com a produtividade, a exemplo do que ocorre em qualquer economia capitalista em que a mão-de-obra é de oferta limitada" (idem, 1973: 108).

A pergunta anterior põe-se a seguir: o que somos?

A resposta já existe: "O esforço para dotar países de baixo nível de renda per capita de um setor industrial com um grau de diversificação similar ao dos países em que a acumulação já realizada (dotação média de capital por pessoa ocupada) é muito vezes superior; tende a produzir um tipo particular de estrutura, que qualificamos de economia subdesenvolvida industrializada" (idem, 1972: 65).

A modernização, por isso, tem ainda espaço para expandir-se. Mas, não pode fazê-lo sem apropriar-se por inteiro do espaço urbano. Ao fazê-lo, moderniza também a rede urbana.

Na rede urbana, que é lugar de manutenção do rural e do industrial, apresenta-se a isotropia, que gera a alienação das diferenças. É como se estivesse algum perdido num espaço sem coordenadas.

Referências

- Furtado, C. *Forma e período do desenvolvimento econômico*. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1967.
- Amador do "mercado" moderno. In: *Crônica Brasileira*, Rio de Janeiro, 1972.
- A importância das Estruturas Espaciais e a Implantação da Indústria*. Laurus, Ed. Christiano Borsari, Rio de Janeiro, 1973.
- Harvey, D. *Social Justice and the City*. Edward Arnold Publishers Ltd., London, 1976.
- Kusenbarg, H. *Las estructuras del capital*. Ed. Cuzillos, Mexico, 1967.
- Robinson, J. *Essays on economic development*. Fondo de Cultura Económica, México, 1974.
- Somocinos, F. A. *Introdução à análise econômica*. Livr. Ago Ed., Rio de Janeiro, 1973.
- Silber, M. *As estruturas espaciais, urbanas e desenvolvimento*. São Paulo, 1978.
- Silber, A. C. de. *O espaço, fora do lugar*. Hucitec, São Paulo, 1978.
- Yrupal, J. "Monopólio e desigualdade". *Revista*, N. 10. *Fundamentos de economia marxista*. Ed. Christiano Borsari, Rio de Janeiro, 1966.

O ESPAÇO ESQUIZÓIDE: SUPOSIÇÕES HEURÍSTICAS

Quando se perde a subjetividade, perde-se, com ela, a objetividade. Por isso, recuperar a objetividade é, antes de mais nada, ter a si próprio como sujeito, como consciência.

Ter a si próprio como sujeito, como consciência, é ser capaz de ter referências, que são relações de significação.

Por isso, pode-se dizer que um espaço sem significado é um espaço "morto", reificado. A presença do espaço reificado põe-se nos momentos de decadência: a reificação significa também o desaparecimento das relações que dão significado à identidade. O espaço da mente esquizóide é, então, um espaço "morto", reificado, onde ocorre o empobrecimento das relações de significação ou o seu desarrumamento. Por isso, o espaço esquizóide é um espaço frígido, alheio. É um espaço dos outros.

O espaço esquizóide/frígido genético

Na gênese, o espaço de vida é um espaço que se separa fisiologicamente da sua matriz. Por isso, é um espaço do espaço que vai ganhar progressivamente autonomia num processo de prolongada dependência. Deformam-se dois espaços variadamente programados em suas semelhanças, normalidades e igualdades. Então, também em suas diferenças, não normalidades e desigualdades. Por isso, há uma contradição que se põe por dupla referência: o espaço matriz e sua reprodução que se faz outro. A tendência inatente do espaço matriz é respirar-se do espaço produzida. Existe, então, um lugar de tensão, período-intermittente permanente. Essa tensão é todo o tempo atenuada pela presença do espaço indutor, que é um segundo refe-

rencial do espaço produzido, que possui, por sua vez, outra programação.

O espaço de vida é, então, na gênese, uma relação de espaço. Por isso, põe-se a questão da identificação, que é um processo de criação de referência. Processo esse complexo, porque o espaço de vida defronta-se com a situação de ser o referencial de todos os outros espaços, até porque é seu equivalente. Daí a dificuldade de desenvolver mais próprias referências, que seria sempre o resultado da situação de um campo contraditório de forças.

O espaço de vida defronta-se, então, com o dado da contínua invasão de seus domínios, tendo que organizar-se como espaço do ego e espaço do alter. Por isso, defronta-se com o entorno. Ora, o entorno é, também, o espaço dos outros. Então, o espaço identidade forma-se como relação — de si para consigo — de relações — para si e para outro. Parte dessas relações são predeterminações de pré-identificações futuras.

Põe-se, então, o espaço consistente, como o modo de estabilização do espaço de vida. O espaço consistente é espaço do superego que funciona como uma segunda programação, que interage com a primeira, da qual é um outro padrão.

No processo, os espaços do ego, do id e do superego interagem nas respostas e estímulos do espaço de vida tornando o espaço de referência consistente. Essa referência consistente supõe a contínua positividade dos espaços inconsistentes e pré-consistentes.

Os espaços de programação genética e de programação cultural interagem produzindo o espaço da personalidade. O espaço da personalidade, uma vez produzido, tende a reproduzir-se, gerando referências de necessidade, conduta e motivação.

O primeiro contato do espaço de vida com o entorno externo define o espaço de ansiedade. Por isso, o espaço consistente desenvolve-se muito cedo, ainda como pre-terminação interna, que o prepara para defrontar-se com o entorno externo. O aparecimento do espaço transitório relaciona-se, por isso, com as deficiências de programação genética e cultural dos espaços matriz e indutor. Por isso, põe-se, desde logo, o espaço dos mecanismos de defesa.

O trauma e os mecanismos de defesa relacionam-se à racionalidade do processo de formação que gera os espaços de frustração, regresso e aparecimento de sintomas. Por isso, o espaço de vida não-esquizado depende de determinações anteriores ontologicamente conscientes. Essas determinações geram a natureza da suscetibilidade individual.

As considerações precedentes implicam a inatenuação do espaço da liberdade-necessidade. Por isso, põe-se o espaço-comportamento. O espaço-comportamento é o espaço desenvolvido dos relacionamentos, entre as referências próprias e as referências dos outros. Aqui, põe-se, então, os espaços das neuroses, psicose e psicose. Seu fundamento reside nas programações genética e cultural e em seus modos de inter-relacionamento, quanto ao entorno de referencial próprio e ao entorno de referencial externo.

A subjetividade e a objetividade diferentes, não-normal e desajuste podem ser, então, a origem do espaço de reação paranoide.

O espaço paranoide gera-se, por isso, no contexto da racionalidade da mente aliena, ou fora-de-si, que perde ou tem desorganizada sua programação genética e cultural.

Em maior grau, põe-se, então, o espaço esquizofrênico. Num primeiro momento, o espaço esquizofrênico representa a perda de significado das referências, gerando a sensação de perda. Num segundo momento, a perda de referências se acentua, gerando o espaço catatônico. Num terceiro momento o espaço catatônico transforma-se no espaço hebreferente. Num terceiro momento põe-se, então, precisamente, o espaço esquizofrênico com a redução dramática das programações genética e cultural a um estado de espaço desistido completamente de significados e referências.

A padronização do espaço esquizofrênico pode adquirir o sentido de uma alternância de estados de esquização-desesquização das reações afetivas.

Põe-se, por isso, o quadro da estrutura do espaço esquizóide.

O espaço da saúde manual

O espaço da saúde manual põe-se com o espaço da criatividade disciplinada e consciente das determinações e sobre-determinações do real. A mente se movimenta sob controle de si própria, no comportamento genuíno socialmente aceito, como os momentos de fantasia e imaginação não-conformados. O fundamento do comportamento não-esquizado é, então, o modo de ser consistente das diferenças e semelhanças, normalidades e não-normalidades, igualdades e desigualdades compreendidas e transformadas em ato de trabalho. Forque o trabalho da mente, como o trabalho manual, relacionam a subjetividade e a objetividade como posse de si mesmo no processo de vida. O espaço do trabalho, assim concebido, é rico de relação e significados. Ora, a riqueza da mente é a riqueza do conjunto de suas relações internas e externas. Por isso, a interatividade e a inter-subjetividade constituem condições da socialidade, que podem de modo correto as relações, entre o ego e o alter. Desaparece, com isso, a contradição entre o espaço psicológico e os outros espaços. O ser para si põe-se como ser para os outros, como condições de sua própria referencialidade.

Então, o espaço referido perde sua razão de ser como elemento gerativo do espaço esquizóide. O espaço do lugar põe-se como lugar do espaço.

Apontar Psicopatologia

Camargo, N. A. "Psicologia, Abstração", in *Encontro com a Humanidade*, vol. 18, Wilson Bonini, Poá, Editora, Curitiba, 1977.

Silva, A. C. da. "A paranoideidade: sintomas para pesquisa", *Contribuição da Psicopatologia*, São Paulo, 1967. Publicado nos livros.

Parte III
O ESPAÇO NO LUGAR?

A crise da Geografia tem uma vantagem em relação à crise dos demais campos do conhecimento. A reflexão filosófica dela esteve ausente durante muito tempo: mais precisamente, alguns clássicos ainda a praticaram, mas a deficiência do preparo filosófico constituiu sempre uma barreira ao encaminhamento da solução.

O "terra-a-terra" dos geógrafos deve explicar-se como determinação de seu objeto e, ao mesmo tempo, como a preocupação mais com o território do que com a região, a área, o lugar e o espaço. Mais com o lugar, tomado isoladamente (ideograficamente) do que com as relações espaciais. A preocupação recente com estas não partiu da reflexão, mas foi determinação externa de um mundo cada vez mais unido pelas comunicações, que põem em crise a atomização local, regional e nacional.

Claro, então, mesmo que tardiamente, renovar a reflexão. Mas esta não se pode, se o problema filosófico não está resolvido.

Por isso, mecano que de modo autodidata, arrisco fazer aqui algumas observações sobre o movimento do raciocínio científico, tal como o entendo, na realização da produção intelectual.

O procedimento didático impõe-se, então, como instrumento de clarificação da proposição.

Da práxis à epistemologia

A práxis implica uma demonstração teórica e em uma demonstração prática. A primeira, remete à consistência do argumento e a segunda à verificação empírica. O trabalho intelectual científico tem essa característica.

É essa prática que constitui a gênese da produção da teoria, que se realiza como proposição e argumento ontológicos.

A ontologia, uma vez delineada, remete à questionologia.

A epistemologia, enquanto discurso crítico, baseia-se na questionologia, na teoria do conhecimento, na lógica e na metodologia.

Vejamos cada uma delas, pois disso depende a elaboração do saber, que constitui o *organi* de uma nova realização da prática.

O que se segue são suposições, que podem ser compreendidas como hipóteses sistêmicas.

Em *gnoselogia* o ponto de partida é o raciocínio. Produzindo o conceito-ideia, ele leva à compreensão. O conceito-ideia expressa-se como categoria, que remete à memória cultural, vibrando em *fest'buch* no raciocínio.

O raciocínio produz a consciência, que é conceito-ideia e compreensão. Mas a consciência não pode realizar-se sem a intuição. É nessa relação que se põe a pré-ideação. Por isso, também a intuição-expressão. Esta cursa a intuição (que é a manifestação da social-natural da humanidade). A memória cultural registra a pré-ideação.

A intuição remete à sensibilidade que é a forma de pôr-se a sensação (o *sensibel*), e o sistema nervoso, que prograna a memória genética. Esta põe-se como *fest'buch* do sistema nervoso. Por isso, a memória genética registra também a pré-ideação.

A memória genética e a memória cultural entram em interação como determinações naturais e sociais.

Então, a gnoseologia estuda a estrutura e funcionamento do conhecimento.

A teoria do conhecimento propõe-se, inicialmente, como conteúdo e forma. O conteúdo, como significado, apresenta-se como real e aparente. A forma, como significado, apresenta-se, igualmente, como real e aparente.

Há, então, uma estrutura e funcionamento do conhecimento que se põe, desde logo, como linguagem. Há a linguagem do ser humano e a linguagem do conhecimento científico. A linguagem é relação sujeito-objeto como prática ou como teoria. No primeiro caso, ela remete a verificação

empírica e ao comportamento. Por isso, o erro é a transformação inadequada do real; a verdade, a transformação adequada do real. No segundo caso, ela remete às representações lógicas e às ideias. Por isso, o erro é o conhecimento da aparência da determinação; a verdade, o conhecimento da essência das determinações.

Esta estrutura e funcionamento do conhecer produz, como resultado, a verdade lógica, como conhecimento da essência das determinações, o que leva à solução do problema; produz, também, a verdade empírica, como transformação adequada do real, que corresponde à satisfação da necessidade e, por isso, remete à solução do problema.

A verdade lógica e *organi* da relação intencional de conteúdo-forma, do mesmo modo que a verdade empírica. Este sistema fechado tem modalidades de coerência interna.

A *logica* da essência dessa coerência interna, enquanto estrutura e funcionamento do pensamento.

Em primeiro lugar, como símbolo e sinal, significado e significante.

Em segundo lugar, como afirmativo, negativo e negação da negação.

Em terceiro lugar, como identidade, não-contradição e tercio excluído.

Em quarto lugar, como parte e todo.

Assim, como lógica simbólica, como lógica dialética, como lógica formal e como lógica estrutural.

O conjunto da estrutura e funcionamento do pensamento põe-se então, sistematicamente, como interação entre significado e movimento, significado e forma, significado e análise, que é *organi* do significado.

Mas como realizar essa operação?

Ela fica com a explicação e a descrição. A explicação é encadernamento de raciocínios, que produzem a interpretação. Ela é a mediação entre o concreto lógico e a abstração. A descrição, que se subdivide em hipótese, observação, análise e generalização, produz a investigação, que é mediação entre a abstração e o concreto sensível.

Se se caminha do concreto lógico ao concreto lógico, da abstração à abstração, do concreto sensível ao concreto

sentível, tem-se a dedução. Então, a explicação é sempre um processo de dedução. Se se comincia do concreto lógico à abstração e deita no concreto sensível, ou do concreto sensível à abstração e deita no concreto lógico, tem-se a indução. Dedução e indução relacionam-se porque não há explicação sem descrição e descrição sem explicação no conjunto do pensar.

A epistemologia produz-se, então, como discurso estrutural-funcional, que se expressa como comunicação.

O problema realmente difícil põe-se como registro de uma nova programação, que implica sempre a decodificação da mensagem. Por isso, o *feed-back* é sempre ontológico em, mesmo, metafísico. Mas decodifica-se e retomar o processo de produção da ontologia.

Põe-se o aplicar da proposição, como trabalho intelectual científico referido ao objeto geográfica.

PERCEPÇÃO DA FRONTEIRA

A fronteira não é o mesmo que o limite. Ela estabelece com de uma relação específica. Embora o limite seja o dado real, ele é percebido por meio da fronteira.

Os primeiros sinais

A fronteira é, inicialmente, a linha no mapa. Por isso, por detrás da existência da fronteira está a presença do Estado. São os Estados que estabelecem os marcos de fronteira. Pois: "En el terreno mismo es tan poco visible como los meridianos y paralelos. Sin embargo, no es algo tan ideal como la red cartográfica, pues tiene cierta corporeidad por estar marcado, en el terreno, su curso mediante hitos. En el mapa aparece como un conjunto concreto de rectas o mecos definido y característico" (Eckert, 1961: 94).

No espaço do passado a fronteira perde-se na memória das histerofóreas. Por isso, "Il n'est guère facile de trouver chez les historiens une exacte définition de la frontière. Les cartes historiques abordent en lignes précises: mais celle-ci représentent plutôt un procédé pédagogique, qui permet de stabiliser provisoirement les États. L'historien est utilisé par les juristes, qui tirent des textes la notion de limites; cependant leur frontière reste une vue abstraite, pour ne pas dire symbolique. Peu d'entre eux sont d'accord, si l'on parcourt les traités de Staatswissenschaft/Idénelchal ou de 'Droit des gens', pour les uns comme seul l'élément physique ('frontière naturelle'); pour les autres importe seul l'élément intellectuel ('frontière artificielle'); certains prennent en considération les phénomènes économiques, les organisations sociales. On les devine embarrassés devant la complexité des cas. Car la frontière est rare

ment toute 'naturelle' ou toute 'artificielle'... (Guedé, 1936: 297-300).

Assim, é preciso estabelecer um critério que seja inerente eionalmente acético. Para que isso ocorra e preciso estabelecer um procedimento que esteja ao alcance da maioria dos geógrafos. Por isso, é importante o fundamento teórico, sendo: "Qu'il vivrait sur le sommet d'une montagne élevée, il embrasserait jamais du regard qu'une portion assez faible du paysage. Il ne remarquerait ainsi qu'une région restreinte de la terre, avec des lacunes dues aux angles morts de la perspective, et cette vision partielle serait fugitive. Pour matérialiser durablement la figure du terrain, il n'est donc que d'essayer d'en faire les traits marqués en un dessin respectant les formes; ce croquis local peut déjà avoir tout le caractère d'un plan, à condition qu'on prenne soin de faire correspondre, selon le lois de la similitude géométrique, les éléments du croquis et ceux de la nature" (Guedé, 1936: 31).

Mas é preciso considerar também os espaços de contorno. Eles se manifestam como diferenças e semelhanças, normalidades e não-normalidades, igarabedes e desigualdades, que é preciso notar. Daí que são importantes "As diferentes formações do terreno, a vegetação, as culturas, os edifícios e as construções [...]. Indicados através de esboços, símbolos e números. O arranjo básico é sempre o mesmo, com apenas pequenas diferenças. O elemento principal é indicado por uma letra maiúscula central ou por um esboço e os outros em sua volta são representados pelos demais elementos" (Ratz, 1969: 296).

A fronteira surge, então, como um território ocupado, que se diferencia com outro: "La frontière au sens actuel, que se définit par la pénétration réciproque de deux groupes voisins opposés" (Auzel, 1938: 182).

São, portanto, a fronteira está referida a um centro, de que é preciso traçar a configuração. O traçado da configuração do centro pode como limite a configuração do entorno. O sistema circular assim mantido é um espaço sem di-reção, de que é preciso traçar as coordenadas. Por isso, recai, para repeter a posição d'un point sur la Terre, "Il faut, pour repérer la position d'un point sur la Terre, connaître trois éléments: la longitude, la latitude et son ab-

soluto. C'est à l'orientation qu'excombe la détermination des deux premiers éléments ou coordonnées géographiques" (Trowet, Kochert, Kimbert, 1968: 15).

Estabelecidas as coordenadas, pode-se o problema da escala: "Ce levé n'est ni plus, ni moins, ni autrement, réalisé sur un espace bascule plat, et nous pouvons préoccuper nous une détermination de la terre. La terre devra sur sempre expresser par une façon, peut représenter une réduction en-tre deux valeurs de même signification" (Guedé, 1925: 11).

Definida a escala ocorre o problema da projeção. Kierulff, "Quelque soit la surface de la Terre que sera représentée par une carte tend, la réalité, à l'échelle de une por-ção do globe, approximativement un objet de superficie terrestre. Par conséquent, não será plana, não podendo ser transformada em plano, a não ser por meio de uma abstração. Esta operação, bem definida pelos matemáticos, significa na realidade um deslocamento dos pontos da esfera até que haja coincidência com um plano" (Hahn, 1975: 105).

Referida a um espaço assim concebido, a fronteira possui um aspecto aparente. Por exemplo: "Cuando existen problemas en una parte de la Tierra, con zonas diferenciadas y esfuerzos se realiza el trazado de sus fronteras, siendo más escaso el papel que en las transformaciones políticas geográficas corresponde a la política y en cambio, como más importante el que la Geografía desempeña" (Ratz, 1929: 28).

Seu aspecto real surge quando, se pode falar de uma fronteira consolidada. Mas o que é uma fronteira consolidada? Na verdade: "De plus en plus la frontière, qu'elle soit terrestre ou maritime, est un lieu de contacts avec l'extérieur, et est à dire avec des communautés politiques ayant une organisation différente de celle du territoire dont on considère la situation. Cette organisation différente signifie un circuit de circulation un peu différent et des symboles différents dans le domaine des attributs de l'état (théâtre, forces armées, monnaie, justice, etc.). La frontière est un front de contact; elle a une certaine profondeur et elle est plus étendue lorsque les obstacles sont juridiques, soit physiques à la circulation son plus élevés" (Goussier, 1952: 113).

Conhecer a fronteira passa, pois, a ser, válida. Para isso, é preciso realizar a escritura.

O trajeto

O trajeto supõe, em primeiro lugar, as perspectivas. Isso implica já ter em mente o percurso teórico, por isso, parte-se com a convicção de que "Os grupos humanos habitam determinados espaços, deles tiram o essencial à sua manutenção e ao seu progresso técnico e redes circulam. As sociedades de elevado grau de civilização, criando paisagens culturais complexas e, sobretudo, institucionalizando a circulação sobre a superfície do globo, introduzem uma estrutura cultural do espaço que, não raramente, avança sobre as condições naturais" (Bernardes, 1969: 1).

Em segundo lugar, o trajeto supõe a partida como referência. Então, "se aos geógrafos interessa o estudo do irrecível processo de urbanização que afeta todo o mundo, em caráter irreversível, as lições serão possíveis a percepção de seu mecanismo por concepções retrospectivas. Por outro lado, cabe aos historiadores perceberem a importância que lhes cabe em tal setor de investigação científica percebendo, também, que a retrospira é verdadeira: não podendo captar bem o processo dinâmico da urbanização sem a compreensão precisa das condições geográficas" (Muller, 1969: 10/11).

Torna-se, agora, de definir o meio de locomoção. Inicialmente, pois, o trajeto. É preciso, então, saber que "As redes viárias não se estruturam numa superfície desprovida de elementos naturais e sociais. Há uma interdependência do quadro natural, da repartição demográfica e das redes" (Montgomery, 1975: 1).

A observação do caminho encontra-se com a determinação de origem: "A imagem que comumente se forma na mente com a palavra 'trópicos' é muito provavelmente a de um local exótico do mundo, sempre quente e úmido, sujeito a chuvas tão pesadas e constantes que embatem o solo sob a luxurriante cobertura verde que traz a sugestão de 'selva tropical'" (Sternberg, 1971: 1).

A parada para reflexão implica a passagem da observação exterior para a observação interior. É que impõe-se a pausa para o descanso.

A retomada da viagem implica a retomada da consciência reflexiva. Com esta, retorne-se o conhecimento à atualidade. Então, "A interdependência dinâmica do homem no meio natural começa a mostrar consequências negativas e desastrosas como a degradação do solo, a variação acentuada do ciclo hidrológico, os movimentos coletivos do solo além de outros aspectos que diamante são apoiados pelos forjados e revistas especializadas" (Tropmann, 1975: 1).

Novamente põe-se a observação do caminho. Agora, com mais acuidade. Por isso, verifica-se que "A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos dispersados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto insável, de elementos físicos, biológicos e antropicos que reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução" (Bernardes, 1972: 2).

Na proximidade do objetivo essa ideia de paisagem é revista. Porque, "Se é que uma paisagem tropical não evolui a partir de uma estaca zero, completamente desprota de solos e de vegetação, mas sim evolui ou se modifica a partir de toda a sua riqueza superficial de produtos de intemperismo, de solos e de cobertura vegetal, é evidente que o seu relevo atual comporta um saldo de interferências que no momento pode ser compreendido à custa de uma investigação minuciosa dos seus depósitos superficiais" (Ab'Saber, 1969: 4).

Põe-se, então, uma expectativa, em relação ao destino. Essa expectativa manifesta-se como definição: "Balanço de energia é o resultado das trocas de energia que se estabelecem na atmosfera, condicionadas pelo fluxo de radiação emitida pelo Sol, predominantemente em ondas curtas, e pela radiação terrestre, de ondas longas, emitida por sua superfície" (Tarifa, Monteiro, 1972: 1).

O destino apresenta-se, então, como o marco referencial da fronteira: "A carta é um instrumento paradoxal, porque ela tem um caráter estático enquanto que o meio está em contínua evolução. Como conceber uma 'fisionomia de lugares', um 'maquiagem da paisagem', em um momento dado como o ciclo das estações, ciclo dos afloramentos, as variações demográficas e técnicas, os processos geomorfo-

loquês a curto e a longo prazo, as áreas de vegetação evoluindo através dos tempos" (Rimbert, 1976: 4).

Mas chegar à fronteira implica deitá-la-se com o limite, sem ultrapassá-lo.

No limite

A fronteira e o Estado sob a forma de sua delimitação territorial. Por isso, põe-se o problema de identificação, também o da visória. A partir da liberação, começa o entendimento do lado de lá. Sabe-se que o aqui e o território, que se manifesta como lá.

A fronteira é, então, ultrapassar o domínio territorial. Por isso, sua ideia confundê-se com a de limite.

Abstração

- Abrams, A. N.: "Um conceito de geografia (outra versão) da pesquisa sobre o 'quaternário'". *Geomorphology*, 16, ITCO-CSP, São Paulo, 1969.
- Axel, J. *Geographien der Frontiers*. Librairie, Paris, 1916.
- Bernardo, N.: "A Geografia e o planejamento regional". *Geografia e Planejamento*, 2, ITCO-CSP, São Paulo, 1969.
- Bornard, G.: "Passagem e Geografia Física global: esboço metodológico". *Cadernos de cultura da terra*, 11, ITCO-CSP, São Paulo, 1972.
- Dos, A.: *Geografia humana*. Ed. Labor, Barcelona, 1929.
- Eckert-Cerdauroli, M.: *Cartografia Urbana Topográfica*. Editorial Hispano-Americana, México, 1961.
- Geometria. *1.2a edição das Edições e Livros Geográficos*. Librairie Armand Colin, Paris, 1921.
- Labadie, A.: *Le territoire*. PUF, Paris, 1966.
- Geometria. CO. Ed. Francisco e OCSA, São Paulo, 1975.
- Martinez, M.: "A ecologia humana: fatores e os componentes do ciclo natural". *Geografia e planejamento*, 21, ITCO-CSP, São Paulo, 1975.
- Mollet, N. E.: "Contrastes entre a natureza e a sociedade urbana: o exemplo das ruas do Príncipe, no Estado de São Paulo". *Geografia Urbana*, 1, ITCO-CSP, São Paulo, 1969.
- Rauo, E.: *Geografia geral*. Ed. Científica, Rio de Janeiro, 1969.
- Rimbert, S.: "Metodologia cartográfica comparada em Escócia (lido de 'Cronologia', ITCO-CSP, São Paulo, 1976).
- Schmitt, H. O. R.: "A terra e o homem nos céus". *Cadernos de cultura da terra*, 12, ITCO-CSP, São Paulo, 1971.
- Thal, J. H.: *19th Century Cartography*. 2. *Science of cartography in cartography*. *Journal of the American Cartographic Society*, 1972.
- Thal, J. H.: *19th Century Cartography*. *Science of cartography in cartography*. *Journal of the American Cartographic Society*, 1972.
- Thal, J. H.: *19th Century Cartography*. *Science of cartography in cartography*. *Journal of the American Cartographic Society*, 1972.
- Thal, J. H.: *19th Century Cartography*. *Science of cartography in cartography*. *Journal of the American Cartographic Society*, 1972.
- Thal, J. H.: *19th Century Cartography*. *Science of cartography in cartography*. *Journal of the American Cartographic Society*, 1972.

DIAGNÓSTICO DO LIMITE

O território comum

A noção de "pedaço" foi elaborada recentemente, por meio do que se denomina "imaginário geográfico": "This imagination enables the individual to recognize the role of space and place in his own biography, to relate to the spaces he sees around him, and to recognize how transactions between individuals and between organizations are affected by the space that separates them. It allows him to recognize the relationship which exists between him and his neighborhood, his territory, or to use the language of the street gangs, his 'turf'" (Harvey, 1976: 29).

A relação entre o indivíduo e seu entorno ocorre como prática do espaço. Não se trata de propriedade, no sentido econômico, mas das determinações do lugar por seu valor iminente, valor esse que não se põe separadamente do uso que os grupos humanos fazem do lugar.

Por isso, é muito aguda, na pessoa, assim definida, o sentida do "nos" e do "eles". A referência pessoal confunde-se com a ideia de espaço de vida, vida esta que se põe como conjunto de relações de significação.

Então, perder espaço relaciona-se à própria sobrevivência da pessoa ou do grupo. Daí que exista a preocupação com o controle do lugar e das pessoas.

Mas ganhar espaço significa a multiplicação de lugares e grupos. Por isso, o lugar, com seus atributos, é determinação da situação populacional, que o modifica, ao crescer.

O problema da posse do lugar é, então, decisivo. Posses que, como se viu antes, não significam propriedade nos sentidos econômicos e jurídicos.

Esse lugar é, então, uma disposição de partes, no lim-

rior de cada qual repete-se a prática do "vôsko", põe-se o sentido do "nos" e do "de", o problema da perda ou do ganho de espaço e a definição da posse. A parte é espaço do todo, mas perfeitamente localizada. A localização é inseparável do uso permanente ou eventual. E, mesmo, possível.

Para que isso ocorra há um desempenho de papéis, definido no processo de vivência do grupo e dos indivíduos. Por isso, há regras de conduta que nascem desse desempenho de papéis, relacionado à hierarquia de poder. Nessa situação dense tipo sabe-se que "fora do poder tudo é ilusão".

Dai, as alianças, que se organizam como factos reais ou simbólicos. Elas são duradouras ou efêmeras, dependendo do que se põe em jogo.

O poder deve, então, ser mantido, uma vez que a atribuição de mando depende não só dessa atribuição, segundo as regras, mas, também, da capacidade pessoal de mantê-lo, para o que se precisa da aprovação, pelo menos, da maioria. Há casos, de transição, em que a minoria pode deter o poder e ter o controle do lugar.

Por isso, pode pôr-se a situação em que a participação nas ações exclui membros do grupo, seja por razões objectivas ou, o que é mais frequente, por motivos subjetivos.

Dai, a dinâmica do lugar ser uma questão permanente de preservação do poder, ou, de outro modo, do espaço de vida e do entorno.

Mas a luta pela preservação do espaço de vida e do entorno começa, com o tempo, a modificar as relações que definem o lugar.

A regra provisória

Nem certo momento põe-se, ao indivíduo, o problema de "o que é meu". Não se trata, também aqui, das determinações económicas e jurídicas.

Então, põe-se a questão: por que aqui?

Algo acontece com o indivíduo e o grupo, quando se põe o problema da estabilidade do espaço de vida. Antes, o território e referência de fixação. Agora, a região é lugar de moradia.

A percepção das pessoas modifica-se: de uma relação de

conflito, para uma relação de solidiedade. Dai, a pergunta: onde estão os outros?

E que, na passagem do território comum à região provisória, há perdas e ganhos. Modificam-se o grupo e os indivíduos. Modifica-se o lugar. Por isso, põe-se a necessidade de reolhar o entorno. Ele não é o mesmo.

Da determinação anterior põe-se a questão do limite: até onde?

A indeterminação relativa da nova situação implica redefinir o aqui e o ali. O lá e o cá. O embáio e entima. O arás e o à frente.

Impõe-se a visão de conjunto que implica a visão espacial.

Do alto, vê-se o horizonte. Vem-se as nuvens.

Há uma sensação de tranquilidade que põe o problema do "há que pertencer".

No momento em que a região se define ela já se põe como não-região. A medida que o espaço se expande ele se torna cada vez mais abstrato.

O limite se põe como interfeirência não determinada pelo território. A região já é à área possível.

Foi ultrapassada a fronteira.

O espaço de vida redefine-se como situação de tensão controlada.

A zona de conflito

A determinação mais tênua é a situação de perda de algo que não pode mais ser recuperado. Por isso, as comunicações são difíceis. Surgem, então, as necessidades dos contactos imediatos, que produzem e reproduzem a sensação de perda.

Então, há interrupções e alternativas.

Há tensões e desgastes.

Impõem-se, então, a recomada de rumo, que implica a mudança em direcção à abstração. Por isso, ultrapassa-se o limite.

O limite é então, o lugar e são as relações, na fronteira. Como ultrapassar os limites da fronteira?

Indiferença

Harris, D. *Social Justice and the City*. Edward Arnold Publishers Ltd., London, 1976.

O ESPAÇO DO MOMENTO MÁGICO

GEOGRAFIA E HISTÓRIA

A noção de momento é complexa: ela é, ao mesmo tempo, geográfica e histórica. Por isso, "[...] a etnia geográfica tem uma preocupação não só com arranjos espaciais presentes, mas também com os arranjos do passado, ou com uma visão prospectiva, e isso implica uma perspectiva temporal" (Guthoff, 1977: 103).

Clrando no espaço

Quando alguém tem uma vertigem, perde as noções de espaço e tempo. Durante a ocorrência, fora esforços para ter essas referências. Ao voltar a si pergunta: onde estou? que horas (da) são? E como se a referência espacial precedesse o tempo. Daí a sensação, na vertigem, de estar girando no espaço.

A positividade do ser recusa o momento mágico.

De olhos fechados

Uma experiência curiosa é a de fechar os olhos, estando-se em pé, e sem apoio. Produz-se momentaneamente (num breve espaço de tempo) o equivalente à sensação de vertigem. As referências de espaço e tempo não se perdem, mas põem-se como no mundo dos céus. Para estes, o recuperar a visão inverte o real: a objetividade do ver é, então, mágica. A subjetividade é o "nada" anterior, formado das experiências táteis e das sensações de frio e calor etc.

A positividade pode vir, então, a recusa do momento mágico, por não querer ver.

Outra experiência curiosa é a de olhar as luzes, de modo que elas se reproduzam como focos escuros, quando projetadas numa superfície branca. A vista produz o "positivo" e o "negativo". O ver é, então, um processo cultural-natural. Há o caso do poeta, cujo ver é imaginativo e não tem, ou pode não ter, correspondência com o ver da manipulação dos objetos verticados. Há aí diversas manifestações de espaço e tempo.

A positividade recusa a imaginação, que redefine as coordenadas, como momento mágico.

O asfalto molhado

O cinema em branco e preto, por diversas vezes, simbolizou o urbano, na visão subjetiva-objetiva do asfalto molhado, que reflete as luzes, ou o céu, as árvores, as edificações. A TV em cores reproduz a experiência do cinema, jogando com novos recursos técnicos, produzindo uma nova imagem do urbano. A retina registra a experiência do passado e a remete ao presente e ao futuro. O espaço e o tempo da projeção têm as coordenadas dos documentos.

A positividade recusa sua transcendência, como momento mágico.

O outro bairro

A experiência urbana é uma das mais marcantes na vida dos indivíduos e dos grupos. Assim, a vivência do bairro. Na medida em que o bairro é vivência, anterior, rural ou industrial. Por isso, ele se mantém como referência do distrito metropolitano. Mas, não são todos os bairros que sobrevivem ao advento da metrópole. Por quê? A resposta remete à singularidade do ser dos habitantes urbanos, que assim preservam, ou tentam preservar a memória do arranjamento espacial do passado.

A positividade, no entanto, recusa o momento mágico do registro do espaço-tempo, modificando o sistema urbano de relação, apesar de manter a referência.

Bossa nova?

A música popular urbana é registro da história das emoções das pessoas ou grupos em vários lugares. Por isso, ela nasce em lugares reais. A Bossa Nova surgiu no apartamento da zona sul do Rio de Janeiro. Um dos motivos de sua aceitação parece ser a mensagem que trouxe do intimismo, símbolo da existência comparatimentada da cidade grande. No momento da estruturação monopolista da vida brasileira a Bossa Nova foi reação contra a solidão (o indivíduo no liberalismo) e proposta de vida em grupo (o indivíduo na concorrentia monopolista). Daí sua aceitação. Mas a estética popular, na imaginação criadora do autor músico, registra o sentimento num nível subjetivo.

A positividade recusa o momento mágico da impressão expressa das pessoas em sua manifestação da consciência da liberdade, mesmo em sua forma de referência espacial-temporal como documento.

O encontro

Encontrar é mais do que descobrir ou inventar. Só encontra quem não está procurando. Daí, o de repente. Então, simplesmente, acontece. Sem premeditação. A espontaneidade é, então, o fluir do espaço e do tempo sem programação. Mas, na evolução do momento, a espontaneidade tem que ser redefinida e é incorporada à programação. Por isso, ela passa a ser consciente.

A positividade recusa o momento mágico da variável aleatória que perturba o andamento formal do plano.

Uma má solução

Todas as pessoas estão sempre sendo movidas a encontrar soluções para os seus problemas. Encontrar a solução é livrar-se do tempo, do sofrimento, da incerteza. Mas cada pessoa possui possibilidades de solução, que se põem ante ela. Daí a ocorrência da má solução. A má solução se põe como perda que se torna inevitável. É compreender que o espaço/tempo do erro e contradição II, ser resolvida.

A positividade recusa o *vir-a-ser* como momento mágico, reduzindo-o à dissecação do todo em suas partes reificadas e, então, só reconhecíveis pelo ser objetivo.

Ruptura

A ruptura é o ato objetivo ou subjetivo do *por-se* a descontinuidade do espaço ou do tempo. Ela implica uma situação de processo sem referências estáveis, que provoca a sensação de vazio. Esse vazio é um momento de interrupção de contrários que não se põem como evidência, mas como o desconhecido.

A positividade recusa o momento mágico do não saber, que se vai pôr, depois, como nova afirmação.

Viagem inacabada

Uma viagem inacabada é um "ir caminhando sem saber onde chegar". Suas determinações de espaço e tempo permanecem, por isso, ignoradas. O seu *vir-a-ser* se põe, então, como interrogação. O espaço e o tempo do percurso são transfigurados nas possibilidades ignoradas das pessoas e dos lugares, que se chocam com os estereótipos já existentes.

A positividade recusa o momento mágico do fluir em si.

Vida no bairro

No bairro revistado a preocupação é a de saber o que o tempo faz com o espaço. Move-se, então, a pessoa, no espaço do presente, que contém os espaços do passado. São importantes, por isso, os resíduos. Mas o lugar não é mais o mesmo a não ser como memória do equilíbrio ecológico anterior. E, então, preciso saber *ver*.

A positividade recusa o momento mágico da reconstrução do espaço no presente.

Fim e começo

Terminar é um ato de coragem, ou o descobrir o limite e ultrapassá-lo. O fim é o *por-se* a solução do projeto, mas

bado ou inacabado, configurando um espaço-tempo, que é por-se realidade a partir de determinações, não mais de futuro. A consciência plena do fim já e o início de novo começo. O começo é o libertar-se das determinações do espaço, a visualização do futuro no novo projeto, que é o novo tempo.

A positividade recusa o momento mágico da criação fim-começo.

Quem não se julga

Diz-se: "errar é humano, repetir o erro é burrice". Porém, ainda, a questão de que é errar de novo. Errar de novo é cometer um risco calculado, maldescoberta do passado. O envolvimento do espaço-tempo é o viver da "solidão" que se sabe impossível. Daí, o esperar, no realismo, a imanença da negação da negação, que se põe como movimento brusco da separação dos contrários.

A positividade recusa o momento mágico da vivência do processo difícil.

Continuidade do erro

A experiência da continuidade do erro é uma das mais intricadas pelas quais pode passar uma pessoa ou um grupo. O espaço-tempo do erro vive-se como evidência impossível de deslazar. Por isso, a sensação de irrealidade que acompanha os participantes, dando ao lugar a aparência de passado-futuro que não se realiza. A escolha possível é substituída pela necessidade de manter a coerência na escolha errada.

A positividade recusa o momento mágico da escolha que se evidencia como erro.

Chegando perto

Uma das sensações, "estranhas", de pessoas, porque sempre renovadas, é a do estar chegando perto de um objetivo. Se se trata da primeira vez, cria-se uma expectativa de espaço-tempo que é uma antecipação de vir-a-ser como idealiza. Se se trata da segunda vez, a expectativa é a da re-

produção do vir-a-ser anterior. Por isso, sempre como ideia antecipada.

A positividade recusa o momento mágico da expectativa.

O salto no escuro

Dar um salto no escuro é jogar tudo o que se conhece contra tudo que ainda não se sabe. Há a concentração de todas as energias, os sentidos tornam-se hiper-sensíveis, gerando um espaço-tempo denso, que se dissolventará depois. No entanto, na hora, a sensação é de tranquilidade e de segurança, porque se sabe que jogou tudo. O perder é, então, parte da resposta.

A positividade recusa o momento mágico da possibilidade de indefinição.

O ESPAÇO POLÍTICO PRÉ-64

Certa ocasião o filósofo húngaro Lukács disse: "o espaço da política é muito interessante". E que a política é o cotidiano transportado ao nível das decisões tomadas em relação ao poder, por pessoas que têm supostas resoluções as condições mesmas da existência desse cotidiano. Por isso, o espaço político é, essencialmente, o espaço da comunicação política que se faz como autonomia de seu ser político. Essa autonomia repousa na existência da opção política que é direito de opinar, direito de posição e direito de compromisso com as pessoas de outros.

Quem sabia?

A governar o fato político suscita sempre a questão: quem sabia? Questão geral, sempre houve alguém que compreendeu, como máxima consciência possível, o desdobrar dos acontecimentos, antes. Daí a sensação de impotência que acompanha a euforia da "certeza". Ela ocorre no momento em que o fazer ultrapassava a possibilidade de pensar.

A consciência real recusa a possibilidade do espaço que se fez momento mágico.

O saber não sabe?

No fazer, a opinião avulta como importante, quando se tem que decidir. Porque o erro é a diferença entre o acerto e sua impossibilidade. Dar a questão do controle das informações, mas também a guerra e a guerrilha das informações e contra-informações. O fazer torna-se dizer, para que se faça. O dizer torna-se fazer, para que se diga.

A consciência real recusa a positividade do registro do espaço político que se faz momento mágico.

Presentimento

O "não saber" do espaço da política é que nada tudo se faz com o uso da intuição, que é não saber, porque parte consciência, pré-acerta. O presentimento, surge, então, como o saber político que orienta a ação de muitas pessoas sem que se saiba o porque. O presentimento desencadeia-se em movimento, dando ao espaço político uma característica de imprevisibilidade.

A consciência real recusa a positividade da rarefação intuitiva do espaço do momento mágico.

A volta impossível?

A ação política no espaço político é uma determinação subjetiva que, reconhecidamente, não deve implicar retorno. Na verdade do fato político a volta é prevista. Mas ela pode tornar-se impossível. Então, põe-se a necessidade de dar continuidade à ação, até que o próprio fenômeno político se reconstrua como impossibilidade.

A consciência real recusa a positividade do boni senso que nega o momento mágico.

A opção

A opção é ato de vontade política que cria seu próprio espaço político. Opitar significa escolher entre possibilidades que se põem como alternativas de traços calculados. Uma

150

vez feita ela implica a definição dos aliados, dos aliados e dos inimigos. No processo político as mudanças de posições táticas e estratégias implicam as redefinições das relações, a partir dos princípios.

A consciência real recusa a positividade da coerência que nega o momento mágico.

A consciência impossível?

A máxima consciência possível se põe como limite da ação política. O espaço político possível, então, dimensões previsíveis, não ultrapassáveis. A máxima consciência possível seria, então, o decidir o futuro a partir do presente, como afirmação lógica do ser político. Por isso, a máxima consciência possível tem que tirar de si mesma o vir-a-ser da consciência impossível, como realização do projeto a ganhar forma na ação política.

A consciência real recusa a positividade da consciência impossível como momento mágico.

A decisão

A decisão política é o pôr em movimento as forças políticas, numa disposição montada, que se fará movimento, como estratégia e tática. Por isso, a decisão é o momento da definição do espaço político presente e de suas possibilidades passadas e futuras, que então presentes na ação política. A decisão política é, então, o advinhar do vir-a-ser, ou o aceitar o caminho que se põe.

A consciência real recusa a positividade da decisão como momento mágico.

O avião

O avião é o instrumento político da ação política que se faz movimento de pessoas e equipamentos, no realizar a decisão. O espaço político põe-se, por isso, como espaço geográfico duplamente determinado, como espaço político interno e externo. Faz-se, com ele, a relação entre os espaços políticos.

A consciência real recusa a positividade da relação entre os espaços políticos como momento mágico.

151

A praia

A praia é o lugar dos espaços políticos. Por isso, é um lugar político. Enjado, é território político, regido política, ação política. Daí que existem ou é comida pelo espaço político. O espaço político da praia é o cotidiano da ação política no lugar transformado em referência do ser político. O espaço político do ser político tem, por isso, uma referência no tempo. Enjado, é importante a escolha do lugar e de sua história.

A consciência real recusa a positividade da escolha do lugar e de suas histórias como momento mágico.

O trem

O trem é o instrumento político da ação política que se faz movimento de pessoas e equipamentos no ir e vir da ação política. Mas é um espaço diferente. Não tem a mobilidade do avião, mas possui as vantagens de percorrer as localizações políticas de modo sistemático. O espaço político é inusado, mas mais denso.

A consciência real recusa a positividade da densidade do espaço político.

Carroço

A ação política é contínua. Mesmo quando incipiente. Por isso se põe o carroço. O carroço é o ser presente as limitações físicas do ser político. Elas estão presentes em todas as forças envolvidas no conflito. Daí que o carroço se põe como necessidade da renovação do espaço político. A renovação do espaço político busca forças no próprio espaço político.

A consciência real recusa a positividade da busca da renovação do espaço político como momento mágico.

A vesperta

O espaço político determina os prazos. A ação política define então os momentos. A vesperta é o espaço de tensão da

decisão já tomada e em andamento. Sabe-se que o movimento político expressa-se como naturalidade. Não há mais retorno possível. As possibilidades vão se efetivar como realidades, muitas vezes para além das possibilidades. A consciência real recusa a positividade do além das possibilidades como momento mágico.

Enjado, em 1900?

O desfecho do processo político define o espaço político que se torna possível a todas as forças políticas envolvidas na ação política. É o momento em que o espaço político retrai-se ou aumenta, para vencidos e vencedores. O ganhar é avançar empurrando o futuro e o produzindo. O perder é o difícil retornar do impossível.

A consciência real recusa a positividade da retomada impossível como momento mágico.

O túnel

O espaço político configura-se, então, a um túnel, para vencidos e vencedores. É que o avançar é difícil e o recuar também. O espaço político se reproduz como esforço de vontade, nos limites do próprio espaço político criado. As formas políticas, esgotadas todas, no processo político, impõem-se como fantasmas do espaço-tempo.

A consciência real recusa a positividade das formas políticas esgotadas como momento mágico.

Quem sabe?

O ser político orienta-se como resultado de muitas determinações, no processo de representação política. As determinações, como opções políticas, fluem nesse processo, retirando ou dando apoio político ao ser político. Por isso, o ser político é a determinação da opção política, mas dela depende. Perde-la é perder-se a si mesmo. Recuperá-la é equilibrar a si mesmo. O ser político põe-se, então, na experiência, como a consciência política do momento mágico vivido. O momento mágico vivido é representação do espaço político do passado, que determina o espaço político

do presente e do futuro. Mas não o pode fazer sem a explicitação política do seu fazer-se consciente político.

Introdução

Quiliani, O. S. "Reflexões a propósito da geografia histórica. *Revista de História, Fac. de Filosofia, Filosofia, Ciências Sociais e da Desempenho*, São Paulo, 1977.

MANÉNCIA E TRANSCENDÊNCIA NOTAS

O universo do conteúdo

O que é o lugar económico?

O lugar económico é, em primeiro lugar, o lugar de produção. Mas o lugar de produção já é lugar de reunião de fatores de produção. Por isso, o lugar de produção é um lugar de relações de produção; o lugar económico é, então, um lugar de relações de produção localizadas.

Mas o lugar é um valor em si e para outros. Para que seja um valor é preciso considerá-lo como produzido pelo trabalho. Então, o trabalho cria as relações de produção localizadas como valor.

O lugar é, em segundo lugar, um valor de uso. Por isso, é um lugar (qualquer, não-económico).

Os vários lugares são lugares económicos se se relacionam entre eles através de valor, por efeito da sua singularidade e particularidade. Então, o lugar é, em terceiro lugar, um lugar de troca.

Só o lugar de troca é verdadeiramente um lugar económico. Por isso, só o lugar económico contém valor concreto e produção concreta.

A soma de todos os lugares de troca forma a conjunção do espaço terrestre económico.

O espaço económico é, então, o conjunto de lugares económicos na superfície da terra.

Aíra, a região e o território económicos são manifestações do lugar económico, que se expressa como espaço económico.

O universo da forma

Como se manifesta o lugar económico?

A mais genérica manifestação do lugar econômico é a paisagem econômica. A paisagem econômica é a manifestação das formas de produção, como agricultura, pecuária, extração, indústria, serviços. Por isso, a paisagem econômica é uma estrutura de relações de posições econômicas.

A paisagem é, então, um valor em si e para outros. Como valor para outros, ela concretiza o trabalho que a produziu, como significando particular da organização do espaço. Como valor em si, ela identifica-se às posições econômicas, como significando singular da organização do espaço.

Mas a verdadeira paisagem econômica não se manifesta se não evidência o espaço de circulação: as auto-estradas, as ferrovias, as rotas aéreas, os caminhos, as avenidas, as ruas etc.

É o espaço de circulação que dá concretude às posições econômicas.

Por isso, a paisagem econômica global evidencia-se como o conjunto dos espaços de circulação, que não podem existir sem os espaços de produção e consumo.

Esse espaço geográfico deve referir-se ao modo de produção, como realidade e manifestação.

DE QUEM É O PEDAÇO?

O espaço da concorrência possível

No capitalismo de livre-concorrência o espaço do indivíduo parece limitado. A Revolução se impõe a inmensa tarefa de levar o progresso a todos os cantos do mundo!

Maquiavel viveu o momento inicial da formação do Estado Moderno em busca de sua unidade. Nos Principados do norte da Itália, o pequeno lugar determinava o espaço político possível, que dava origem à máxima concretiza possível. Esses Estados autônomos relacionavam-se entre si num processo constante de conflitos. Na atmosfera do espaço político o destino individual dependia pouco das determinações externas e crescia o papel do Príncipe. O poder punha-se como o destino e a sorte. Por isso, dizia o florentino: "Concluo, portanto, por dizer que, modificando-se a sorte, e mantendo os homens, obstinadamente, o seu modo de agir, são felizes enquanto esse modo de agir e as particularidades dos tempos concordarem. Não concordando, são infelizes. Estou convencido de que é melhor ser impetuoso do que efêmero, pois que a sorte é mulher e, para dominá-la, é preciso bater-lhe e contrariá-la. E é geralmente reconhecido que ela se deixa dominar mais por estes do que por aqueles que procedem firmemente. A sorte, como mulher, é sempre amiga dos jovens porque são novos circumspetos, mais ferozes e com maior audácia a dominam" (Machiavelli, 1979: 210).

Escrito em 1513 o texto é considerado até hoje como um manual da ciência política, ultrapassando, mesmo o seu contexto de época.

No capitalismo de concorrência monopolista o espaço dos grupos é a forma normal de manifestações da democracia.

Vivendo as consequências práticas dessa situação, Lenin discutiu o assunto, num contexto em que se punha a realidade, também de uma mensagem mundial, de uma revolução socialista, nos limites de um Estado. Trata-se, agora, do espaço político de um grande espaço, que determina a máxima consciência possível. Como não se trata mais do individual, mas do coletivo, é discutida a forma democrática de existência do espaço político. Por isso, diz o autor, em agosto e setembro de 1917: "Desenvolver a democracia até o fim; prosseguir as formas desse desenvolvimento, subvertendo a prova da prática etc... não consiste em dar à parte, o democrático, qualquer que seja, não dada o socialismo; mas na vida real o democrático não será 'tomado à parte', ele será 'tomado em conjunto'; escreverá igualmente uma influência sobre a economia, estimulará sua transformação; sofrerá a influência do desenvolvimento econômico etc. Tal é a dialética da história nova." (Lenin, 1961: 96).

O texto ultrajava também o contexto em que foi escrito, como crítica política contemporânea.

No espaço político do presente repõem-se os espaços das pesquisas e dos grupos.

Por isso, o espaço colonial, enquanto resultado da via colonial, manifesta-se como democracia controlada pelo poder e manipulada por ele (Chasin, 1978).

Então, no espaço complementar, enquanto contradição do espaço colonial, a democracia é a busca da democracia enquanto espaço aberto contínuo na unidade diferenciada (Silva, 1979).

A sorte, de Maquiavel, e as circunstâncias, de Lenin, desenvolvem também aqui, o seu papel.

Por isso o espaço democrático é fragmentado na crise do pensar contemporâneo.

Os subespaços na crise epistemológica

Em Gramsci, a sorte e as circunstâncias, estão relacionadas ao papel do intelectual. Como os intelectuais se relacionam por sua condição de intelectuais, o problema que se coloca é o dos intelectuais e os outros.

Como, para Gramsci, todos os homens são intelectuais, embora nem todos exercem essa função, põe-se ao intelectual, continuamente, a procura dos outros. Gramsci vive essa crise (Gramsci, 1978: 15).

Dá a contradição epistemológica.

Para Laocze, discutindo o papel do intelectual em Geografia, chega a defini-lo como um educador, que produz a informação científica crítica. Como diz:

"Criticar é pôr em crise. Travar polémica e fazer a guerra.

"Não há reformaristas a Geografia, viramola contra os jogos alucinatórios.

"É duma guerrilha epistemológica que se trata: as escaramuças ideológicas, as emboscadas teóricas seriam inúteis se não conduzissem a uma geografia alternativa e de combate.

"Esta geografia, ao informar a prática dos militantes e dos sindicalistas, e por ela informada, permitirá aos grupos, dominados melhor situarem o inimigo, melhor combaterem e escolherem o terreno" (Laocze, 1979: 134).

Para Milton Santos, o intelectual é alguém que deve preparar-se para definir os fundamentos de "um espaço verdadeiramente humano, um espaço que uma os homens por e para seu trabalho, mas não para em seguida os separar entre classes, entre exploradores e explorados; um espaço mantida livre e trabalhado pelo homem, mas não para se voltar contra ele; um espaço. Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um artifício; um espaço instrumentado de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por uma outra mercadoria, o homem artificializado" (Santos, 1978: 219).

A crise epistemológica mostra o intelectual ante a sorte e as circunstâncias, como agente de um espaço autônomo, na crise, que desafia democrático.

Por isso, o espaço democrático é fragmentado, mesmo no processo da elaboração contemporânea do pensar.

Os subespaços na construção ontológica

Para Hartmann, o intelectual, na sorte ou nas circunstâncias, põe-se como a sítia em trabalho. Por isso, a discus-

do do ser democrático renuncia as categorias dimensionais de espaço e tempo. Há uma oposição entre simultaneidade comprovável e não-comprovável. Como diz: "Ontologicamente vistas, há coisas, há nuances em el mundo real que no son comprobables. Las hay donde quiera que los nexos entre ellas resulten a lo que no podemos hacer asqueable con nuestros métodos de fracción. Simultaneidad puede existir, con todo en sentido, entre sucesos de síctimas en movimiento diferente, aún cuando no puede fijarse" (Hartmann, 1960: 217).

Em Harvey, o intelectual é o construtor de modelos que são um instrumento para a ação. Com isso, relaciona a questão democrática ao trabalho. Mas o trabalho e o lidar com as ideias. Por isso: "The argument is ontological, seeking to resolve the question 'what is space?' [...] Mais salientemente, a questão é reformulada: 'how is it that different human practices create and make use of distinctive conceptualizations of space?'" (Harvey, 1973: 13/4).

Para Zeleny, o intelectual é o agente que busca a solução dos problemas teóricos. O intelectual lida com a teoria e propõe os termos em que a resolve. Por isso, diz: "Al mismo tiempo el núcleo del método de Marx — la concepción práctico-materialista de la realidad y de la teoría — se hace actual tal como fue elaborada en su forma primitiva en la crítica de la economía política burguesa y de la filosofía especulativa, particularmente la de Hegel. Sólo enlazando con esos elementos y ese profundo núcleo metodológico de la teoría marxiana parece posible seguir avanzando en la explotación de la problemática ontopaxológica de la segunda mitad del siglo XX" (Zeleny, 1974: 328).

O espaço político, fragmentado, reproduz-se no saber filosófico, também fragmentado. O espaço democrático das pessoas e dos grupos é o pôr-se em equilíbrio entre fragmentos, articulando-os no processo de os fazer como reprodução e de os pensar como movimento. Mas, quais os territórios possíveis?

O lugar da crítica na crítica do lugar

Em Lukács, um dos territórios possíveis é o território do ser social em Hegel. Trata-se de separar o verdadeiro do

falso para restabelecer a interidade do pensamento. Como diz: "Desde modo, um conhecimento verdadeiro dos complexos que favorecem ou impedem a superação pode tornar-se, em determinadas circunstâncias, um componente ontologicamente real no próprio processo de superação. É evidente que o conhecimento dos processos naturais pode também levar à superação real de complexos; e a série dessas superações vai desde a glória da estrutura atômica até a criação de seres vivos. Na medida em que o conhecimento permite uma intervenção ativa em sua dialética, o processo tem lugar no campo do ser social, enquanto intercambio orgânico entre a sociedade e natureza, embora seja pressuposto indispensável a captação correta da dialética da natureza" (Lukács, 1979: 112).

Em Marx o território possível é o da História. Trata-se de combater a ideologia que se põe sem correspondência com a existência humana. Como diz: "Esta concepção da história consiste, pois, em expor o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conceitual a este modo de produção e por ele engendrada (ou seja, a sociedade civil em suas diferentes fases) como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas da consciência — religião, filosofia, moral etc. — assim como em seguir seu processo de nascimento a partir desses produtos, o que permite então, naturalmente, expor a cota em sua totalidade (e também, por isso mesmo, examinar a ação recíproca entre estes diferentes aspectos)" (Marx, 1977: 55).

Em Ratzel o território possível é o da Geografia. Trata-se de mostrar a correspondência existente entre o solo, a sociedade e o Estado. Como diz: "A sociedade é o intermediário pelo qual o Estado se une ao solo. Segue-se que as relações da sociedade com o solo afetam a natureza do Estado em qualquer fase de seu desenvolvimento que se considere" (Ratzel, 1978: 10).

Então, o território, enquanto ser, duração e extensão, deve pôr-se em movimento.

A linha de fuga conduz ao centro, que é centro recorrente, núcleo de encontro do movimento do território.

A sorte e as circunstâncias se põem como varações de fragmentos: em convivência no quebra-cabeça. O intelectual pertence em múltiplas de intelectuais que são subterfúgios, ideais, sem conexões possíveis, na montagem plural.

Os territórios possíveis levam ao fim e ao começo. Põe-se o real como pedações que se sabem pedações. O fazer e o pensar indagam: de quem é o pedaço?

Referências

Chasin, J. *O integralismo de Plínio Salgado (forma de organização no capitalismo hiperurbano)*. Livr. Ed. Ciências Humanas Ltda., São Paulo, 1978.

Da Costa, A. *Os intelectuais e o engajamento da cultura*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

Hartmann, H. *Estudo de um fenômeno da natureza. Teoria evolutiva de um sistema complexo*. Ed. São Dimas, Maricá, 1980.

Harvey, D. *Social Justice and the City*. Edward Arnold, London, 1978.

Laocai, X. *A Geografia sobre as montanhas e o mar*. Jazir e Jazir, Ed. do MEC, São Paulo, 1979.

Levin, V. I. *O Estado e a Revolução*. Ed. Vozes Ltda., Rio de Janeiro, 1951.

Lukács, G. *Ontologia do ser social. A alma e a realidade ontológica de Hegel*. Livr. Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

Machado, N. *O princípio*. Ed. Tecnoprint Ltda., Rio de Janeiro, 1979.

Marx, K. *A ideologia alemã*. Ed. Civilização, São Paulo, 1977.

Rodriguez, O. *Uso, a sociedade e a cidade*, org. em série, São Paulo, Saneamento, 1979.

Silva, A. C. du. *Clareamento e em movimento. Contribuição ao estudo da organização territorial*. Ed. H. Caplanoff de Moraes, Ed. Conalva, Bracobiânia, 1974.